

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UNF)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA (PPGSP)

RAPHAEL DE MELLO VELOSO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO NO ENSINO SUPERIOR:
FORMAÇÃO, OCUPAÇÃO E RENDIMENTO DOS EGRESSOS ENTRE
2012 E 2020

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
Abril de 2022

RAPHAEL DE MELLO VELOSO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO NO ENSINO SUPERIOR:
FORMAÇÃO, OCUPAÇÃO E RENDIMENTO DOS EGRESSOS ENTRE
2012 E 2020

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
Abril de 2022

V433 Veloso, Raphael de Mello.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO NO ENSINO SUPERIOR: FORMAÇÃO, OCUPAÇÃO E RENDIMENTO DOS EGRESSOS ENTRE 2012 e 2020 / Raphael de Mello Veloso – Campos dos Goytacazes - RJ, 2022.

166 f. : il.
Inclui bibliografia

Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2022.
Orientador: Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto

1. Ensino Superior. 2. Formação. 3. Ocupação. 4. Políticas Públicas. 5. Renda. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro Peixoto. II. Título.

CDD - 320

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXPANSÃO NO ENSINO SUPERIOR:
FORMAÇÃO, OCUPAÇÃO E RENDIMENTO DOS EGRESSOS ENTRE
2012 E 2020**

RAPHAEL DE MELLO VELOSO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Aprovado em ___ de _____ de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Geraldo Márcio Timóteo
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro –UENF

Prof. Dr. Mauro Macedo Campos
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro –UENF

Prof. Dr. Gustavo Carvalho de Lemos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF

Prof. Dr. Renato Barreto de Souza
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – IFF

Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro –UENF (Orientador)

Dedico essa à minha família pela inspiração e força para suportar e passar por toda essa jornada, por tornarem este sonho plural, abraçando um caminho que muitas vezes não era claro nem para mim mesmo. Vocês estiveram comigo em todos os momentos, principalmente naqueles em que não pude estar com vocês.

Agradeço a todos que estiveram comigo de alguma forma nessa jornada, desde o processo seletivo, contribuindo direta e indiretamente para esse produto final, companheiros eventuais, amigos mais próximos e todos aqueles que compartilham um pouco da alegria desse momento.

“É certo que você precisa ganhar a vida, mas, ao menos, que a ganhe sem para tanto ter de sacrificar-lhe a liberdade da alma, que é o que normalmente acontece”

A. D. Sertillanges

RESUMO

VELOSO, Raphael de Mello. **Políticas públicas de expansão no ensino superior: formação, ocupação e rendimento dos egressos entre 2012 e 2020.** 2022. 166 f. Tese. (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes – RJ, 2022.

O ensino superior brasileiro experimentou no início do Século XXI uma expansão pautada e sustentada por uma gama de políticas que tinham por objetivo apresentar um gradativo aumento na proporção de graduados da população. O Estado brasileiro agiu pautado principalmente na crença de que um aumento no quantitativo de graduados poderia representar uma redução nos níveis de desigualdade, sobretudo pela diferença histórica de renda a favor daqueles que possuem nível superior de ensino. Questiona-se a partir dessa tese, quais as principais implicações da expansão feita a partir de políticas públicas na realidade prática do mercado de trabalho, visto que a expansão ocorreu massivamente por meio de instituições privadas que têm como principal objetivo o atendimento das demandas por formação de seus alunos, tendo o mercado de trabalho e sua dinâmica de empregabilidade como variável totalmente separada de seus objetivos estratégicos. A hipótese central dessa pesquisa é que a expansão do ensino superior gerou maiores perspectiva de ocupação e rendimento, mesmo com a alteração da dinâmica de mercado pelos egressos do sistema e a possibilidade da redução do prêmio de qualificação. Nesse sentido, esse trabalho apresenta um debate pautado na análise dos principais reflexos da expansão do ensino superior, através de dinâmicas relacionadas à ocupação e rendimento. Para tanto, foi adotada uma metodologia de abordagem combinada, que partiu de aportes teóricos que tratam desde o planejamento governamental até o debate sobre os reflexos e implicações da expansão, passando por seus vetores e principais resultados. Complementando a revisão teórica, apresentam-se análises de cunho quantitativo, pautadas nas bases de dados do Censo da Educação Superior – INEP e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – IBGE, permitindo analisar as implicações entre a formação no ensino superior, ocupação e rendimento a partir de um recorte com os principais cursos dentro do universo da expansão. Os resultados indicam que mesmo após a grande expansão, o ensino superior ainda representa maior resiliência frente a eventuais instabilidades econômicas, maiores expectativas de rendimento e ocupação e que a expansão em si, proporcionou uma equalização nos níveis de rendimento das principais formações, além da possibilidade de formação para grupos que não a teriam em outros momentos. O trabalho apresenta ainda uma análise das taxas de retorno das principais formações estudadas, bem como inferências específicas que possibilitam o entendimento do nível de particularidade das diferentes formações e categorias administrativas (Públicas e Privadas). O trabalho apresenta por fim, um debate sobre a importância do estado na formulação, execução e acompanhamento de políticas públicas que tratem do ensino superior como ferramenta na busca de mais oportunidade, emprego e renda para a população.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior. Formação. Ocupação. Políticas públicas. Renda.

ABSTRACT

VELOSO, Raphael de Mello. **Public policies for expansion of higher education:** academic formation, occupation and income of graduates between 2012 and 2020. 2022. 166 p. Thesis. (Doctorate in Political Sociology) – North Fluminense State University Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes – RJ, 2022.

At the beginning of the 21st century, Brazilian higher education experienced an expansion guided and sustained by a range of policies that aimed to present a gradual increase in the proportion of graduates in the population. The Brazilian State acted based mainly on the belief that an increase in the number of graduates could represent a reduction in inequality levels, especially due to the historical difference in income in favor of those with higher education. From this thesis, it is questioned what are the main implications of the expansion made from public policies in the practical reality of the labor market, since the expansion occurred massively through private institutions whose main objective is to meet the demands for training of its students, having the job market and its employability dynamics as a variable totally separate from its strategic objectives. The central hypothesis of this research is that the expansion of higher education generated greater perspectives of occupation and income, even with the change in the market dynamics by the graduates of the system and the possibility of reducing the qualification premium. In this sense, this work presents a debate based on the analysis of the main reflexes of the expansion of higher education, through dynamics related to occupation and income. To this end, a combined approach methodology was adopted, based on theoretical contributions that range from governmental planning to the debate on the reflexes and implications of expansion, passing through its vectors and main results. Complementing the theoretical review, quantitative analyzes are presented, based on the databases of the Census of Higher Education - INEP and the Continuous National Household Sample Survey - IBGE, allowing to analyze the implications between higher education training, occupation and income from a cut with the main courses within the universe of expansion. The results indicate that even after the great expansion, higher education still represents greater resilience in the face of eventual economic instabilities, greater expectations of income and occupation and that the expansion itself provided an equalization in the levels of income of the main trainings, in addition to the possibility training for groups that would not have it at other times. The work also presents an analysis of the rates of return of the main courses studied, as well as specific inferences that make it possible to understand the level of particularity of the different courses and administrative categories (Public and Private). Finally, the work presents a debate on the importance of the state in the formulation, execution and monitoring of public policies that deal with higher education as a tool in the search for more opportunity, employment and income for the population.

KEYWORDS: Academic formation. Higher education. Income. Occupation. Public policy.

LISTAS DE FIGURA E GRÁFICOS

Figura 1. Divisões do Mercado de Trabalho.....	33
Gráfico 1. Evolução nas Matrículas – Públicas, Privadas e Total – Em Milhões (1980-2019)	28
Gráfico 2. Percentual de Matrículas no Ensino Superior em relação à população: entre 18 e 24 anos (2001-2019)	48
Gráfico 3. Percentual da população com Ensino Superior completo (2012-2020)	49
Gráfico 4. Evolução dos maiores cursos em percentual de concluintes (2011-2019)	54
Gráfico 5. Matrículas dos principais cursos em percentuais por Categoria Administrativa (2011-2019)	55
Gráfico 6. Evolução anual do saldo de Emprego Formal (em milhares)	60
Gráfico 7. Evolução Percentual de Ocupados, Desocupados e pessoas Fora da Força de Trabalho (2012-2020)	72
Gráfico 8. Variação anual – Inflação versus Salário Mínimo versus Rendimento Médio versus PIB per capita (2012-2020)	73
Gráfico 9. Ocupação por níveis de instrução (2012-2020)	74
Gráfico 10. Desocupação (Desemprego) por níveis de instrução (2012-2020)	75
Gráfico 11. Média de horas trabalhadas por níveis de instrução (2012-2020)	76
Gráfico 12. Evolução Percentual de Desocupação por sexo (2012-2020)	77
Gráfico 13. Rendimento por níveis de instrução (2012-2020)	78
Gráfico 14. Variação acumulada da ocupação dentro dos principais cursos (2012-2020)	79
Gráfico 15. Variação média no rendimento das principais formações, rendimento médio e salário mínimo	81
Gráfico 16. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Pedagogia	86
Gráfico 17. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Administração	87
Gráfico 18. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Direito	88
Gráfico 19. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Contabilidade	89
Gráfico 20. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Gestão de Pessoas	90

Gráfico 21. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Enfermagem	91
Gráfico 22. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Engenharia Civil	92
Gráfico 23. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Psicologia	93
Gráfico 24. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Educação Física	94
Gráfico 25. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Medicina	95
Gráfico 26. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Fisioterapia	96
Gráfico 27. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Sistemas de Informação	97
Gráfico 28. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Engenharia de Produção	98
Gráfico 29. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Arquitetura e Urbanismo	99
Gráfico 30. Coeficiente de Gini e Índice T de Theil (2001-2019)	110
Gráfico 31. Razão de IES Privadas/Públicas por Unidade Federativa (2019)	154

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1. Desenho de Pesquisa	19
Quadro 2. Código das Ocupações (PNADC/T)	31
Quadro 3. Panorama do Ensino Superior (2019)	43
Quadro 4. Contratos de FIES e Bolsas de ProUni (2010-2019)	45
Quadro 5. Evolução das IES por Organização Acadêmica (2011-2019)	50
Quadro 6. Evolução em Cursos, Matrículas, Ingressantes e Concluintes (2011-2019)	51
Quadro 7. Evolução Percentual em IES, Cursos, Matrículas, Ingressantes e Concluintes (2011-2019)	52
Quadro 8. Evolução em Matrículas por Categoria Administrativa (2011-2019)	57
Quadro 9. Principais Cursos de acordo com a Escolaridade de Origem (país)	68
Quadro 10. Taxa de Retorno dos Cursos/Ocupações (2012-2020)	82
Quadro 11. Ranking das Melhores Universidades do Brasil	103

APÊNDICE I

Quadro 12. Questionário aplicado aos gestores das IES Privadas	147
Quadro 13. Detalhamento da Pesquisa com Gestores das IES Privadas	148

APÊNDICE II

Quadro 14. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Pedagogia	155
Quadro 15. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Administração	156
Quadro 16. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Direito	157
Quadro 17. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Enfermagem	158
Quadro 18. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Engenharia Civil	159
Quadro 19. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Psicologia	160
Quadro 20. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Educação Física	161
Quadro 21. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Medicina	162
Quadro 22. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Fisioterapia	163
Quadro 23. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Sistemas de Informação	164
Quadro 24. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Engenharia de Produção	165
Quadro 25. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Arquitetura e Urbanismo	166

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. METODOLOGIA	21
2.1 Aspectos Metodológicos da Pesquisa	21
2.2 Pesquisa de Campo e Operacionalização das Variáveis	30
3. O ESTADO E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR	36
3.1 Planejamento e Políticas Educacionais	36
3.2 O Ensino Superior e o Cenário de Expansão	43
4. FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA, EMPREGO E RENDA	59
4.1 Ensino Superior e Mobilidade Social	61
4.2 Os egressos da expansão no mercado de trabalho	71
4.3 Classificação dos principais cursos por faixas de salário mínimo	85
5. EFEITOS E DISCUSSÕES A PARTIR DO CENÁRIO DE EXPANSÃO	100
5.1 Reflexos da Expansão do Ensino Superior	100
5.2 Perspectivas e Discussões	110
CONCLUSÕES	123
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE I. PESQUISA DE CAMPO COM IES PRIVADAS	147
APÊNDICE II. EXPANSÃO POR VETOR GEOGRÁFICO	154

INTRODUÇÃO

A educação de uma forma geral, sempre encontrou lugar de destaque nas discussões relacionadas ao desenvolvimento das sociedades, desde às necessidades primordiais de comunicação e transmissão de conhecimento, passando pelas profundas imersões das pesquisas acadêmicas e descobertas científicas até a construção de novas formas de pensar, sempre pautadas na aquisição, registro e transmissão do conhecimento. O ensino superior ainda ocupa lugar de destaque neste ínterim, seja como degrau em uma carreira, ou como instrumento em prol de maiores perspectivas de sucesso.

As políticas lançadas no início do século XXI foram determinantes para a consolidação da expansão do ensino superior brasileiro, mudando sua dinâmica de acesso, realidade e representatividade perante o mercado. Segundo Borges e Ribeiro (2019), a principal diferença desse estágio para os esforços empreendidos a partir dos anos 1990 foi a colocação das políticas públicas em uma posição de destaque no aumento de graduados, como FIES (2001), ProUni (2005), e o Reuni (2007), tais iniciativas representaram o papel central no estabelecimento de uma dinâmica de oferta de vagas e formação de indivíduos.

Segundo Arretche (2015), as políticas de expansão do ensino superior podem ser entendidas como políticas de igualdade por inclusão, visto que têm por objetivo principal recuperar o atraso de um grupo desfavorecido com relação a outro grupo (universalização). Norteadas pelo princípio de justiça, a desigualdade por inclusão não se confunde com as políticas de redistribuição, que por sua vez, retiram dos que têm mais para prover aos demais.

Políticas de igualdade por inclusão no âmbito da educação são aquelas que reconhecem os avanços na educação como um marco definitivo – para alguns - e buscam recuperar o atraso do restante da população nesse âmbito, buscando o princípio fundamental da igualdade por inclusão, que é o universalismo (ARRETCHÉ, 2015). Garantir ao estudante o direito à formação, que outrora era restrito, é o primeiro passo para a redução das desigualdades, mesmo que ainda dependente de outras ações complementares.

Tais medidas representam uma perspectiva histórica nacional, visto que sempre foi muito mais fácil levar grupos menos favorecidos por uma via de redistribuição do que mexer em grupos de interesse em prol de promover políticas mais progressivas. O fato negativo é que tais políticas, por óbvia escassez de recursos, têm um lapso temporal de eficiência percebida

muito maior, fazendo com que o incremento de renda, muitas vezes, não seja capaz de reduzir a desigualdade ou caracterizar uma mobilidade de maior distância (MEDEIROS, 2016).

O trabalho apresenta como principal problema de pesquisa a percepção de que os indivíduos que passaram pelo ensino superior durante o cenário de expansão constituem agora um grupo de graduados em proporções jamais vistas para o país, disputando espaço em um mercado que tem dinâmicas completamente independentes em suas demandas por formação. Tal questão é apresentada de forma quase que automática ao se imaginar uma qualificação em massa da população migrando suas perspectiva de ocupação e também de rendimento.

A partir dessa inquietação apresenta-se a hipótese central da pesquisa, acreditando que tal expansão gerou novas perspectivas para seu grupo de egressos, seja de ocupação e/ou de rendimento, independente do mercado em sua dinâmica modificada pela maior concorrência pelos postos de trabalho a nível superior. Salienta-se aqui que as políticas em prol da expansão não apresentam seu foco de forma individualizada, mas sim em uma perspectiva agregada, onde acredita-se que mesmo em um mercado com sua dinâmica modificada pelos novos entrantes os ganhos relacionados aos novos diplomados têm grande relevância, visto que esses grupos passam a integrar um setor historicamente mais bem remunerado e com menores taxas de desocupação.

A pesquisa em questão tem como pano de fundo os questionamentos acerca dos efeitos práticos da expansão do ensino superior na vida do profissional graduado e suas implicações no mercado de trabalho. Apresenta-se assim, como Objetivo Principal, analisar os principais produtos da expansão do ensino superior ocorrida a partir dos egressos dos programas políticos instituídos na primeira década do século XXI através das dinâmicas de empregabilidade e rendimento, como uma forma de avaliar e validar essas políticas e seus resultados práticos percebidos pelo mercado de trabalho e pela população em diferentes faixas de escolaridade.

Apresentam-se conseqüentemente na forma de objetivos específicos no sentido de complementar a análise macro apresentada acima:

- Analisar detalhadamente a expansão a partir da delimitação de um núcleo de formações de grande representatividade no total de graduados durante o processo de expansão;
- Investigar as relações criadas entre as diferentes formações e seus respectivos níveis de ocupação no mercado de trabalho e suas variações após a expansão;
- Explorar a influência do incremento no percentual de graduados da população e suas implicações na dinâmica entre às formações e os respectivos rendimentos;

- Identificar o papel do Estado na promoção da educação superior num paradigma entre expansão do acesso, perspectiva de qualidade e a participação da iniciativa privada neste meio.

Não é parte do escopo de objetivos do presente trabalho estabelecer uma relação de causalidade entre ensino superior, ocupação e renda, mas sim pesquisar as inferências da educação nos demais em recortes específicos, sobretudo dos principais cursos que alavancaram o fenômeno da expansão no cenário nacional.

A partir da delimitação dos objetivos buscou-se uma revisão que foi capaz de levantar diferentes perspectivas sobre os caminhos da expansão, ora tecendo críticas às metodologias e principalmente à vetorização majoritariamente privada desta, mas que em linhas gerais, salientou a importância do movimento de aumentar a proporção de graduados na população brasileira. Busca-se através desse arcabouço, fomento para um debate em que a educação figure como instrumento na promoção da mobilidade e consequente redução na desigualdade de renda nacional.

A pesquisa em sua via descritiva se deu no sentido não só de demonstrar como ocorreu a expansão, mas também de analisar seus principais cursos (em números absolutos) que corresponderam à consequentes ocupações do grupo de egressos desse sistema, bem como suas dinâmicas de ocupação e rendimento em recortes específicos e pautados de acordo com as principais políticas empregadas em prol da expansão. A pesquisa ocupou-se também em demonstrar a partir dos cursos com maior representatividade total no número de concluintes, a evolução das lacunas entre formação e ocupação no mercado de trabalho, debatendo a influência do estado na formulação e execução de políticas públicas que relacionem educação, trabalho e desenvolvimento.

Para tanto, foram selecionados dados dentro de recortes temporais específicos de bases de dados longitudinais do Censo da Educação Superior (INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) para tratar dos dados educacionais e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para tratar dos dados ocupacionais. Como as principais políticas consideradas na expansão do ensino superior foram implementadas na primeira década, decidiu-se adotar os recortes a partir do ano de 2011 (dados relacionados à educação) e consequentemente 2012 (dados relacionados ao mercado), trazendo-os em suas séries até os anos de 2019 e 2020 respectivamente.

A partir do debate feito com as informações e referências da pesquisa, foi possível concluir sobre as expectativas de maiores rendimentos a partir do incremento na proporção de

graduados na população além da existência de um movimento de equalização dos rendimentos a partir da expansão. Da mesma maneira, argumentou-se sobre a perspectiva sociológica presente na possibilidade de formar indivíduos que outrora não teriam essa chance, inserindo-se em um sistema consolidado de reprodução social, cultural e das estruturas sociais colocadas, bem como da necessidade de discussão de políticas complementares de emprego e renda.

Essa pesquisa busca contribuir em bom nível com o debate educacional, servindo como objeto de estudo, observação e reflexão por formuladores de políticas públicas, educadores, profissionais das mais diversas áreas de formação, de instituições de ensino superior e da academia de uma forma geral em sua dinâmica de pesquisa.

A contribuição significativa do presente texto no âmbito da análise das Políticas Públicas acontece no ato da aplicação de uma metodologia que sirva de base para novos estudos, que busquem identificar e interagir com os atores responsáveis pela ocupação dos egressos de nível superior e suas conseqüentes implicações nos demais setores da sociedade. Entendendo para tanto os efeitos da educação superior no incremento de renda e empregabilidade potencial, bem como na desocupação de uma forma geral.

A originalidade desta pesquisa vem principalmente da importância de debater o fenômeno da expansão para caracterizá-la qualitativamente, ou seja, como seus resultados foram proporcionais aos recursos empregados para além do avanço em questões inerentes ao aumento da oferta do ensino superior, seu acesso e o conseqüente incremento de diplomados na força de trabalho potencial.

A escolha deste tema coaduna-se com critérios intrínsecos do pesquisador, desde a afinidade pela área de conhecimento e a sua experiência profissional, para além destes, o autor representa objeto e produto de alguns processos descritos ao longo do texto, seja pela origem em escola pública, graduação feita a partir de um processo de interiorização de uma universidade federal, a vivência junto aos debates da implantação do Reuni, a atuação em uma IES privada, mestrado e especialização neste âmbito e posteriormente o ingresso num Instituto Federal. Trata-se de uma pesquisa que tem como pano de fundo as iniciativas públicas para a educação e de um pesquisador que tem na escola pública suas origens e sua ocupação atual.

A temática da formação e mercado sustenta-se também em critérios mais objetivos, que justificam a decisão de desenvolver o presente estudo, tais como sua atualidade, importância e inovação. A atualidade do tema reside no fato da problemática estar diretamente ligada com o estágio atual do sistema educacional, com altos índices de investimento, preocupação com a eficiência, contínuas mudanças em suas metodologias de ensino sobretudo relacionadas às dicotomias existentes entre as diferentes categorias administrativas (Públicas e Privadas).

A importância da pesquisa, nova e contínua no ramo da gestão educacional, bem como nas políticas de promoção educacional coadunam com sua dependência, bem como sua evolução metodológica e seu bom funcionamento, em cumprimento de seu dever social. A partir do momento que a gestão educacional, mesmo que privada, lida com verbas públicas, sua responsabilidade aumenta exponencialmente. O tema é inovador, visto que busca oferecer uma visão multidisciplinar do assunto com importantes incrementos relacionados às Políticas Públicas de uma forma geral, trazendo ao debate uma análise prática das questões propostas.

Esta tese levanta a importância de discutir o papel do estado na promoção da educação superior num paradigma entre expansão do acesso, perspectiva de qualidade e a participação da iniciativa privada neste meio. De forma adjacente podem ser levantadas novas perspectivas acerca de um modelo de política educacional nacional como agente redutor dos fatores que causam a dispersão entre a formação e ocupação do egresso do ensino superior, num cenário que otimize todos os recursos direcionados à educação.

Busca-se dessa forma, debater sobre o aproveitamento dos recursos empreendidos na formação universitária, explorando as relações existentes entre as taxas de ocupação, rendimento e a constante procura de novos ingressantes no sistema de ensino superior. Para contribuir com o debate da formação em nível superior e suas implicações na redução das desigualdades, sobretudo de renda, faz-se necessária uma análise longitudinal levando em consideração a evolução nos rendimentos e níveis de ocupação dos egressos do sistema.

Para além desta contextualização, buscou-se salientar na forma de um quadro, um complemento desta Introdução (Quadro 1), o Desenho de Pesquisa, que apresenta de forma sintética dados como a Questão de Pesquisa, Objetivos Gerais e Específicos, Hipótese Central e Recortes Temporais e Espaciais. Tal apresentação ilustra de forma sintética, a formatação por trás das concepções e ideias desta Tese, de acordo com as delimitações da pesquisa:

Quadro 1. Desenho de Pesquisa

Questão de Pesquisa	Quais as implicações da expansão no ensino superior no mercado de trabalho, na perspectiva profissional dos egressos do sistema e daqueles com demais níveis de instrução?
Objetivo Geral	Analisar os principais produtos da expansão do ensino superior, por meio do entendimento das dinâmicas de ocupação e rendimento, a luz de referências relevantes dentro da área, debatendo e avaliando por fim as políticas públicas empregadas ao longo desse processo.
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar detalhadamente a expansão a partir da delimitação de um núcleo de formações de grande representatividade no total de graduados durante o processo de expansão; • Investigar as relações criadas entre as diferentes formações e seus respectivos níveis de ocupação no mercado de trabalho e suas variações após a expansão; • Explorar a influência do incremento no percentual de graduados da população e suas implicações na dinâmica entre às formações e os respectivos rendimentos; • Identificar o papel do Estado na promoção da educação superior num paradigma entre expansão do acesso, perspectiva de qualidade e a participação da iniciativa privada neste meio.
Hipótese Central	A expansão do ensino superior gerou maiores perspectivas de ocupação e rendimento, sobretudo para os grupos que antes não teriam acesso a essa realidade mesmo em um mercado com sua dinâmica modificada pelos novos entrantes e maior concorrência pelos postos de trabalho.
Recorte Temporal	Educação (Censo da Educação): 2011-2019 Ocupação (PNAD/C): 2012-2020
Recorte Espacial	Brasil

Fonte: Elaboração do Autor (2021)

A pesquisa apresenta a seguir uma estrutura de um capítulo metodológico, seguido de três capítulos dedicados ao campo, resultados e conclusões encontradas ao longo da pesquisa, seguido de um capítulo conclusivo que busca sintetizar o que foi alcançado ao longo do texto e desta Tese em si. Na sequência apresentam-se as referências e os Apêndices conforme ordem de importância dentro do escopo da pesquisa.

A metodologia proposta foi desenvolvida e alterada em conformidade com o andamento da pesquisa, partindo inicialmente de uma revisão bibliográfica, que outrora partiu de uma análise bibliométrica, buscando varrer as publicações sobre a dinâmica proposta de emprego e renda. A mesma apresenta seus aspectos metodológicos como uma tentativa de caracterizar a pesquisa e traçar um rastro percorrido pelo autor ao longo do processo, bem como uma seção dedicada à operacionalização das variáveis que foram tratadas em busca dos resultados.

Na sequência apresenta-se um capítulo dedicado ao ensino superior e a expansão propriamente dita, desde seu planejamento por vias estatais até seus números, caminhos e resultados. Dedicar-se uma parte da pesquisa para analisar as movimentações do sistema de ensino superior, como organismo em suas dinâmicas de oferta e demanda de cursos e as conclusões correlatas.

Logo após, a pesquisa busca elucidar as questões relacionadas ao emprego e renda, ou seja, tudo que foi observado ao longo da pesquisa em que a formação universitária implica na alteração de estruturas observadas de ocupação, desocupação, rendimento, entre outros indicadores com vias de debater na sequência sobre os egressos desse sistema e como este passou a integrar um novo cenário, agora modificado por sua presença.

Na terceira parte do campo, organizou-se um debate entre diversos autores à luz dos resultados e indicadores alcançados ao longo da pesquisa, como forma de debater os reflexos da expansão no mercado de trabalho para os indivíduos com e sem ensino superior, ou seja, as implicações dos egressos na vida daqueles que já ocupavam vagas no mercado de trabalho antes de sua formação e daqueles que continuaram sem se formar mesmo após o fenômeno da expansão do ensino superior.

Por fim, busca-se concluir trazendo novamente à tona todos os pontos que foram alcançados ao longo desses capítulos em suas imersões no campo e nas bases teóricas aqui apresentadas, trazendo as perspectivas do autor e as análises frente às hipóteses testadas. Após às referências o trabalho trás dois apêndices que contribuíram na formação e sustentação da linearidade argumentativa que segue ao longo dessa pesquisa, seja pelo análise das implicações da expansão do ensino superior na equalização dos rendimentos das principais formações, no entendimento do viés mercadológico da expansão nas instituições privadas ou pela verificação dos vetores geográficos dentro da dicotomia apresentada entre as diferentes categorias administrativas.

2. METODOLOGIA

Neste capítulo, são expostos os métodos de condução da pesquisa, em seus porquês e suas delimitações. Apresentam-se as escolhas que decantam nos resultados que seguem e que buscaram a todo momento, dialogar com os objetivos apresentados na introdução. Numa primeira etapa, abordam-se os aspectos metodológicos de uma forma geral e na sequência, como e quais conceitos e variáveis são operacionalizados na pesquisa e construção da pesquisa e do debate que culminaram dos resultados.

2.1. Aspectos Metodológicos da Pesquisa

Nesta seção são tratados aspectos referentes à pesquisa de campo, considerando os métodos relacionados ao trabalho, o rito da pesquisa, coleta e análise de dados, bem como estes se encontram apensados nas seções seguintes. Apresentam-se nessa seção, a caracterização da pesquisa e a explanação sobre os recortes e conceitos escolhidos, que serão trabalhados.

Inicialmente, foram levantados alguns trabalhos que abordaram a temática da formação, renda e mercado de trabalho, como uma breve revisão em ordem cronológica, de acordo com a aderência junto à pesquisa, como forma de modelo ou ponto de partida metodológico, buscando entendimento entre os pontos de partida e conclusões de pesquisas correlatas em outro tempo dentro dessa mesma temática.

Mcclelland (1965) promoveu um estudo de validação cruzada entre alunos de turmas que formaram em anos sequentes (1954 e 1955) e com diferentes pontuações no teste que visava medir habilidades para realização significativa dentro da carreira. Titley (1978) avaliou por meio de questionários grupos focais por uma série longitudinal de 15 anos imediatamente após a graduação, constatando que sua empregabilidade e encaixe foi aumentando com o passar do tempo, especialização e experiência.

Bishop (1989) analisou turmas formadas no ensino profissionalizante em suas primeiras colocações no mercado de trabalho. Apesar de defender ao longo do texto a qualificação profissional, constatou que menos da metade dos graduados trabalha em ocupações que correspondem à sua área de formação através de um estudo.

Por outro lado, Neuman e Ziderman (1989) utilizaram o censo israelense no intuito de entender o porquê dos concluintes de escolas profissionais alcançavam melhores rendimentos do que aqueles que frequentavam apenas escolas secundárias, entendendo que tal relação ocorria quando essas ocupações tinham relação direta com suas formações.

Elias e Purcell (2004) analisaram uma amostra de graduados sete anos após sua formatura no Reino Unido, detalhando ganhos e características dos empregos, concluindo que com a expansão do ensino superior, os graduados mais antigos perderam um percentual de sua remuneração, mas que essa perda não foi suficiente para reduzir a média de renda dos graduados, pois era compensada pelos rendimentos auferidos pelos novos entrantes e da maior oferta de pessoas qualificadas.

Outro estudo investigou as conexões entre desigualdade de renda e acesso ao ensino superior a partir de egressos do ensino médio norte americano no início do século XXI, apontando que apesar da frequente associação do ensino superior com a mobilidade ascendente, as faculdades estão frequentemente reproduzindo as disparidades de renda de uma geração pra outra, principalmente através de seus processos seletivos (DICKERT-CONLIN e RUBENSTIEN, 2007).

Kahn (2010) estudou graduados entre 1979 e 1989 por meio de questionários e sua inserção no mercado de trabalho conforme as variações da economia no momento de sua formação. Conclui que, além de uma maior instabilidade com relação aos indivíduos que ocupam cargos de menor nível de escolaridade, os graduados apresentam maior variação negativa de rendimentos em cenários com a economia em declínio.

Por fim, Xu (2013) utiliza uma pesquisa longitudinal de abrangência nacional para estudar a transição dos graduados para as carreiras profissionais nos Estados Unidos, considerando em sua metodologia, custos e benefícios monetários e não monetários, bem como medidas de capital social através de análises de regressão de graduados entre 1997 e 2003, contando até 10 anos após a graduação. Seus resultados sugerem uma grande correlação entre o sucesso educacional e os indivíduos no mercado de trabalho, indicando a necessidade de uma maior relação entre o sistema educacional superior e o mercado de trabalho.

A partir dessas reflexões, deu-se o arcabouço metodológico do presente trabalho, que para testar suas hipóteses lança mão de uma metodologia que combina uma análise quantitativa, utilizando como principais bases de dados o Censo da Educação Superior – INEP e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – IBGE, problematizando tais indicadores por meio de uma abordagem qualitativa pautada no arcabouço teórico traçado em paralelo.

O presente trabalho visa desenvolver inicialmente uma pesquisa de análise descritiva acerca da ocupação dos egressos da rede superior de ensino no mercado de trabalho observando sua expansão com os programas instituídos na primeira década do século XXI (ProUni, FIES e REUNI), buscando contribuir com o debate para relacionado aos reflexos dos esforços e recursos empreendidos no setor. A inserção do trabalho nesta classificação é justificada pelas características inerentes ao tema escolhido, como a alta complexidade do fenômeno e o fato de não pretender ser um estudo definitivo, mas de buscar novos caminhos para o entendimento do tema (SELLTIZ et al., 1974).

Acredita-se, que a partir do estudo das pesquisas que já trataram da formação superior ao longo dos períodos estudados, que a combinação da inferência em bases de dados longitudinais de abrangência nacional com teorias voltadas ao entendimento da absorção dos egressos desse sistema no mercado de trabalho apresentam possibilidade de desenvolver estudos exploratórios que podem apontar resultados robustos e satisfatórios.

Em relação à categoria de pesquisa escolhida, o presente estudo pode ser caracterizado como uma pesquisa combinada. Segundo Miguel et al. (2012) a combinação de abordagens permite que a vantagem de uma amenize a desvantagem de outra. A abordagem qualitativa supre as necessidades de entendimento do contexto do fenômeno, enquanto a quantitativa responde com maior imparcialidade os vieses de coleta de dados, fornecendo, portanto, um potencial de respostas a objetos de pesquisa mais amplos, como no objeto tratado neste texto, como estudo descritivo.

Dentro do âmbito qualitativo, o estudo faz um caminho que vai da Revisão Bibliográfica com autores pontuados especificamente de acordo com os temas até um debate prático, construindo abstrações à medida que os dados e informações vão se agrupando dentro do contexto. A tentativa de desenvolver esse método dialoga primariamente com as peculiaridades da abordagem dessa pesquisa, mas principalmente com sua sistemática, que se desenvolve em um movimento *down top* na lógica inversa dos textos estruturados de forma clássica, entretanto, sem perder de vista as suas hipóteses, objetivos e questionamentos.

Dentro da etapa qualitativa, ou de problematização dos indicadores, a direção da discussão é tomada apenas após o entendimento dos dados e dos atores no processo de expansão ao longo do tempo, sejam eles alunos ou mesmo instituições de ensino. No âmbito desse trabalho, a construção do debate se assemelha a montagem de um cenário à medida que as partes são alocadas em seu lugar da pesquisa, os dados se apresentam desagregados ao início e tem seu significado construído à medida que se transformam em informação e ganham força pelo contexto e sua relevância.

Dessa forma, é impossível adentrar num assunto sem que o pesquisador faça a suficiente imersão no campo, como seria por exemplo, no estado da arte de uma pesquisa bibliográfica. acredita-se que essa metodologia é, portanto, a mais correta para finalização e junção das demais propostas dessa pesquisa (BOGDAN e BIKLEN, 1994).

A partir do momento em que o processo de pesquisa gera o entendimento de um fenômeno, as (novas) proposições teóricas passam a surgir dos dados obtidos e tratados ao longo da própria pesquisa, complementando e por vezes suplantando o que foi descrito pela revisão anterior. Tal construção, evidencia o resultado representativo da realidade das situações estudadas, produzindo a partir destes, um ou mais conceitos integrados que venham a explicar ou debater como diversas questões puderam ser modificadas ou reagiram a partir dos acontecimentos estudados. Dentro dessa ótica, os conceitos tratados dentro da análise das informações apresentadas de forma gráfica formarão um ponto para começo do debate, ao invés de conclusão, amarração ou fechamento de hipóteses.

Entende-se como fenômeno central (Glaser e Strauss, 1967) desse texto a expansão do ensino superior, a partir do qual são estudados os possíveis fatores causadores deste (planejamento da expansão) bem como as ações em resposta destes seus fatores situacionais amplos e específicos (expansão na oferta) e por último, seus resultados (ocupação/rendimento). A partir de então, a pesquisa apresenta proposições que se relacionem ou inter-relacionem com a teoria e também com o que se entende como consequência do fenômeno central. Pode-se dizer, a partir de então, que tal metodologia representa, no âmbito dessa pesquisa, uma ligação contínua entre a abordagem quantitativa (geradora de dados) e a qualitativa (geradora de significado).

Quanto ao modelo de pesquisa no âmbito quantitativo, são pautadas pesquisas em bases de dados longitudinais, além da construção de uma revisão específica, que buscou a ótica de diferentes pesquisadores que trabalharam com a expansão do ensino superior em diferentes momentos e cenários. Nesse âmbito, a pesquisa caminha pelo método de estudo descritivo, o qual, segundo Gil (1996), “caracteriza-se por examinar um fenômeno para defini-lo mais acuradamente ou diferenciá-lo de outros”.

A intenção da pesquisa descritiva é captar a essência do fenômeno estudado a partir da coleta de dados, mesmo que essa possa ser mutável ao longo do tempo, enquanto a maior utilidade desse tipo de estudo é verificada a partir de sua flexibilidade junto às pesquisas em bases de dados longitudinais, portanto reforça-se que esta técnica se mostra a mais adequada para investigar a expansão do ensino superior no contexto em questão (YIN, 1994; GIL, 1996).

Desta forma, após os resultados das bases de dados e a problematização dos indicadores, o presente trabalho apresentará em seus apêndices, um conjunto de entrevistas junto à diretores de instituições de ensino superior privadas, bem como análises de expansão por vetor geográfico e categorias de faixas de rendimento dentro das principais formações, com o objetivo de corroborar com a linha argumentativa principal e trazer mais robustez ao debate e suas consequentes conclusões no sentido da dicotomia entre IES públicas e privadas.

A base de dados estabelecida inicialmente é pautada em fontes oficiais como os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), através da PNADC/T (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua / Trimestral), bem como Censo da Educação (2019), do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), do Observatório do PNE (Plano Nacional de Educação) e também de outros textos científicos que trataram de analisar quantitativamente a mesma temática por diferentes perspectivas.

Os diferentes autores que compuseram o arcabouço teórico, a título de revisão bibliográfica, foram elencados primariamente de acordo com as temáticas tratadas em cada seção, contribuindo de forma sequencial e complementar com as análises e imersões necessárias à cada momento. Foi necessário um passo adentro das referências analisadas para buscar compreender um pouco mais sobre as diferentes visões e motivações por trás de cada teoria e consequentemente seus ensinamentos para esta pesquisa e seus resultados.

A expansão tratada no presente trabalho não se trata de um fenômeno inédito no Brasil, visto que nos anos 1990 o ensino superior brasileiro dobrou de tamanho, considerando principalmente o número de matrículas no sistema (CARVALHAES e RIBEIRO, 2019). Porém, o recorte analisado parte de políticas estabelecidas nos primeiros anos do século XXI e seus consequentes reflexos, com vias de destacar uma participação mais direta do estado desde o planejamento até a execução das políticas educacionais. Carmo (2016) exemplifica através da expansão particular dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que a diferença básica da expansão do início do Século XXI para outros momentos foi a inclusão do componente Político nessa questão – era uma prioridade na então política de governo.

O Censo da Educação Superior representa uma das principais fontes de dados quantitativas do trabalho, é realizado anualmente pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), trazendo informações sobre as instituições de ensino superior (IES) que ofertam cursos de graduação, seus alunos e docentes. Utiliza para tanto de informações colhidas junto a todas instituições, imputadas no Sistema e-MEC, como os dados colhidos referente às Matrículas, Cursos, Concluintes, bem como Ingressantes, Docentes e Candidatos nas diferentes variações de organização acadêmica (Faculdades, Centros

Universitários e Universidades) e categoria administrativa (Instituições Públicas e Instituições Privadas).

Importante salientar, enquanto caracterização dos aspectos metodológicos, que não foi objetivo desse trabalho tratar ou pontuar qualquer diferença a partir da dicotomia entre ensino presencial e à distância, tratando a partir dos dados, de uma forma geral, os egressos do sistema.

Levando em consideração o intuito de entender a Expansão como fenômeno planejado, sua análise se concentrou em distintos focos/momentos, como é apresentado a seguir:

I. O planejamento por trás das políticas que culminaram no processo de expansão: como os apontamentos teóricos que indicam os porquês dos rumos tomados em direção das políticas adotadas, bem como as reflexões por trás de cada decisão (descritas na seção sobre o Estado e o Planejamento da Educação);

II. Os dados e o acompanhamento de como o processo ocorreu, sobretudo no que foi mudado nas instituições de ensino superior. Como as principais políticas foram implementadas ao longo da primeira década do Século XXI, e levando também em consideração o lapso temporal (inércia) entre a matrícula inicial e a inserção dos egressos do mercado de trabalho, optou-se por analisar quantitativamente a evolução dos números ocorrida ao longo da segunda década do século XXI, momento no qual o ciclo de formação estaria funcionando a todo vapor;

III. Os debates relacionados aos reflexos da expansão no mercado de trabalho a partir do quantitativo de egressos que neste passaram a figurar após seus percursos formativos. Debate-se nesse trabalho também os reflexos das decisões por trás da distribuição majoritariamente privada nas iniciativas de expansão e as consequentes implicações destes caminhos para os egressos do sistema e mercado em geral.

Com os dados do Censo, a pesquisa pode obter informações em séries históricas e evoluções relevantes para retratar os diferentes cenários dentro do recorte pesquisado. De posse destes números que retratam o fenômeno da expansão, buscou-se então pesquisas que pudessem fornecer a compreensão do que estava ocorrendo no mercado de trabalho, momento em que a pesquisa passou a abordar os dados da PNADC/T.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com a periodicidade anual, foi encerrada em 2016, com informações referentes à 2015, foi substituída pela PNAD Contínua (PNADC), que propicia cobertura territorial mais abrangente, disponibilizando informações em recortes trimestrais sobre a força de trabalho em âmbito nacional. Por representar historicamente um importante

instrumento de formulação, validação e avaliação de políticas públicas, compõe uma parte importante das análises deste trabalho.

A PNADC/T pode ser acessada pelo sistema SIDRA/IBGE, ou analisada através de seus microdados, com séries históricas iniciadas no primeiro trimestre de 2012 (2012/1). Essa mudança de metodologia casou-se com o propósito da pesquisa, se tratando de horizonte temporal, visto que as principais políticas relacionadas à expansão do ensino superior ocorreram na primeira década do século XXI – FIES (2001), ProUni (2005) e Reuni (2007).

Dessa forma, os recortes escolhidos foram 2011-2019 nos dados relacionados à formação e 2012-2020 (primeiros trimestres de cada) nos dados relacionados aos reflexos desta (mercado), contando que um egresso do sistema de ensino do fim de um ano específico está apto para o mercado a partir do primeiro trimestre do ano seguinte, como segue:

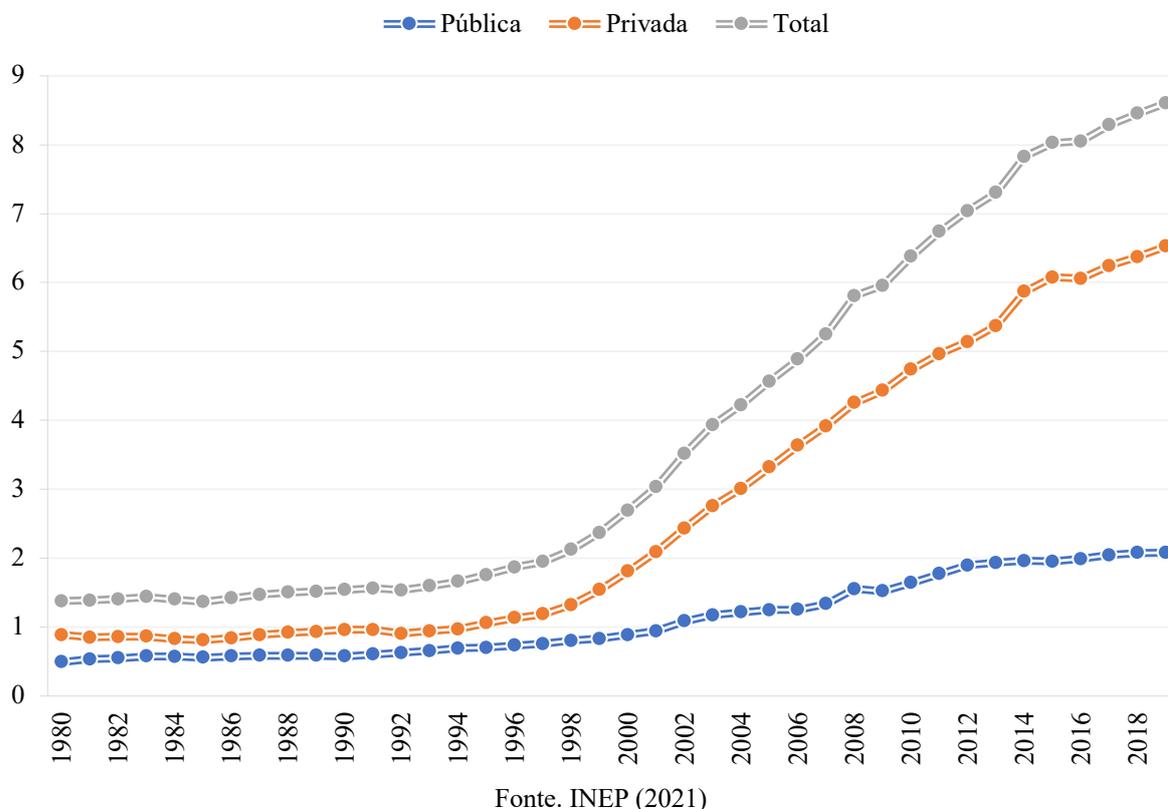
I. Recortes 2011-2019:

- Dados Relacionados às IES
- Cursos, Matrículas, Ingressantes e Concluintes
- Contratos de FIES e Bolsas de ProUni

II. Recortes 2012-2020:

- Rendimento Médio
- Inflação, Salário Mínimo e PIB per Capita
- % da população com nível superior
- Ocupação por nível de Instrução
- Rendimento por Instrução
- Média de horas trabalhadas por nível de instrução
- Desocupação por nível de instrução
- Ocupação por formação
- Principais cursos e rendimentos

Para corroborar com o recorte explicitado pelos limites impostos pelas limitações das séries da PNADC/T, pode-se levar em consideração também o horizonte temporal de formação dos principais alvos das políticas de expansão, e o lapso temporal de formação entendido nesta pesquisa como a inércia demográfica deste caso. Como outro complemento, apresenta-se abaixo o Gráfico 1, com o histórico de matrículas (em milhões), desde 1980, até o ano de 2019:

Gráfico 1. Evolução nas Matrículas – Públicas, Privadas e Total – Em Milhões (1980-2019)

Observam-se que os incrementos percentuais importantes a partir do início do século XXI, que são acentuados ao ponto que são colocadas em campo as políticas educacionais entendidas como o motor da expansão tratada neste texto, FIES (2001/2010), ProUni (2005) e Reuni (2007). O FIES é mencionado com duas pontuações, visto que em 2010 promulgou-se o “Novo FIES”, com mudanças no modelo de entrada e também de pagamento. O sistema voltaria a ser mudado novamente em 2017, com maior número de travas e divisões por renda familiar.

Não foi objeto desta pesquisa fazer o levantamento dos investimentos em cada um dos programas/políticas supracitados, visto que contam com diferentes mecanismos de contabilização e também de retorno. Enquanto o FIES representa um Financiamento (empréstimo) ao estudante, apesar de ser aditado junto à IES, o ProUni se caracteriza pela atribuição de bolsas e o REUNI por uma série de investimentos que são pensados para ter seu uso por diversas gerações. São diferentes políticas que partem de princípios diferentes, seja crédito, investimento direto (no estudante) e indireto (nas instituições).

Os recortes relacionados ao rendimento foram ponderados inicialmente de uma forma geral, e na sequência organizados de acordo com as principais formações no recorte da expansão (2012-2020). Os cursos delimitados como mais representativos dentro do cenário em questão, se tratando do número de matrículas ao longo da série histórica.

No caso dos rendimentos e demais medidas monetárias presentes ao longo da pesquisa, cabe salientar que os valores não foram trazidos ao valor presente, desta forma, todos são tratados dentro dos números divulgados pelo IBGE em suas respectivas posições na série temporal, ou seja, valores de salário mínimo de um ano específico ou demais índices monetários são comparados com renda dentro deste mesmo ano, sem nenhum tipo de correção, pois não foram trazidos ao valor presente.

Outros recortes foram coletados para ilustrar os indicadores de desigualdade, neste caso, em que pese a relevância destes, o Coeficiente de Gini e o Índice T de Theil (IBGE, 2021). Ambos medem o grau de desigualdade na distribuição de renda domiciliar per capita. Enquanto o Gini varia entre 0 (todas as rendas têm o mesmo valor) até 1 (um indivíduo detém toda a renda da sociedade), o Índice T de Thiel é o logaritmo da razão entre as médias aritmética e geométrica das rendas individuais, partindo de zero (quando não existe desigualdade) e tendente ao infinito quando a desigualdade for máxima. Ambos se apresentam na série histórica no recorte 2001-2019, retratando os momentos pré e pós expansão.

Para além destes recortes, a pesquisa trabalhou também outros indicadores conjunturais, como Inflação, Salário Mínimo, Rendimento Médio e PIB per capita (Produto Interno Bruto Per Capita). Para cruzar com os níveis de Ensino, foram considerados as pessoas sem o ensino fundamental, bem como esta e as etapas seguintes, desde que completas, compreendendo todas as proporções dos indivíduos, como segue:

I. Ensino fundamental incompleto ou equivalente (incluem-se aqui os indivíduos sem escolarização ou analfabetos);

II. Ensino fundamental completo ou equivalente (incluem-se aqui os indivíduos com ensino médio incompleto, cursando ou interrompido, independente da idade, motivo ou na faixa etária indicada nas inferências);

III. Ensino médio completo ou equivalente (incluem-se aqui os indivíduos com ensino superior incompleto, cursando ou interrompido, independente da idade, motivo ou na faixa etária indicada nas inferências);

IV. Ensino superior completo ou equivalente (incluem-se aqui os indivíduos inseridos em programas de pós-graduação, completa ou incompleta, independente da idade ou na faixa etária indicada nas inferências).

2.2. Pesquisa de Campo e Operacionalização das Variáveis

Nesta etapa, o texto busca expor como foram trabalhadas suas variáveis, explicando quais foram escolhidas para a pesquisa, bem como sua relação com o cumprimento dos objetivos traçados para o trabalho. A partir do entendimento de como os dados foram trabalhados, pode-se entender o nível e as perspectivas do autor em suas abordagens sequentes à exposição dos dados quantitativos. Cabe a essa seção, demonstrar também o conceito desenvolvido pelo autor para demonstrar a taxa de retorno dos cursos avaliados, o que pode vir a ser trabalhado em futuras pesquisas dentro do escopo aqui analisado.

No que tange ao Censo da Educação Superior, as variáveis têm por principal objetivo, indicar com clareza os atores em cada análise, como é o exemplo das Categorias Administrativas (Pública/Privada) e Organização Acadêmica (Universidades, Centros Universitários, Faculdades e IF/CEFET). Ainda dentro desse âmbito, outros conceitos utilizados são: Cursos, Matrículas (ativas), Ingressantes e Concluintes.

Os procedimentos relacionados às Ocupações, tratam diretamente dos principais cursos da expansão do sistema de ensino superior, que ocuparam mais de 50% no total dos concluintes no período analisado entre 2011 e 2019. A ordem de exposição dos cursos dialogam com a pesquisa, dos mais para os menos representativos dentro desta distribuição, mas não se prendem necessariamente desta forma em todos os dados.

Salienta-se a partir desta pesquisa, que não é objeto deste trabalho avaliar tais posições de indivíduos que ocupam posições no mercado de trabalho fora de suas áreas de formação, visto que além desta informação não ser quantificável nas atuais bases de dados (que só consideram ocupações em conjunto com a variável “rendimento”), acredita-se que não corroboraria com os objetivos da pesquisa, visto que para estes indivíduos, tal formação pode não ter representado papel preponderante para tal atividade.

Tais Ocupações são oriundas diretamente das formações nos cursos que serão detalhados de forma gráfica e percentual ao longo desta pesquisa. Os cursos em questão foram tratados junto ao dicionário de dados da PNADC/T extraídos dos microdados, de acordo com o Subgrupos/Intervalo de Subgrupos relacionados com as Ocupações em questão (uma ou mais por formação), conforme o Quadro 2:

Quadro 2. Código das Ocupações (PNADC/T)

Curso de Origem da Ocupação	Subgrupo / Intervalo (PNADC/T)
Pedagogia	2341; 2342; 2351; 2352
Administração	1211 até 1223; 2421; 2422
Direito	2611; 2612; 2619
Contabilidade	2411
Gestão de pessoas	2423; 2424
Enfermagem	2221
Engenharia Civil	2142
Psicologia	2634
Educação Física	3422 / 3423
Medicina	2211; 2212; 2240
Fisioterapia	2264
Sistemas de Informação	2511 até 2529
Engenharia de produção	2141; 1321 até 1324
Arquitetura e Urbanismo	2161; 2162

Fonte. Elaborado pelo Autor a partir de variáveis do IBGE (2021)

Dentro das análises relacionadas as Ocupações e as Formações correlacionadas, faz-se também uma análise do que é entendido nesse texto como “Taxa de Retorno”, que é representada sinteticamente pelo produto entre a Variação das Ocupações frente ao total de Ocupações e a Média dos Rendimentos dos Períodos em razão do Rendimento Médio da população. Representando-se da seguinte forma:

$$\text{Taxa de Retorno} = \Delta \text{Mercado} \times \Delta \text{Rendimento}$$

ou

$$\text{Taxa de Retorno} = \left(\frac{TO2}{TO1} \right) \times \left[\frac{(RO2/RM2) + (RO1/RM1)}{2} \right]$$

Sendo:

- TO1: Taxa de Ocupação do ano inicial da série histórica frente o total de ocupados;
- TO2: Taxa de Ocupação do ano final da série histórica frente o total de ocupados;
- RO1: Rendimento da Ocupação no ano inicial da série histórica;
- RO2: Rendimento da Ocupação no ano final da série histórica;
- RM1: Rendimento Médio de todas as ocupações no ano inicial da série histórica;
- RM2: Rendimento Médio de todas as ocupações no ano final da série histórica.

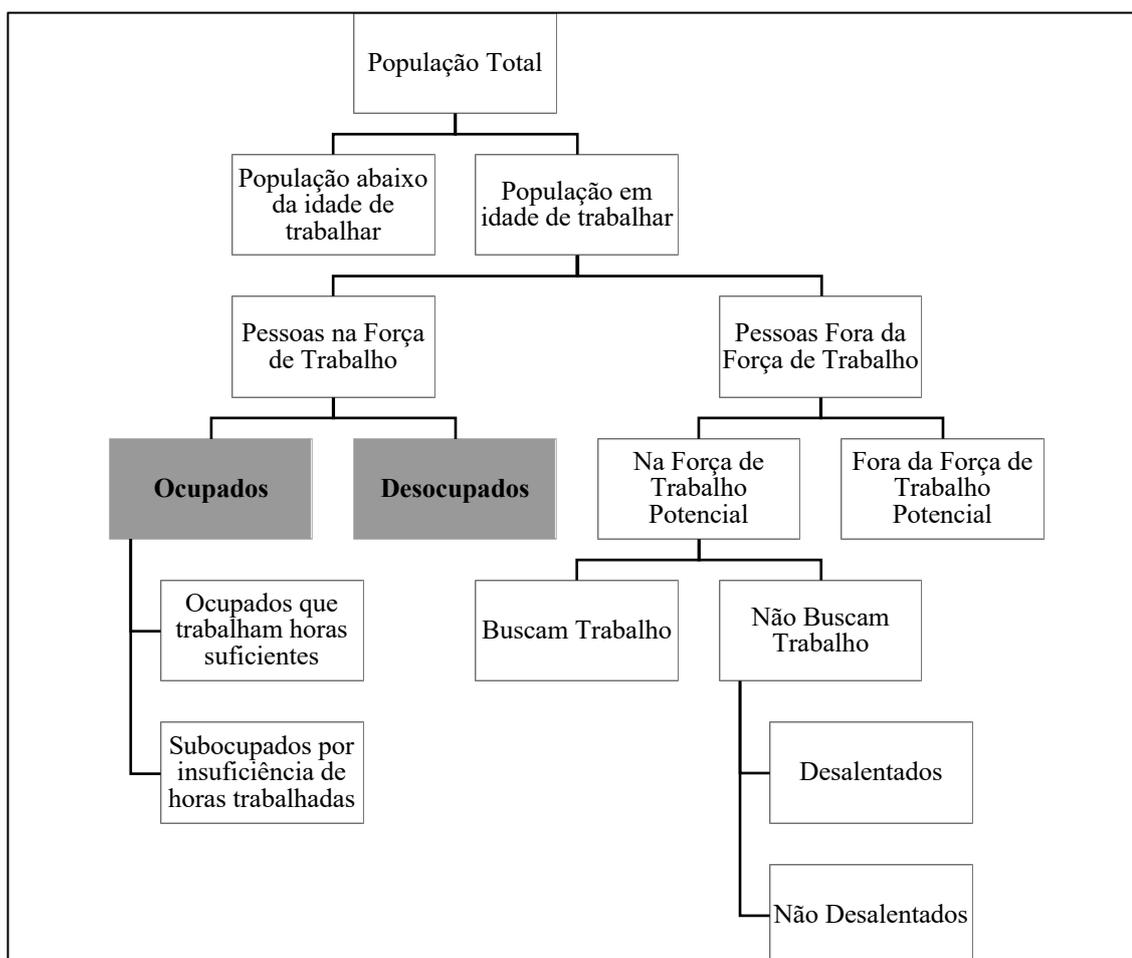
Acredita-se que a partir da demonstração de tais variações e Taxas, a pesquisa consiga elucidar e debater sobre as movimentações das diferentes ocupações dentro do recorte proposto, através de uma relação direta entre as posições de ocupações e rendimentos de cada uma das ocupações frente aos cursos que levam a essas formações.

No âmbito da Taxa de Ocupação, os números refletem o total de Ocupações de determinada formação frente ao total dentro do mesmo ano da série histórica, e sua variação vem a representar o aumento ou diminuição daquele mercado específico dentro do total de formações/ocupações ativas. Nesse caso, a razão entre as taxas de ocupação apresentarão números relacionados ao aumento ou retração desses mercados frente ao total de ocupações.

No caso da Taxa de Rendimento é feita uma média entre os anos iniciais e finais, dos números que representam a razão entre o rendimento das ocupações e o rendimento médio percebido pela população economicamente ativa. Em outras palavras, se o Rendimento de determinada ocupação nesse caso é 4,5, significa que os profissionais desse setor recebem 4,5 vezes o rendimento médio da população.

Pode-se acreditar que uma movimentação negativa em termos de representatividade de mercado pode prejudicar a Taxa de Retorno da Ocupação, mesmo que esta tenha apresentado uma variação positiva no que tange aos rendimentos, assim como de maneira inversa, ou mesmo no caso de consonância na evolução ou involução de ambos indicadores.

Quanto aos dados do mercado de trabalho da PNADC/T, foram seguidos os critérios do IBGE em sua hierarquia de decisões, conforme a Figura 1, com destaque para as categorias trabalhadas dentro dessa divisão, Ocupados e Desocupados. Tal escolha se deu para além da necessidade de delimitação do trabalho, visto que eram os únicos dados possíveis para cruzamento com a formação e faixa de renda, por exemplo. Salienta-se, portanto, que quando o trabalho citar o termo “Desempregados”, que seja entendido dentro da variável Desocupados, ou seja, pessoas em idade de trabalhar, na força de trabalho e sem ocupação.

Figura 1. Divisões do Mercado de Trabalho

Fonte. IBGE (2021)

Essa delimitação se faz necessária, visto que segundo a Metodologia de trabalho do IBGE, em diversos casos pode-se estar na idade de trabalhar, não ter um emprego e mesmo assim não ser caracterizado como desocupado, como exemplo dos universitários que dedicam seu tempo aos estudos (Fora da Força de Trabalho), ou mesmo um empreendedor que trabalha em seu próprio negócio (caracteriza-se como Ocupado).

A mesma metodologia padroniza esses termos, usando Ocupação e Desocupação para se referir aos empregados e desempregados, mesmo que estes últimos, persistam de forma genérica em sua utilização. Em síntese, entende-se como população ocupada os empregados (públicos ou privados) e trabalhadores domésticos, com ou sem carteira assinada; os trabalhadores por conta própria, os empregadores e os trabalhadores familiares auxiliares. Como desocupados, os indivíduos que não estão trabalhando, mas estão disponíveis para ocupar posições, caso tenham oportunidades.

A Força de Trabalho Potencial compreende pessoas que não estão na força de trabalho, mas que possuem potencial para serem integradas a esta, como é o exemplo dos Desalentados, que são pessoas que gostariam de trabalhar, porém já desistiram de procurar, seja por escassez regional, de condições, ou de adaptação às demandas. Por outro lado, dentro dos indivíduos Fora da Força de Trabalho Potencial estão os adolescentes em idade escolar, aposentados, pessoas sem condições de trabalhar e aqueles que vivem exclusivamente com as ocupações relacionadas à manutenção do lar.

Não foi objeto deste trabalho tratar dos Desalentados, visto que ao desistir de procurar trabalho, colocam-se fora da força de trabalho, independente de sua formação. O tema pode vir a ser objeto de futuras investigações, ou comparações, devido à convergência de seus indicadores. Também não foi objeto dessa pesquisa identificar as classes de entrada e saída das diferentes formações em nível superior, tal estudo, apesar de ser relevante, carece de espaço e momento específico para seu desenvolvimento.

Abaixo, outros conceitos de variáveis importantes para o entendimento do que o presente trabalho considera como mercado de trabalho, para na sequência uma maior explanação sobre a Desocupação (Desemprego), tais conceitos formam um conjunto de noções básicas para a apresentação e acompanhamento dos resultados que seguem nessa pesquisa:

1. **PIA** - População em Idade Ativa (16-65 anos);
2. **PEA** - População Economicamente Ativa (Desempregados + População Ocupada);
3. **Trabalho Produtivo** - Produção de bens ou serviço com ou sem remuneração;
4. **População Ocupada** - Parcela da população em idade ativa que realiza trabalho produtivo em condição de acumulação de capital.
5. **Desempregados** - Pessoas em idade ativa, fora do trabalho produtivo (Desempregados/PEA). São indivíduos que estão disponíveis e buscaram emprego, não incluindo pessoas que trabalham eventualmente, nem o desemprego ocasional.

Desempregados, são indivíduos sem condição de acumulação de capital, resultantes ou não do progresso tecnológico, considerando os novos empregos que surgem, resultante de um fenômeno de instabilidade econômica que afeta decisões e necessita de políticas anticíclicas, para reduzir o grau de incertezas. Pode ser tratado como questão política visto que o pleno emprego só pode ser mantido por interferência na economia, como infraestrutura, parcerias público-privadas e políticas de redistribuição de renda (KALECKI, 1980).

De posse dessas variáveis, os resultados foram formatados de forma que sua interpretação obedeça a mesma ordem cronológica dos estágios da expansão, com as reflexões teóricas sobre estado, mobilidade, desigualdade e ensino superior, seguidos pela descrição da expansão com os dados sobre os cursos e o ensino superior, bem como seus reflexos. Na sequência, os debates relacionados ao mercado, desigualdade de renda, formações e ocupação (PNADC/T), com suas análises, apontamentos e considerações.

A partir da aplicação desse modelo, pretende-se caminhar com a hipótese proposta dos objetivos até as conclusões, de uma forma linear em sua argumentação, porém de uma forma descritiva, sem correlações ou correspondências, mas com indicações que possam por si, justificar o trabalho e a pesquisa desenvolvida. O caminho entre o arcabouço teórico e os debates levantados a partir dos dados é preenchido por questões e elementos que buscam constantemente uma ligação e coesão entre estes.

O rastro deixado pela metodologia de trabalho exposta decanta exatamente na forma que os capítulos seguintes são apresentados, primeiramente uma revisão sobre o papel do Estado no Planejamento da Educação, seguido por uma análise descritiva da expansão dentro do recorte analisado. Num segundo momento, mais uma revisão sobre os conceitos de formação universitária e suas implicações em medidas como mobilidade social e desigualdade de renda, seguida por uma pesquisa que expõe diversos dados que se ocuparam em estudar as implicações do fenômeno da expansão no mercado de trabalho, ocupação e renda dos indivíduos. Por fim, um capítulo de debate ainda calcado em referências e conceitos importantes para o texto, que busca expor os reflexos da expansão, suas perspectivas e discussões. Na sequência, o trabalho apresenta em suas conclusões os achados relevantes de cada um dos capítulos e os apêndices que buscam corroborar com os argumentos detalhados ao longo da pesquisa.

3. O ESTADO E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Neste capítulo foram tratados os diferentes momentos da expansão do ensino superior ocorrida nos primeiros anos do século XXI, desde o planejamento até a expansão de fato em seus números e os reflexos da mesma no sistema educacional. Os dados do Censo Educacional divulgados anualmente suplantam pesquisas de caráter evolutivo, bem como estabelecimento de mapas para o entendimento de como vem sendo o aproveitamento do cenário de expansão e também no comportamento institucional para ofertas de novos cursos.

Estabelecer o diálogo entre o indivíduo em formação, enquanto ativo da sociedade e o mercado de trabalho que o aguarda, bem como suas relações com as instituições formadoras e o Estado, que através de suas ferramentas, viabiliza, o processo de empregabilidade do egresso (BISHOP, 1989). Ademais visa ampliar a discussão dentro da análise dos números do Censo Educacional, em ambas as modalidades no âmbito do ensino superior, além de promover o diálogo sobre o acesso, permanência e êxito dos estudantes no universo do ensino superior, uma vez que apresenta como um de seus focos os programas educacionais (PROUNI, FIES e REUNI) que pautaram e ditaram o ritmo da expansão.

Busca-se, então, entender a evolução geral do setor educacional no Brasil, por meio de suas taxas de Matrículas, Ingressantes, Concluintes e demais informações em busca de fomentar a discussão. Tais dados têm sua importância no fato de ilustrar a forma com que foi conduzido o processo de expansão antes de analisar suas implicações de fato nos capítulos seguintes.

3.1. Planejamento e Políticas Educacionais

Nesta seção debate-se o papel do Estado no Planejamento da Educação, sobretudo no ensino superior, tratando também das implicações da intervenção estatal na expansão dos egressos de nível superior junto à sua população, o planejamento de seus atores e também, suas alternativas a partir desse fenômeno.

O Planejamento Educacional em viés de intervenção governamental apresenta-se de forma acentuada na realidade brasileira desde as décadas de 1960 e 1970, inicialmente sob objetivo de coordenar os esforços nacionais nos moldes do observado nos países desenvolvidos.

No decorrer dos anos 2000 o tema do planejamento educacional retoma lugar de destaque, sobretudo na implementação de programas e projetos sob a figura do Ministério da Educação – MEC, que passa a acumular funções normativas, redistributivas e também supletivas (FERNANDES E GENTILINI, 2014).

Cabe ao estado o papel central na provisão e regulação de bens públicos como se apresenta nesse cenário, a educação, desde a garantia de acesso até o estabelecimento de medidas relacionadas à permanência e êxito. Sua eficiência na provisão e no acompanhamento de indicadores como forma de fazer com que as expansões quantitativas destes serviços sejam acompanhadas de incrementos qualitativos na prestação destes serviços, evidenciam a preocupação com os resultados e eficácia destas políticas, não apenas sua implantação (SWARKO et. al, 2016).

Os atores responsáveis pelo planejamento das políticas públicas se relacionam positivamente com esses projetos, direcionando esforços de acordo com os objetivos ou efeitos esperados no decorrer do processo. No caso da educação em um cenário de expansão, o desenvolvimento econômico e social imaginado como efeito primário até a redução na desigualdade de renda e aumento da mobilidade, enquanto efeitos secundários.

Ao tratar sobre a Sociologia da Ação, Boudon (1995) analisa as razões que leva os atores sociais a fazerem o que fazem, ou mesmo acreditarem naquilo que acreditam, sustentando a necessidade de procurar o sentido dos comportamentos individuais que se encontram na origem dos fenômenos sociais. Todo fenômeno social é resultado de ações, atitudes, convicções e comportamentos individuais. Efeitos secundários dessas ações, quando entendidos no âmbito da educação formal podem ser entendidos quando é retratado o fenômeno da “redução do prêmio de qualificação”. O aumento geral do nível educacional de uma sociedade tem relação proporcional com a redução dos ganhos dos indivíduos que antes gozavam do diferencial de ter um nível educacional mais restrito, no caso aqui trabalhado, por conta do ensino superior.

A influência do Estado como agente planejador da educação e modelador das políticas educacionais vai constantemente de encontro às pressões exercidas por corporações, muitas vezes globais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial, Fórum Econômico Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como *think tanks* como a *Atlas Economic Research Foundation*. A relação das políticas educacionais com a atuação dessas organizações tem sido objeto de crescente preocupação da academia e também de atores envolvidos diretamente com os interesses do mercado e com a subserviência da educação com relação à economia (SPRING, 2018).

Currículos pautados em habilidades tratam diretamente dos interesses corporativos ao deixar de contemplar competências correlacionadas com o raciocínio crítico, transformando a educação num apêndice da economia e os sistemas educacionais em estruturas exclusivamente de formação para o mercado de trabalho (SPRING, 2018). Tal processo é evidenciado através da inserção de testes padronizados, presentes em todos os níveis de ensino, sistematizados a partir de questões levantadas pela OCDE.

No Brasil, alguns exemplos de testes padronizados são realizados a partir do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), dentre os quais, podem ser destacados:

(A). Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, realizado desde 1990 e aplicado junto aos alunos do Ensino Fundamental e Médio. As médias de desempenho dos estudantes apuradas nesse exame, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);

(B). Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, instituído em 1998, representa atualmente a condição de entrada para políticas de acesso ao ensino superior através do SISU (IES públicas), ProUni e FIES (IES privadas), onde os estudantes que possuem ensino médio participam de uma avaliação composta por questões objetivas e redação;

(C). Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes – ENADE, aplicado junto aos concluintes do ensino superior desde 2004, integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), qualificando por instituição e curso, os indicadores de qualidade da educação superior.

No âmbito do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), por sua vez, as instituições, cursos e estudantes são analisados e são levados em conta aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. Além do ENADE, são consideradas as avaliações institucionais e dos cursos e seu objetivo principal é embasar e servir de referência para políticas públicas e servir de referência quanto às condições de cursos e instituições para a sociedade em geral.

A ideia por trás do SINAES, bem como do INEP em geral é acompanhar de perto a qualidade do que é entregue a população em termos de educação, sua atuação é importante não só pela regulação e atrelamento de seus índices às políticas, mas também para assegurar que nenhuma instituição colha benefícios com as políticas públicas sem a devida entrega (retribuição) à sociedade.

Nesse âmbito, às preocupações divergem dos interesses do mercado, que tratam de manter níveis educacionais que dialoguem com a missão apensada historicamente para determinadas nações, classes e grupos específicos. Trabalhadores e descendentes com habilidades voltadas para suas funções, em um regime que remete ao momento em que a discussão passará pela seara da mobilidade, na próxima sessão.

Gregório (2012), complementa esta seara, abordando os mecanismos em que o Banco Mundial indica que os países periféricos podem concentrar um conjunto de ações em prol da redução da pobreza, juntamente com a necessidade de estabilidade econômica e política, com destaque especial para a educação:

- I. O conhecimento como principal motor do desenvolvimento econômico;
- II. A aparição de novos provedores de educação (educação sem fronteiras);
- III. A mudança nos padrões da educação dita terciária devido às novas tecnologias;
- IV. A aparição das forças do “mercado educacional”, concebido como um mercado global do capital humano;
- V. O aumento na procura dos países periféricos por apoio financeiro e técnico do BM;
- VI. A visão equilibrada e integral da educação para a criação do capital humano como “bem público global”;
- VII. Introduzir currículos mais flexíveis e menos especializados;
- VIII. Promover programas e cursos de curta duração;
- IX. Criar um marco regulatório adaptável;
- X. Estabelecer sistemas de financiamento público que ajudem as instituições privadas e públicas a responder as demandas do mercado;
- XI. Melhorar o acesso através de financiamento estudantil para instituições privadas;
- XII. Buscar participação externa na gestão dos assuntos públicos;
- XIII. Profissionalizar a gestão universitária;
- XIV. Ampliar a oferta de cursos à distância;
- XV. Criar cursos com base da demanda;
- XVI. Incluir formação permanente ao pessoal docente e diretivo no sentido de uma gestão empresarial nas instituições de ensino superior públicas;
- XVII. Combinar instituições públicas e privadas a fim de minimizar os custos;
- XVIII. Investir em pesquisa em algumas áreas selecionadas, onde haja alguma vantagem comparativa para o desenvolvimento econômico do país.

Spring (2018) argumenta que a educação de uma forma geral, busca uma melhor forma de construir o que é entendido como capital social adequado para a formação de bons trabalhadores através da construção de habilidades específicas. O problema dessa questão é que historicamente os estudantes constroem essas habilidades através de uma estrutura de replicação de desigualdades, repetindo e moldando seus comportamentos e atitudes para que possam apresentar bons retornos em termos de produtividade média para a sociedade onde se inserem. Sob a ótica do Estado como objeto de política pública, a educação partir de certo padrão geral pode garantir o incremento do pensamento crítico, crescimento econômico (ganho de produtividade), aumento de renda e combate à pobreza, contribuindo na promoção da justiça social.

O desafio de incrementar a educação superior para a população, na expectativa de um consequente aumento de rendimento exige dos formuladores de políticas públicas novas abordagens, que demandam planejamento, tempo e continuidade entre as futuras gestões, sobretudo em um país continental e com tantas especificidades. Se esse pacto, que parte do planejamento público, em prol de um bem comum, tem como parte de sua solução, a integração com setores privados, ou de empresas com fins lucrativos, o mesmo passa a necessitar de uma modelagem processual rígida e eficaz que garanta com que as ações aconteçam de fato conforme o planejado nas políticas públicas.

Segundo o IBGE (2013), a cada ano cursado de ensino superior o incremento médio de renda do indivíduo é de aproximadamente 15%, e a expectativa é de que este triplique sua renda ao concluir os estudos e ser diplomado. Tal informação é suportada principalmente pela população com Ensino Médio representar o principal contingente da população (28,5%), e consequentemente absorver a maior parte dos desocupados (IBGE, 2021).

O nível educacional tem relação direta com o aumento da produtividade da força de trabalho e é correlacionado ainda com fins além daqueles puramente econômicos, seu papel tem relação com as perspectivas individuais e coletivas de atuação no mercado e na construção de carreiras. Seu papel é destacado historicamente, visto que o mercado de trabalho, por sua vez, lidera a queda da desigualdade que ocorre a partir da homogeneização educacional e aumento da escolaridade média desde a década de 1990 (SOUZA, 2016).

Nota-se historicamente uma clara diferença de rendimentos entre os diferentes níveis de escolaridade, enquanto os indivíduos com Ensino Médio completo ganham aproximadamente o dobro daqueles que não tem escolaridade, aqueles que têm nível superior, completo ganham quase 3,5 vezes mais (SOUZA, 2016).

Arretche (2016) salienta o efeito de diferentes políticas, orientadas a diferentes públicos e suas oportunidades de reverter a perspectiva histórica de elevada desigualdade entre as classes. A expansão do ensino superior ocorrida a partir dos anos 2000 trouxe particularmente uma possibilidade de estreitamento da dispersão salarial, indicando menor desigualdade salarial e conseqüentemente uma redução no que é chamado de prêmio de qualificação, ou compressão salarial, decorrente de uma mais rápida expansão na oferta do que capacidade de absorção desta.

Segundo Oliveira (2019) o Brasil é um dos países onde ainda se encontram grandes diferenciais de renda entre um trabalhador com ensino superior e os demais níveis de ensino. Isso é um dos reflexos diretos de como o país se estruturou a nível educacional nos 500 anos anteriores, sobretudo na questão dos direitos sociais.

Scalon (2011) corrobora com o argumento de que as pessoas no Brasil são historicamente recompensadas por sua qualificação e que um certo nível de desigualdade de renda (prêmio de qualificação) não somente é necessário, como também benéfico para o mercado de trabalho, como forma de interferir positivamente na demanda e valorização de formações específicas.

Quando vários indivíduos buscam vantagem competitiva através de um diferencial, a tendência é o engendramento de um ganho de competitividade global, seguido de um enriquecimento proporcional a este (PRADO, 1993). Levando em consideração a busca por um diferencial competitivo através da formação, no aspecto do indivíduo, cada um contribui para uma sociedade mais produtiva e desenvolvida de uma forma geral ao adquirir maior conhecimento/formação e melhorar sua produtividade individual. Smith (1776) argumenta em contrapartida, que a busca individual pelo lucro fomenta indiretamente o incremento da renda da sociedade em geral, beneficiando a todos.

Elster (1989) pontua que para compreender um fenômeno social, é necessário antes de tudo, descobrir as causas individuais que influenciam as decisões de seus atores. Segundo o mesmo autor, todos os fenômenos sociais são explicáveis a partir de indivíduos, desta forma, analisar os mecanismos de planejamento a nível individual torna-se indispensável neste tipo de avaliação, visto que todos os egressos de determinado curso podem ocupar o mesmo mercado, mas sob diferentes óticas, motivações ou mesmo objetivos.

Explicar a composição atual do mercado de trabalho dos profissionais com ensino superior, sob esse ponto de vista, é um exercício de reconstituição de toda a rede de ações tomadas durante o processo de expansão, desde as atitudes tomadas na esperança de ascensão social por trás do egresso, como a expectativa da redução da desigualdade pelo aumento da renda por parte dos formuladores de políticas públicas.

É importante entender que a expectativa dos indivíduos não podem ser correlacionadas de maneira alguma com o planejamento das políticas públicas nesse caso, visto que concomitante ao processo de incremento no quantitativo de graduados na população, os indivíduos estão envolvidos com suas próprias perspectivas pessoais de construção de competências, carreira, empregabilidade, rendimento, entre outras (BOUDON, 1995). O que pode ser entendido de diversas formas à luz do indivíduo, passa a contemplar um sentido mais amplo ao adentrar na Sociologia do Trabalho, que ao coletivizar esse fenômeno, faz uso do termo “qualificação”, que facilita o trabalho de pesquisa e evita que o estudo caia na subjetividade das aspirações individuais (DUBAR, 1998).

Santos (1995) afirma que todo conhecimento é auto conhecimento, que este afere-se muito menos pelo que se externa do que aquilo que adquire a si mesmo. A diferença é que um produz tecnologia e o outro sabedoria para a vida. Uma vez tendo o processo de aquisição de conhecimento dependente de variáveis econômicas, assume-se um compromisso com aqueles que são seus detentores, alienando o conhecimento ao seu provedor econômico, estabelecendo uma relação de subserviência, contrário à liberdade que é um dos maiores objetivos que podem ser proporcionados pelo conhecimento em si. Diversos atores participaram ativamente do processo de Expansão do ensino superior, cada um com seu planejamento e expectativas, desde o Indivíduo foco das políticas, passando pelo Estado propulsor, as instituições de ensino superior (públicas e privadas – com diferentes estratégias), Empregadores em maior ou menor escala e a Sociedade Organizada em geral. Todos foram de alguma forma, afetados pelas novas dinâmicas propostas a partir da expansão, que será retratada em forma mais quantitativa na próxima seção.

Segundo Nunes *et al.* (2009), perante a contribuição que a educação superior pode proporcionar para a sociedade, a mesma deve ser entendida como instrumento de política pública, seus frutos devem ser pensados como saídas para resolução de problemas existentes, ou seja, o processo de absorção de conhecimento gera para o estudante uma espécie de dívida para com a sociedade onde o mesmo se insere. É de extrema importância, para um Estado que trabalha em vias de aumentar sua produtividade geral e emancipar sua população quanto às mazelas da desigualdade, pobreza e falta de perspectivas, expandir e garantir a todos o acesso à Educação. Dentro da necessidade de uma população com maior índice de instrução, a expansão do ensino superior representa um ganho de perspectivas não somente no âmbito da produtividade, mas também no planejamento e mobilização popular por um salto em suas expectativas perante o sucesso econômico.

3.2. O Ensino Superior e o Cenário de Expansão

Nesta seção, a pesquisa apresenta o processo aqui referido como expansão no ensino superior, com números e apontamentos relacionados com o objetivo de detalhar como ocorreu esta expansão e seus principais resultados no decorrer do período analisado. O real entendimento de como ocorreu o processo de expansão na oferta do ensino superior fomenta desde ações corretivas com relação ao contingente formado, bem como direcionar os próximos passos no que diz respeito às políticas públicas educacionais e também das que tratam da alocação destes indivíduos no mercado de trabalho.

Pesquisar a expansão com relação às instituições abertas, organização acadêmica, cursos ofertados, regiões contempladas, correlacionando público, privado e demanda por profissionais pode proporcionar não somente o entendimento de como ocorreu a expansão, mas também suplantará diferentes debates a partir do papel do estado na formação e ocupação dos indivíduos ao longo do tempo, e dos eventuais benefícios de um maior percentual da população graduado e inserido no mercado de trabalho.

O Panorama atual do ensino superior apresenta um total de 2.608 instituições, sendo que 88,4% destas do setor privado, com 40.427 Cursos, com 73,5% do setor privado (INEP, 2019). Com relação às matrículas, tem-se 75,8% das IES privadas ante 24,2% das públicas. Nos ingressantes, o setor público representa 15,4%, enquanto nos concluintes, o mesmo apresenta 20,1% (Quadro 3):

Quadro 3. Panorama do Ensino Superior (2019)

	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
Número de Instituições	2.608	302	110	132	60	2.306
Cursos	40.427	10.714	6.669	3.442	603	29.713
Matrículas	8.603.824	2.080.146	1.335.254	656.585	88.307	6.523.678
Ingressantes	3.633.320	559.293	362.558	172.345	24.390	3.074.027
Concluintes	1.250.076	251.374	149.673	87.006	14.695	998.702
Docentes em Exercício	339.951	173.197	119.746	48.177	6.368	176.194

Fonte. INEP (2021)

Quanto aos Docentes em exercício (vínculos por CPF), o setor público apresenta um total de 49,6% enquanto o setor privado, um total de 50,4% (neste caso estão contidos os docentes que têm vínculo em ambos setores nos números totais). Observa-se que a relação entre ingressantes e concluintes total é de 34,4%, sendo aproximadamente 44,9% nas instituições públicas e 32,5% nas instituições privadas, refletindo grande disparidade no que é chamado de taxa de permanência (indicador de sucesso acadêmico que vai de encontro ao fenômeno da evasão) ou seja, durante a jornada de formação do discente observa-se um compromisso muito maior com a formação deste nas instituições da esfera pública. Seja por políticas de acompanhamento discente, promoção de equalização de condições ou mesmo gestão da permanência, observa-se que as IES privadas precisam tratar melhor o aluno no caminho do sucesso em sua formação.

Segundo Simões e Mello Neto (2012), as principais ferramentas de inclusão e expansão do acesso ao ensino superior foram:

(I). REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído em 2007, visando ampliar o acesso e permanência no ensino superior através de uma série de medidas como aumento de vagas, ofertas de mais cursos noturnos, inovações pedagógicas de combate à evasão, entre outros.

(II). PROUNI: Programa Universidade para Todos, instituído em 2004 que oferece bolsas de 50% e 100% para estudantes em Faculdades Particulares, representando até então um percentual significativo dentre todas as ações de expansão e democratização, principalmente pelo maior número de instituições de ensino privadas, e também pela sua maior difusão territorial, se comparadas com as instituições públicas.

(III). FIES: Fundo de Financiamento ao Estudante do ensino superior, instituído em 2001 e concede financiamento a estudantes em cursos superiores das IES particulares aderentes e com avaliação positiva no Ministério da Educação. O FIES financia a graduação dos discentes cobrando taxas de juros subsidiadas e variáveis de acordo com a renda familiar.

O FIES é um projeto particularmente complexo e é objeto de constante atualização do Ministério da Educação em sua política de concessão e pagamento, pois utiliza recursos dos Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento, além dos bancos privados participantes, e por se tratar de um financiamento tem os custos relacionados à risco de crédito e inadimplência dos alunos automaticamente incluídos em seus orçamentos anuais. Cabe ressaltar que a busca na sustentabilidade dessa modalidade é um desafio prático pois muitas vezes o estudante conta com uma futura ocupação para arcar com os custos do financiamento em questão.

O ProUni e o FIES, trabalham sua adesão de forma igualitária dentro das vagas dos cursos. A cada 22 vagas autorizadas, concede-se uma bolsa integral (100%) a mais e duas parciais (50%) dentro das vagas autorizadas, enquanto o FIES habilita 10% do quantitativo em vagas autorizadas para seu público alvo. Por exemplo, em um curso com 50 vagas autorizadas, autoriza-se: 2 bolsas ProUni Integrais (100%), 4 bolsas ProUni Parciais (50%) e 5 vagas para FIES. Ambos utilizam as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), realizado anualmente para corte, concorrência e ingresso dos alunos. A distribuição anual (2010-2019) de contratos de FIES e matrículas de ProUni são discriminadas no Quadro 4:

Quadro 4. Contratos de FIES e Bolsas de ProUni (2010-2019)

Ano	FIES	ProUni (Total)	ProUni (50%)	ProUni (100%)
2010	75.901	152.734	56.517	96.217
2011	154.065	170.766	64.250	106.516
2012	377.372	176.764	57.573	119.191
2013	559.259	177.326	42.755	134.571
2014	731.957	223.598	47.565	176.033
2015	287.347	252.650	67.564	185.086
2016	203.392	239.262	81.856	157.406
2017	170.905	236.636	81.595	155.041
2018	82.412	241.032	79.461	161.571
2019	85.009	225.556	57.748	167.808
Total	2.727.619	2.096.324	636.884	1.459.440

Fonte: INEP (2021)

Ambos os casos, apresentam forte viés social, representado pelas políticas de recortes e inclusivas, voltadas para a formação das camadas mais pobres da população. A expansão do ensino superior sem a discussão dos requisitos mercadológicos à essa formação, representa um modelo que prioriza a expansão para além da universalização do acesso, visto que os cursos mais procurados e mais implantados pelas instituições particulares não representam necessariamente o melhor aproveitamento no mercado de trabalho, pois seu compromisso é com o cliente, não com a sociedade (SIMÕES e MELLO NETO, 2012).

O cliente das instituições de ensino superior, o aluno, se alinha aos objetivos destas no sentido de cumprir sua jornada formativa e no êxito acadêmico, pois a partir do momento em que é inserido no mercado de trabalho, seus anseios passam a ser individuais/particulares, no sentido de empregabilidade, renda e vantagem competitiva frente ao mercado de trabalho. No

Brasil, os cinco maiores grupos de ensino superior possuem ações listadas na bolsa de valores, o Gupo Kroton/Cogna, por exemplo, é a maior empresa de ensino superior privado do mundo (ALMEIDA, 2022). O objetivo principal é atender a necessidade de formação seus clientes para que seu ciclo de demanda e rentabilidade se retroalimente, o que gera automaticamente a perspectiva de lucratividade e governança por trás dessas instituições

Mesmo com critérios quantitativos dando margem para que a expansão proposta atribuisse de certa forma, grande margem de poder e decisão aos gestores privados, o processo e planejamento por trás deste, em sua gênese, continuaram se pautando no planejamento de ter uma maior proporção de graduados na população. Segundo Vanstreels (2014), diversos avanços se deram especificamente a partir de 2003, que constituíram ou contribuíram para o bojo do que é chamado nesta tese de expansão do ensino superior, são eles:

- Criação de 18 novas universidades federais e de 173 campus de universidades federais em cidades do interior do país;
- Lançamento, em 2003, do Programa de Extensão Universitária (Proex);
- Criação, em 2004, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Criação, em 2004, e implantação, em 2005, do ProUni para estudantes carentes em instituições de ensino superior privadas, seguido posteriormente do Programa de Bolsa Permanência, para estudantes bolsistas do programa;
- Criação, em 2006, do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que apoia universidades públicas a ofertar cursos na modalidade de educação a distância;
- Recuperação, a partir de 2003, e fortalecimento, a partir de 2006, do Programa de Educação Tutorial (PET);
- Implantação, a partir de 2007, do Reuni com a posterior criação em 2008, do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e em 2013, do Programa de Bolsa Permanência para estudantes das universidades federais;
- Implantação, em 2008, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID);
- Redesenho em 2010 do Fies, que facilita o acesso à educação superior para estudantes de baixa renda, em especial para estudantes das licenciaturas e de medicina;
- Aprovação, em 2012, e implantação, a partir de 2013, da Lei das Cotas nas universidades federais, com previsão de reserva de no mínimo 50% das vagas, até 2016, para estudantes oriundos das escolas públicas de ensino médio;

- Lançamento, em 2014, do Programa Mais Cultura nas Universidades, que apoia projetos de arte e cultura propostos pelas universidades federais, com foco na inclusão social e no respeito à diversidade cultural.
- Padronização do acesso à universidade, com o uso dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos processos seletivos; e
- Expansão do ensino médico, com a criação de novas vagas e incentivo às residências.

O orçamento das Universidades Federais nos 15 primeiros anos do século XXI foi incrementado consideravelmente para a expansão, consolidação e implantação de novas universidades. Apenas em 2013 foi investido um montante de R\$ 1,2 bilhão (2,6 bilhões em valores atuais - IGP-M) nessas frentes (VANSTREELS, 2014). O orçamento do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Superior (SESu) também sofreu forte incremento, sobretudo entre 2007 e 2012, quando os recursos praticamente dobraram em termos reais. Segundo o mesmo autor as 3 etapas da expansão (Interiorização, Estruturação e Expansão) tiveram forte alinhamento com o Plano Nacional de Educação - PNE (2001-2010):

(1). Interiorização (2003-2007): Interiorizar o ensino superior público federal, reduzindo as assimetrias regionais que concentram as universidades em metrópoles e regiões mais afortunadas com o incremento total de 613 cursos, 26.612 vagas e 110.729 matrículas sobretudo em áreas de interior;

(2). Estruturação (2008-2012): Execução do Reuni, que focou na reestruturação e expansão das Universidades Federais, aumentando o número de matrículas, ampliando a mobilidade estudantil, revisando a estrutura acadêmica, diversificando as modalidades de graduação, ampliando políticas de inclusão e articulação com a pós-graduação e com a educação básica;

(3). Expansão (2012-2014): Continuidade das propostas anteriores e execução de iniciativas específicas de desenvolvimento regional. Onde foram criados 47 novos campi e 4 novas universidades, além da implementação de políticas como o Programa de Expansão do Ensino Médico, o Programa Viver Sem Limite, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e o Procampo.

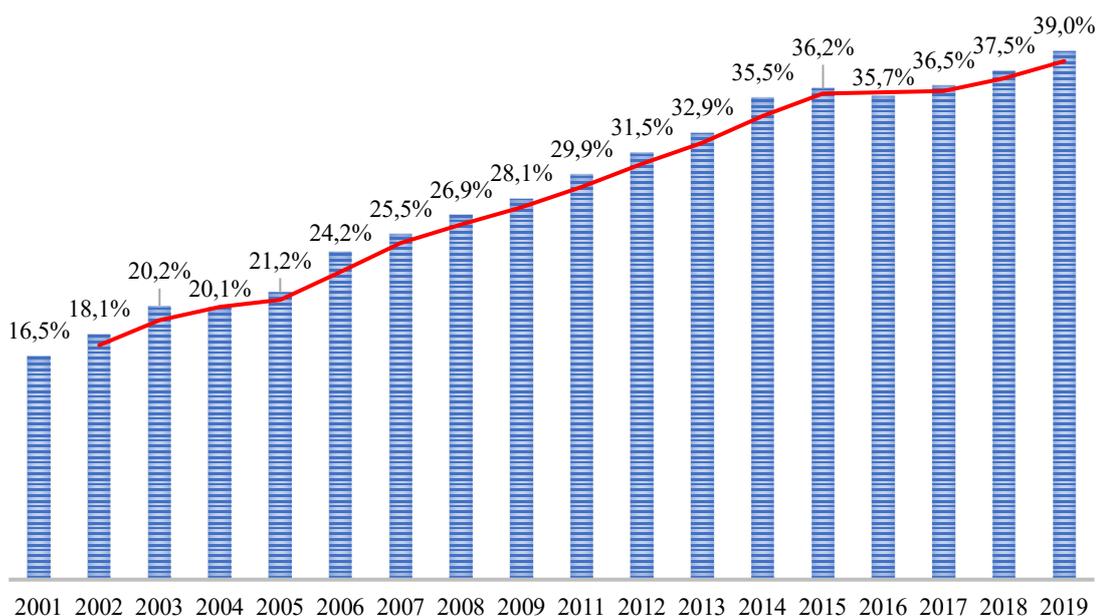
Vanstreels (2014) relata que a expansão no ensino superior causou uma mudança no perfil dos discentes, sobretudo com as novas modalidades, turnos de oferta e interiorização, possibilitando o ingresso de estudantes que trabalham no contraturno ou àqueles que não contavam com uma IES em suas redondezas, ressaltando os reflexos socioeconômicos ocorridos a partir desse processo.

Carmo (2016) retrata em sua pesquisa que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representaram grande destaque nos esforços para a interiorização da educação superior, mesmo que seu foco central seja a profissionalização como um todo (englobando o ensino médio técnico, cursos de curta duração, entre outros). A criação de diversos campi da Rede Federal contribuiu não apenas com o incremento na oferta do ensino superior, mas também na qualificação dos níveis que o precedem, contribuindo diretamente com o que é entendido como momento de transição (verticalização do ensino).

Segundo Boueri et al. (2015), no âmbito da qualidade, é muito mais fácil gerenciar os gastos e sua eficiência em cenários menores, visto que além do número proporcional de iniciativas, o cálculo amostral com relação aos *outputs* (discentes) é bem mais simplificado. Isso nos leva a crer que os grandes conglomerados tendem a olhar para a qualidade da educação sob uma ótica muito mais planejada do que o próprio estado, onde os meios são regulatórios, mas os fins visam atender a projetos cada vez mais minuciosos em termos de regionalidades.

O Gráfico 2 apresenta a evolução percentual na taxa bruta de matrículas no ensino superior relacionada à população entre 18 e 24 anos – principal faixa de público do setor. Pode-se observar sua evolução na média móvel (linha vermelha) e também como o percentual mais que dobrou em toda a série histórica, bem como sua linearidade até o ano de 2015, quando percebe-se a estabilização da curva:

Gráfico 2. Percentual de Matrículas no Ensino Superior em relação à população entre 18 e 24 anos (2001-2019)



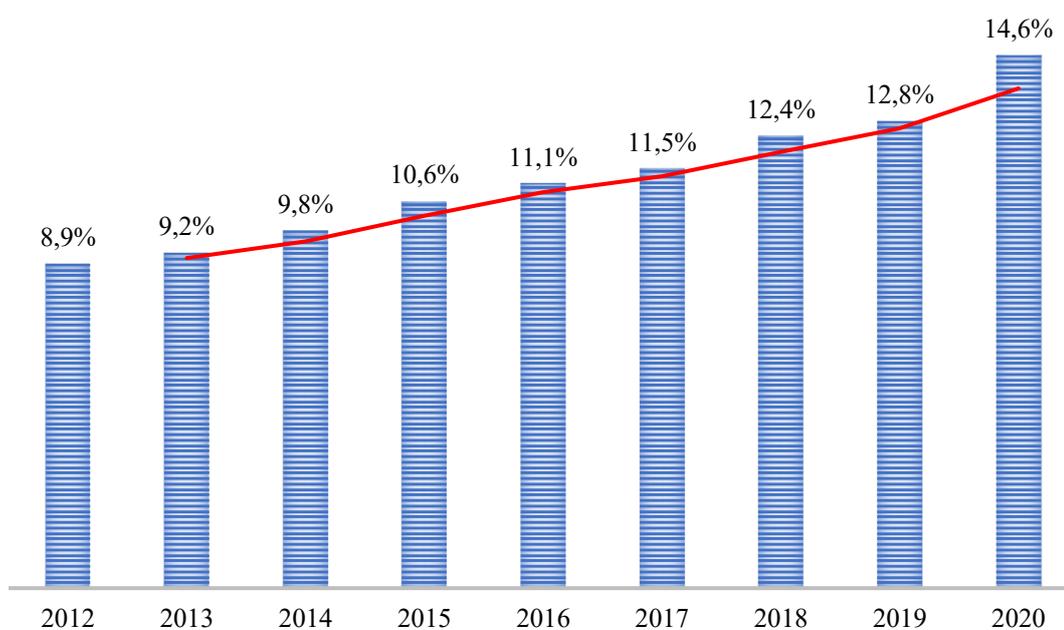
Fonte: INEP (2021)

Dentro dos recortes tratados para expansão nessa pesquisa (2011-2019), observa-se um incremento de quase 10%, indicando a permanência de uma tendência que já ocorreu na primeira década do século XXI. Tal tendência indica que o mercado para as instituições de ensino continua com forte demanda e aceitação por parte de seu mercado de atuação.

Acredita-se que a expansão correlacionada com a população de jovens (18-24 anos) indica também a criação de uma mão de obra qualificada, ou ao menos graduada já nos primeiros anos de atuação profissional dos indivíduos, possibilitando com que estes não precisem encontrar primeiro uma ocupação para depois buscar uma formação correlata. Ao contrário, com esse fenômeno observado entre os jovens, pode-se escolher o mercado de atuação com base em sua formação acadêmica, excluindo-se o que já foi dito sobre desencaixe entre esses dois momentos (*job-skill mismatch*).

Na sequência, pode-se observar o percentual de pessoas com 25 anos ou mais, com nível superior completo em sua evolução no recorte 2012-2020, sustentando argumentações anteriores vem de encontro ao objetivo do trabalho enquanto alocação desse crescente número (Gráfico 3). Tal análise complementa o gráfico anterior ao tratar da metodologia apensada pelo Ministério da Educação – cursar o ensino superior entre os 18 e 24 anos para fazer parte deste percentual a partir dos 25.

Gráfico 3. Percentual da população com Ensino Superior completo (2012-2020)



Fonte: INEP (2021)

Observa-se que a partir dos números dos indivíduos com ensino superior completo frente o total da população (sem o filtro da idade), a proporção de graduados na população quase dobrou dentro do recorte analisado (8,9%-14,6%), em números absolutos, significa um incremento de mais de treze milhões de pessoas graduadas nesse período, saindo de 17 milhões em 2012 para mais de 33 milhões de pessoas em 2020.

A expansão nesse sentido não representa apenas um elemento a mais no sentido da discussão sobre a saturação do mercado de trabalho em setores específicos, mas principalmente um incremento no contingente de indivíduos que se colocam agora em condições de ocupar posições inimagináveis outrora. Acredita-se que os efeitos consequentes dessa movimentação podem ser muito mais benéficos do que adversos no cenário ocupacional brasileiro.

Ainda dentro da temática desta evolução, o Quadro 5 apresenta a evolução das instituições de ensino superior por organização acadêmica e categoria administrativa de 2011 até 2019. Observa-se um incremento global de mais de 10% no número de instituições que oferecem ensino superior aos seus alunos, bem como o predomínio das instituições públicas nas universidades em contraste com os números das demais categorias.

Quadro 5. Evolução das IES por Organização Acadêmica (2011-2019)

Ano	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública
2011	2.365	102	88	7	124	135	1.869	40
2012	2.416	108	85	10	129	146	1.898	40
2013	2.391	111	84	10	130	140	1.876	40
2014	2.368	111	84	11	136	136	1.850	40
2015	2.364	107	88	9	140	139	1.841	40
2016	2.407	108	89	10	156	138	1.866	40
2017	2.448	106	93	8	181	142	1.878	40
2018	2.537	107	92	13	217	139	1.929	40
2019	2.608	108	90	11	283	143	1.933	40

Fonte. INEP (2021)

Pode-se observar que o grande incremento destacado no Quadro 5 é o do número de Centros Universitários da iniciativa privada, contrasta com o aumento de todas as categorias administrativas e organizações acadêmicas, entre os anos de 2011 e 2019 houve um aumento de 128% nesses números (de 124 para 283). Além disso, tal variação no grau de organização acadêmica pode indicar que uma Faculdade se transformou em Centro Universitário, ou seja, tais números indicam também a criação de novas IES privadas.

Tal movimento indica que ao mesmo tempo que ocorre a expansão das vagas, as IES privadas correm em busca de elevar seu nível de organização acadêmica, fato que as confere melhores prerrogativas na obtenção de novas bolsas e fontes de financiamento, bem como na emissão própria de diplomas e autorização de novos cursos, que passam a ser feitos mediante processos internos independentes do ministério da Educação (LOBO, 2018).

Buscou-se a partir de então, entender a evolução geral do setor educacional no Brasil, por meio de suas taxas de Cursos, Matrículas, Ingressantes e Concluintes. Tal evolução é importante pois permite perceber as reais implicações das políticas de expansão adotadas a partir dos incrementos ao longo da série histórica. No Quadro 6, demonstra-se tal evolução, onde pode-se acompanhar inclusive o quantitativo de discentes que evadem ao longo de sua jornada de formação, embora esse não seja objeto do presente trabalho, pode servir de reflexão a partir do momento que pode haver um percentual considerável destes evadidos como participantes dos programas relacionados ao processo de expansão (FIES, ProUni, Reuni).

Quadro 6. Evolução em Cursos, Matrículas, Ingressantes e Concluintes (2011-2019)

Ano	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes
2011	30.616	6.765.540	2.359.409	1.022.711
2012	32.050	7.058.084	2.756.773	1.056.069
2013	32.197	7.322.964	2.749.803	994.812
2014	33.010	7.839.765	3.114.510	1.030.520
2015	33.607	8.033.574	2.922.400	1.152.458
2016	34.440	8.052.254	2.986.636	1.170.960
2017	35.443	8.290.911	3.226.906	1.201.145
2018	38.007	8.451.748	3.446.328	1.264.778
2019	40.427	8.604.526	3.633.644	1.250.239

Fonte: INEP (2021)

Nessa questão, observa-se um aumento de 32% no número de cursos, 27% no número de matrículas, robustos 54% no número de ingressantes e por fim, 22% no número de concluintes, que representam a entrega desses graduados junto ao mercado de trabalho. A diferença percebida entre ingressantes e concluintes é entendida pela dinâmica da permanência (taxas de evasão) que não é contemplada no escopo dessa pesquisa, mas é uma das questões presentes nas preocupações da gestão acadêmica, independente da categoria administrativa.

A abertura de cursos têm relação direta com o nível de organização acadêmica das IES, sendo que as Faculdades precisam passar por um procedimento a mais para sua oferta, que é o procedimento conhecido como autorização de curso. Os Centros Universitários e Universidades têm autonomia para abertura de cursos por meio de tramitações internas, saltando dessa forma para o próximo ato de regulação, que é o de reconhecimento de curso que se dá no momento em que estes já estão em pleno funcionamento – este é solicitado pelas IES quando as cargas horárias dos cursos completam 50% de sua integralização.

Como uma forma de complementar os números anteriores, a pesquisa apresenta no Quadro 7, a evolução percentual no número de instituições, cursos, matrículas, ingressantes e concluintes dentro do recorte 2011-2019. Pode-se observar inclusive os momentos onde se apresentam variações negativas, como ocorreu majoritariamente no ano de 2013 e também o ritmo mais lento ocorrido a partir dos dados do ano de 2015.

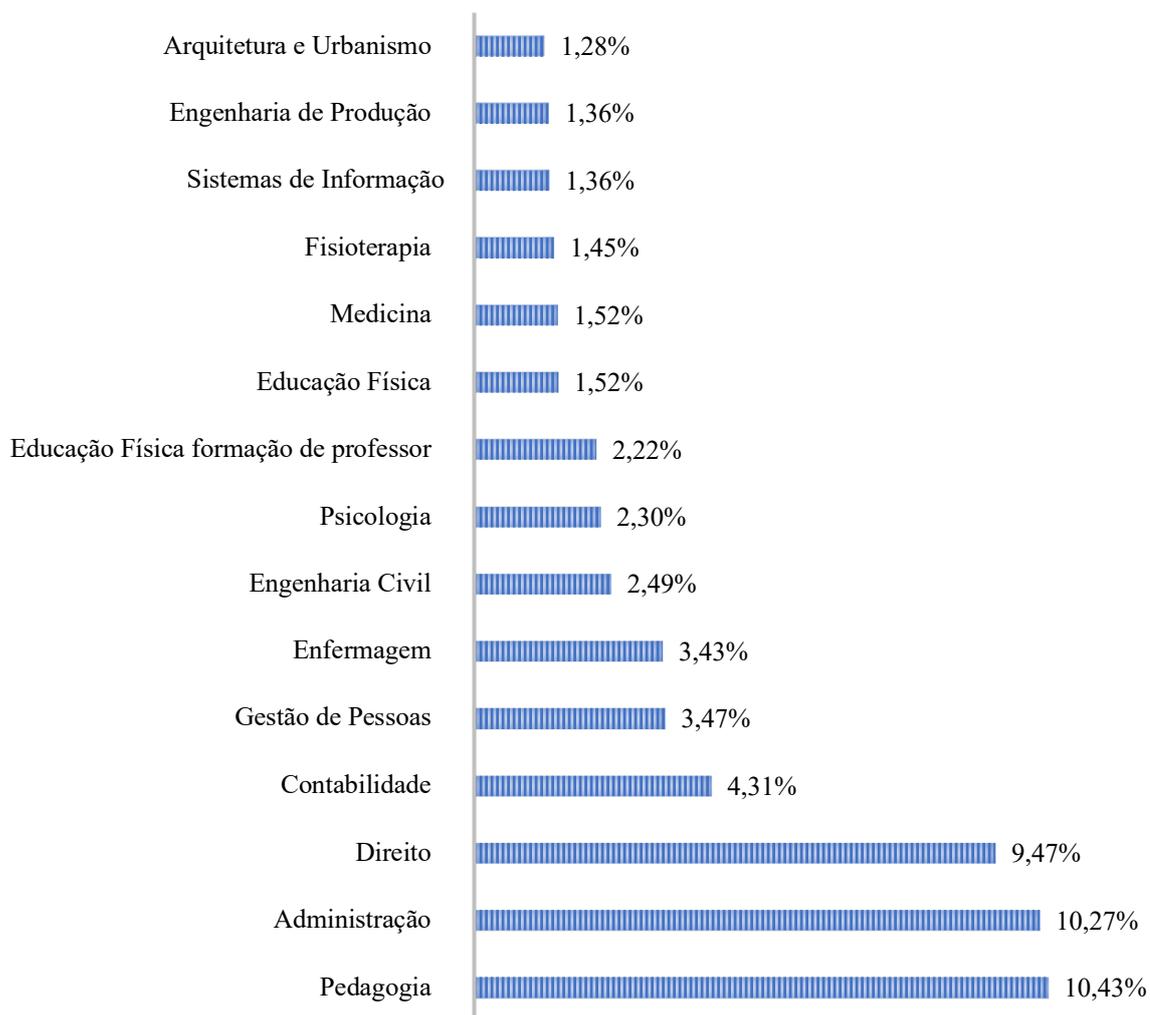
Quadro 7. Evolução Percentual em IES, Cursos, Matrículas, Ingressantes e Concluintes (2011-2019)

Ano	IES	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes
2011	-0,55%	2,96%	5,58%	7,40%	4,29%
2012	2,16%	4,68%	4,32%	16,84%	3,26%
2013	-1,03%	0,46%	3,75%	-0,25%	-5,80%
2014	-0,96%	2,53%	7,06%	13,26%	3,59%
2015	-0,17%	1,81%	2,47%	-6,17%	11,83%
2016	1,82%	2,48%	0,23%	2,20%	1,61%
2017	1,70%	2,91%	2,96%	8,04%	2,58%
2018	3,64%	7,23%	1,94%	6,80%	5,30%
2019	2,80%	6,46%	1,81%	5,44%	-1,15%

Nesse caso, pode-se observar a evolução anual em percentuais no número de IES, cursos, matrículas, ingressantes e concluintes e entender que em alguns momentos foram registrados decréscimos na quantidade de IES, o que indica não só o fechamento destas, mas também o movimento de fusões e aquisições durante o período analisado. Tal argumento é reforçado pela variação sempre positiva no número de cursos, independente do ano da série. A expansão do ensino superior no âmbito privado trouxe como um de seus efeitos colaterais, a criação de grandes grupos educacionais, de projeção mundial que a partir de sua influência no mercado de formações, pautaram grande parte da oferta de cursos onde as IES públicas não puderam chegar.

Na dinâmica entre Matrículas/Ingressantes/Concluintes pode-se observar a queda acentuada nos ingressantes do ano de 2015, quando houve a reformulação dos critérios do FIES. É importante considerar ao analisar esses números o que é tratado nessa pesquisa como um tipo de inércia demográfica aplicada aos indicadores da educação superior, visto que o tempo médio de formação dos indivíduos no sistema é de quatro anos, os ingressantes de determinado ano são esperados no mercado apenas quatro anos mais tarde.

No Gráfico 4, o trabalho apresenta a evolução percentual acumulada do recorte dos 15 maiores cursos ao longo do recorte da expansão (2011-2019), os quais representam um total de mais de 50% em todo o contingente de concluintes. Ou seja, esses 15 cursos apresentaram mais da metade de todos os diplomados dentro desse período de tempo. Se observarmos apenas os três primeiros (Pedagogia, Administração e Direito), temos aí 30% desse percentual só com esses três. Tais números corroboram com a argumentação no sentido de que a expansão ocorreu mais na direção da demanda por cursos do que na demanda pela sua consequente formação pelo mercado.

Gráfico 4. Evolução dos maiores cursos em percentual de concluintes (2011-2019)

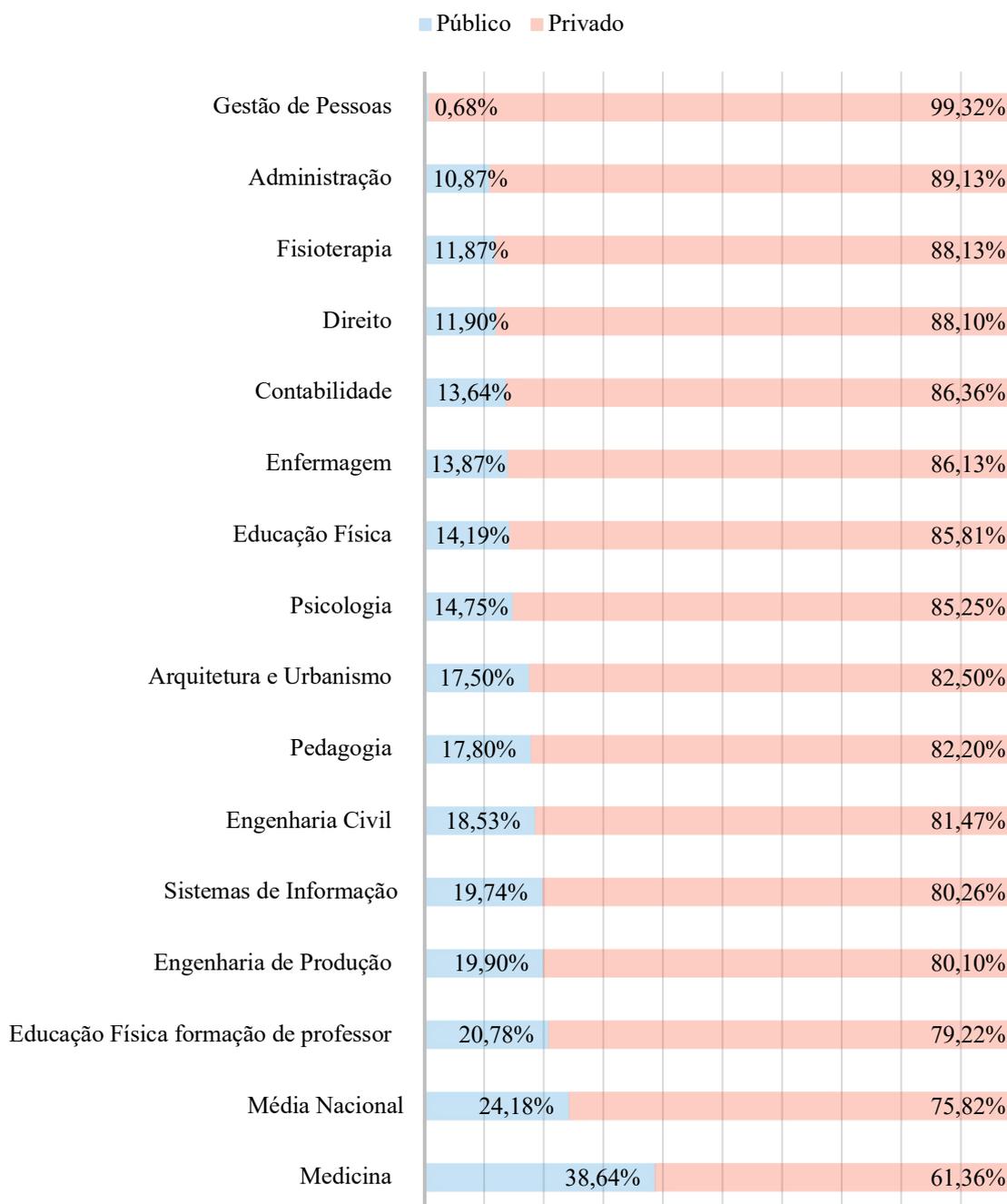
Fonte. INEP (2021)

Os quinze cursos elencados acima e tratados ao longo dessa pesquisa como principais cursos do processo de expansão, representam aproximadamente 60% de todos os egressos do que se entende aqui como processo de expansão do ensino superior. A pouca estratificação e grande concentração, sobretudo nos três mais populares (Pedagogia, Administração e Direito) indica a existência de uma espécie de preponderância dessas áreas sobre as demais dentro da demanda por formação. Tal distribuição representa a proporção desses cursos frente a todos aqueles ofertados ao longo dos anos do recorte (2011-2019), sem nenhuma distinção de área.

Como ator ativo na realidade do ensino superior, dentro do período estudado, pode-se destacar diversos pontos preponderantes para a grande demanda e consequente oferta desses cursos em questão, em especial as questões relacionadas à flexibilidade e demanda constante frente às competências atreladas à essas formações, a dinâmica de preço, até a baixa complexidade daquilo que é estudado ao longo da jornada de formação do discente.

Ainda dentro desse recorte de Cursos, o Gráfico 5, apresenta seus percentuais de matrícula por Categoria Administrativa (Pública/Privada), em números acumulados entre 2011-2019, ordenados de acordo com os percentuais de cada categoria. Pode-se perceber a partir de então, a título de exemplo, a discrepância entre a formação de Gestão de Pessoas, praticamente exclusiva às IES privadas e o curso de Medicina, que por ter regulação própria, é o único curso acima da média nacional se tratando de oferta de matrículas pelas instituições públicas.

Gráfico 5. Matrículas dos principais cursos em percentuais por Categoria Administrativa (2011-2019)



Fonte: INEP (2021)

Considerando o estrato em questão, pode-se entender também a diferença do comportamento das diferentes categorias administrativas na evolução percentual das matrículas dos cursos em questão. Cabe ressaltar também, que os maiores cursos dessa evolução, foram os que mais sofreram incremento no número de estudantes da rede privada (Pedagogia – 8,57%, Direito – 8,34% e Administração – 9,16%). Os maiores incrementos nas IES públicas foram nos cursos de Contabilidade e Medicina, ambos com aumento de 0,59% no número de alunos, este último sendo o único com o percentual de matrículas em IES públicas acima da média nacional.

Com relação as instituições de ensino superior por Unidade Federativa (2019), é possível analisar também os Estados de acordo com sua proporção de matrículas no Ensino Superior confrontando IES públicas e privadas. Se por um lado, o Estado de Rondônia, tem 5,29 IES na rede privada para cada uma na pública, o estado da Paraíba apresenta 1,27 IES na rede privada para cada pública (IBGE, 2021). A média nacional é de 3,14 instituições privadas para uma única pública.

A evolução dos cursos e distribuição nos estados observa lógicas próprias, visto que os cursos, que foram impulsionados primariamente pela iniciativa privada atendem uma lógica de demanda mercantil, muitas vezes sequer acompanhada por um desenvolvimento regional enquanto os estados observam mudanças relacionadas às características próprias, como estrutura logística e distribuição de oportunidades e de estágios aos estudantes. Por exemplo, para abertura de cursos na área da saúde, são necessários centros, hospitais ou unidades de saúde que absorvam não apenas os egressos, mas também o corpo de estágio desses cursos durante o processo formativo dos alunos.

Tais observações são presentes não apenas nos questionamentos relacionados aos egressos dos cursos, mas também nos debates em torno dos atos autorizativos desses cursos, que têm como principal preocupação, imaginar o cenário que será habitado pelo estudante e o egresso dos cursos propostos. O Ministério da Educação acompanha por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

O tamanho relativo do setor privado já era elevado desde os anos 60 e aumentou sobretudo após a recente expansão no ensino superior, visto que manteve praticamente inalterado entre 1980 e 1997. Em 2003 as IES particulares já eram 88,9%, ante cerca de 60% (NUNES et al., 2005). Se for considerada a distribuição por estados por exemplo, não existe uma linearidade na à dicotomia pública x privada, nem uma relação de interdependência, salvo quando o estabelecimento de pólos universitários, que não é um dos objetivos desta pesquisa.

Dentro dessa divisão das Categorias Administrativas (Público x Privado), pode-se observar dentro do recorte proposto que apesar da grande mudança no volume de matrículas (21,7% de aumento no total), pouca foi a alteração na distribuição destas. As instituições privadas avançaram sobre as públicas 2,1% em termos de participação de mercado, estas passaram a possuir 3 de cada 4 matrículas no ensino superior.

Quadro 8. Evolução em Matrículas por Categoria Administrativa (2011-2019)

Ano	Privada	%	Pública	%	Total
2011	4.966.374	73,7%	1.773.315	26,3%	6.741.700
2012	5.140.312	73,0%	1.897.376	27,0%	7.039.700
2013	5.373.450	73,5%	1.932.527	26,4%	7.307.990
2014	5.867.011	74,9%	1.961.002	25,0%	7.830.027
2015	6.075.152	75,7%	1.952.145	24,3%	8.029.312
2016	6.058.623	75,3%	1.990.078	24,7%	8.050.717
2017	6.241.307	75,3%	2.045.356	24,7%	8.288.680
2018	6.373.274	75,4%	2.077.481	24,6%	8.452.773
2019	6.523.678	75,8%	2.080.146	24,2%	8.605.843

Fonte: INEP (2021)

É importante notar que para sustentar esse incremento percentual de 2,1% observado no ganho de participação do setor privado ao longo do recorte foi necessário um incremento de mais de 1,5 milhão de matrículas, ao passo que o setor público contribuiu nesse mesmo período com um incremento de pouco mais de 300 mil novas vagas. Ressalta-se que o número de matrículas representa o total de indivíduos matriculados (inscritos) nessas instituições naquele momento, sendo totalmente possível, um indivíduo ter mais de uma, por exemplo, caso faça ao mesmo tempo dois cursos.

Para sustentar tais mudanças e garantir a agilidade necessária frente às demandas por formação e atender todas as regulamentações e expectativas de qualidade vigentes, as IES privadas recorreram cada vez mais ao mercado para dar sustentação aos seus negócios. Várias mudanças corroboram com a tendência citada anteriormente, de grandes fusões e aquisições, bem como a criação e consolidação de grandes potências no setor privado da educação superior (FERNANDES et. al, 2018).

Tais mudanças apresentam tanto aspectos positivos, quanto negativos, no âmbito da educação superior. Positivos pois grupos maiores são mais resilientes a momentos de crise, além de contar com maior acesso a tecnologias de ponta, facilitando o intercâmbio entre as unidades e também acesso ao que é mais recente em termos de metodologia aos discentes. Ao estudar em um grande grupo, o aluno entra em uma rede ampla de metodologias de ensino e gestão muitas vezes já testadas e validadas em diversos cenários.

Por outro lado, a impessoalidade de um grande conglomerado educacional trás consigo a falta de aderência às expectativas regionais e a identificação que as instituições de ensino superior podem ter com a sociedade onde se inserem, sobretudo nos âmbitos das atividades de extensão. Uma vez que o controle das atividades passa a ser feito por uma organização externa ao processo de crescimento e maturação da IES, acontece um descolamento de sua história e inserção e atuação local.

Conclui-se nesse capítulo que a partir da expectativa de desenvolvimento nacional, ganho de produtividade e aumento no rendimento geral, foram feitos esforços robustos no sentido de aumentar a proporção de graduados na população brasileira e que os egressos dessa expansão foram concentrados em grande parte em um grupamento de cursos elencados dentro dos recortes dessa pesquisa.

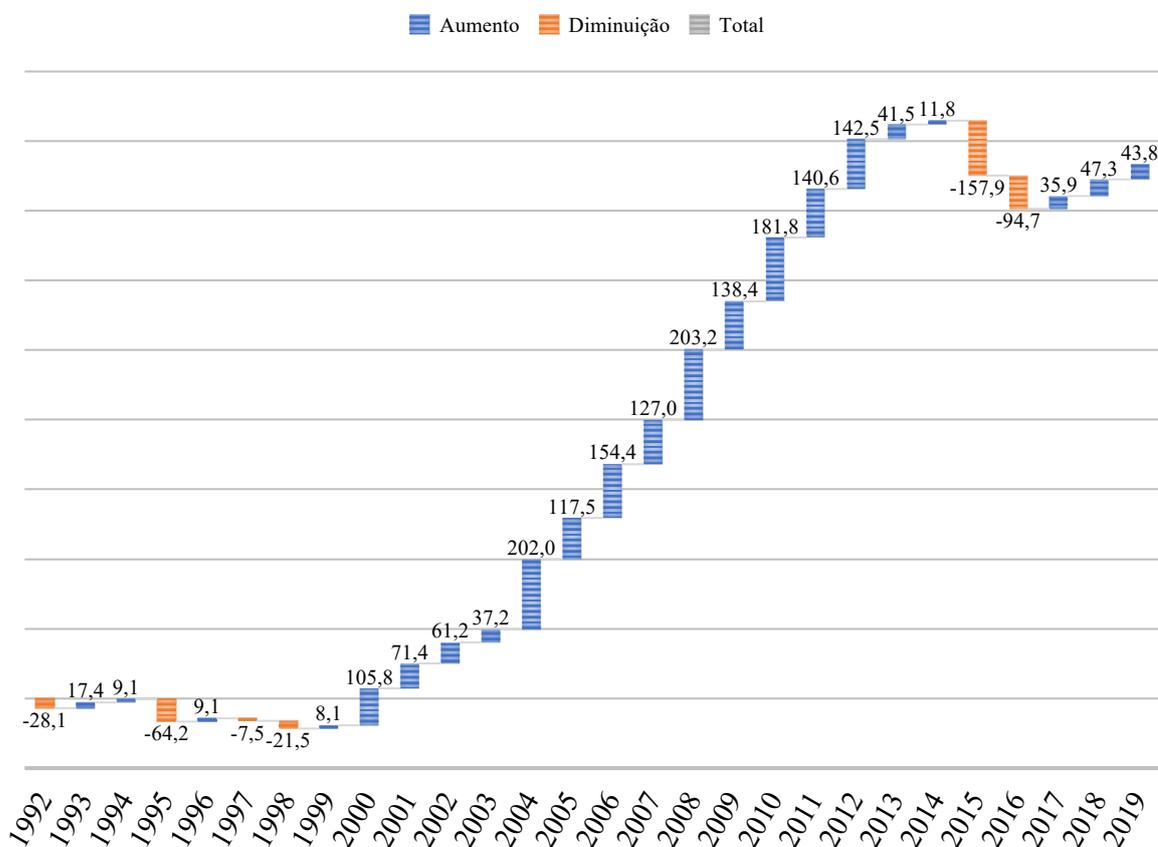
Entender a dinâmica entre a expansão na formação e sua consequente ocupação faz-se muito importante para que possam ser levantadas questões para além do emprego em diferentes setores, como a orientação profissional, retorno aos formuladores de políticas públicas e até mesmo fomento para decisões no que tange também às dinâmicas de pesquisa e extensão. Na sequência, a pesquisa busca dialogar a partir da formação no ensino superior em direção às expectativas de emprego e renda atreladas à formação.

4. FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA, EMPREGO E RENDA

Neste capítulo foram trazidas algumas discussões teóricas da pesquisa relacionadas ao movimento de expansão que acabou de ser ilustrado, bem como as discussões levantadas pelos pesquisadores que trataram das questões entre a formação, ocupação, mobilidade social e desigualdade de renda sob a ótica do Estado. Na sequência são demonstrados algumas inferências que buscam debater a implicância da expansão no mercado e demais assuntos abordados como por exemplo, o caso da Mobilidade Social.

Se de um lado apresenta-se um mercado competitivo, que exige profissionais qualificados e experientes, na outra ponta, existe um grande número de indivíduos ingressando em instituições de ensino superior, com a expectativa de sucesso em diferentes mercados, em constante mutação, sobretudo após o lapso temporal decorrente das formações universitárias.

Para ilustrar a volatilidade do mercado de trabalho e sua forte relação com as flutuações econômicas, foram levantados os dados disponíveis desde o início da série histórica do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Ministério do Trabalho e Emprego). Pode-se observar que concomitantemente à expansão das vagas no ensino superior, houve um aumento no saldo de emprego e também na remuneração média dos trabalhadores, até o ano de 2015, quando todos estes indicadores caem simultaneamente, voltando praticamente a patamares percebidos no ano de 2011 (Gráfico 6):

Gráfico 6. Evolução anual do saldo de Emprego Formal (em milhares)

Fonte: CAGED (2020)

Argumenta-se a partir de então, que todos os novos graduados nesse lapso temporal (2011-2019) lidam praticamente com um mercado formal do mesmo número de vagas, porém com um número muito maior de indivíduos inicialmente aptos a ocupá-las. Olhando apenas em termos econômicos e quantitativos dentro da esfera da ocupação e mercado de trabalho, os números indicam que a expansão no número de graduados na realidade brasileira faz-se dependente de um crescimento econômico ou de políticas de fomento ao emprego e renda que a torne sustentável.

Em outro debate de foco qualitativo, porém ainda dentro desse cenário, questiona-se aqui o papel do ensino superior como ferramenta de emancipação individual que vai além da formação de indivíduos para o mercado de trabalho (NUNES, 2006). O acesso, permanência e êxito no sistema de ensino superior passou a ter uma perspectiva quase que individualizada e particular, tornando-se assim um desafio na administração de políticas públicas que tratam desse objeto e suscitando a importância de discutir as políticas educacionais e o ensino superior partindo de diferentes abordagens.

4.1. Ensino Superior e Mobilidade Social

Esta seção traz algumas colocações dentro das temáticas da Mobilidade Social e da Desigualdade de Renda, bem como suas implicações relacionadas ao objeto de pesquisa, partindo da perspectiva da formação em nível superior como mecanismo que aumenta a perspectiva de mobilidade social e conseqüentemente ativo na redução da desigualdade de renda. Demonstra também inferências dentro dos campos das formações estudadas e suas implicações com as variáveis em questão a partir dos recortes apresentados.

Ribeiro (2007) argumenta que existem dois principais tipos de desigualdade, a Desigualdade de Oportunidades, relacionada às chances de ascensão pautadas em características herdadas como raça, sexo ou origem de classe e a Desigualdade de Condições, relacionada às variáveis possíveis de renda, serviços, bens de consumo, cidadania, educação e emprego, as quais podem ser providas/alcançadas por políticas de bem estar social em busca da equidade. Lincoln (2010) afirma ainda nessa seara, que quanto maior é o sucesso de determinado sexo em uma ocupação, maior a dificuldade de inserção do oposto nesse mercado.

A Educação se encontra nessas duas classificações, por estar presente no âmbito do acesso relacionado à condição de origem dos indivíduos e também nas condições encontradas para que essa educação proporcione a mobilidade, sobretudo intergeracional. Xu (2013) considera a carreira como uma extensão do sucesso do aluno em sua jornada pelo sistema educacional, atribuindo parte de seu sucesso às instituições de ensino e seus currículos.

A expansão do ensino superior trata do problema da desigualdade de oportunidades via políticas de acesso tanto no ensino superior público (via Reuni), quanto no ensino superior privado (via ProUni/Fies), aumentando exponencialmente o número de vagas, garantindo cotas para acesso e vagas reservadas à estudantes de baixa renda e/ou de escolas públicas. Por outro lado, em busca da redução das desigualdades de condição (desigualdades internas do sistema), existem diferenças metodológicas consideráveis em sua mitigação, enquanto IES públicas buscam a manutenção dos estudantes via bolsas, novas modalidades de ensino ou horários alternativos, as IES privadas praticam a gestão da permanência de uma forma mais sistematizada, com auxílio de núcleos de atendimento específico, uma vez que os estudantes representam receita (direta ou indireta) nesse caso específico (LOBO, 2012).

Santos (2002) cita o peso da educação na geração de desigualdade de renda no trabalho, abordando o ganho salarial e sua implicação com os anos adicionais de escolaridade. A relação da educação com a desigualdade nos primeiros anos é mais crônica nos anos iniciais e mais aguda nos anos finais, ou seja, nos primeiros anos da educação, os indivíduos alcançam

patamares médios da distribuição, enquanto o ensino superior, se apresenta como oportunidade de diferenciação da massa.

A desigualdade, em suas diversas dimensões, sempre andou ao lado da história brasileira, em suas diferentes dimensões e momentos históricos, sem diferenciar aspectos democráticos ou avanços econômico-industriais (Arretche, 2015). A dimensão renda, que sempre ocupou lugar de destaque nos indicadores clássicos dos estudos comparativos, experimentou dramáticas mudanças entre 1991 e 2010, juntamente com o acesso à saúde e participação política, o que não foi acompanhado em proporção, pelo acesso à educação e nos efeitos de origem social sobre os níveis educacionais.

Para romper com esse ciclo, são necessárias medidas inéditas, profundas e constantes, que exigem por sua parte construções políticas jamais vistas em nossa história, com a perspectiva de continuidade e de reformas que colocam em xeque, muito do que foi feito até hoje e nos trouxe até o ponto atual. Souza (2016), argumenta que não existem motivos para otimismo em alternativas fáceis e o crescimento econômico puro e simples não resolverá a questão distributiva, como muitos imaginam.

A luz de uma eventual reforma educacional, acredita-se que seriam necessárias muitas décadas para que a inércia demográfica seja deixada para trás e seus efeitos sobre a distribuição de renda possam aparecer de forma efetiva. Medeiros et. al (2019), chama esse fenômeno de “ciclo de reposição demográfica” e indica que uma mudança muito intensa e súbita das características educacionais entre as gerações pode ainda gerar um aumento na desigualdade, distanciando esses grupos, visto que qualquer reforma educacional afeta inicialmente os grupos mais jovens que ingressam na força de trabalho, que depois de um lapso temporal, vêm a tornar-se a maioria.

Entende-se também que para sustentar um incremento de renda suficiente para reduzir tal dimensão da desigualdade, o país deveria passar por um cenário de grande expansão na economia que implique na absorção dessa força de trabalho mais educada (MEDEIROS et. al, 2019). Além disso, seriam necessárias reformas profundas além de condições externas muito favoráveis, como por exemplo a universalização do Ensino Médio ou índices historicamente baixos de desemprego – acompanhada de indicadores robustos de qualidade e um reduzido grau de desencaixe entre formação e ocupação (*job-skill mismatch*).

Bowles e Gintis (2002) mostram que o sistema educacional funciona como um instrumento de reprodução social. Mesmo com maiores exigências sobre as instituições de ensino e maior quantitativo de pessoas com ensino superior, os índices de desigualdade ainda não conseguem, por si, mostrar sinais de evolução. Jackson (1980), argumenta que tal fato se

dá por conta do Currículo Oculto que forma cada vez mais trabalhadores não críticos, especialistas e funcionais.

Outro tópico em evidência quando educação e desigualdade são tratados dentro do mesmo escopo é a questão meritocrática. Markovits (2019) argumenta que a meritocracia é uma ideia vaga (no contexto prático) pois basicamente, as oportunidades não se apresentam a todos da mesma forma e sem exceções. A retórica do mérito dialoga diretamente com a ideia de que o ensino superior por ser uma empreitada individual se entende como um investimento apenas privado ao indivíduo.

Segundo o mesmo autor, a competição é elemento incontestável na lógica do sucesso, porém é facilmente sobreposta quando se depara com questões como a transferência hereditária de poder e riqueza. Políticas inclusivas de caráter equitativo são extremamente necessárias em um cenário onde os pontos de partida são tão difusos. Nesse âmbito, é importante debater a importância do trabalho e sua função geradora de significado para a sociedade, entendendo e colocando em perspectiva os diversos níveis de sucesso em diferentes realidades possíveis.

Nem todos os indivíduos partem do mesmo patamar em suas jornadas acadêmicas e profissionais, devido à existência de fatores que os precedem, como heranças, privilégios, oportunidades, classe de origem, entre outros. Nesse âmbito urge a importância de debater sobre a busca e garantia de equidade (equalização) de oportunidades e condições durante todo o processo educacional e inserção no mercado de trabalho.

O mérito no âmbito educacional, representa um sistema fechado e auto sustentável em que as elites dão uma educação fora de série aos seus filhos, de forma a distanciá-los o máximo possível dos padrões médios, estes por sua vez transformam o mercado de trabalho de forma que recebam os melhores salários para funções que exigem habilidades que só eles possuem (MARKOVITS, 2019). Tal educação fora de série não implica apenas em escolas ou cursos visíveis, porém inacessíveis aos padrões da sociedade, mas da construção de habilidades de acordo com um conjunto de padrões construídos especificamente para diferenciá-los, o autor caracteriza como Herança Meritocrática a diferença nos recursos que os indivíduos de diferentes origens sociais conseguem investir na educação de seus sucessores.

Em um país como o Brasil, que conforme Arretche (2015) e Souza (2016) sofre com um histórico de muita desigualdade, de origem basicamente aristocrática, o conceito de meritocracia pode reforçar as desigualdades onde os incentivos e à mobilidade vertical ganham status de exceção, ao invés de uma possibilidade para a maioria. A partir do momento em que um país tem uma desigualdade sistêmica, apesar de não ser absoluta, esta interfere diretamente

não apenas na forma que as diferentes classes escolhem um curso superior, mas também nas condições que estes têm para disputar por uma vaga e também de manter suas escolhas.

Mesmo em países historicamente menos desiguais, certo grau de incerteza existe inclusive sobre aqueles considerados estudantes de elite, tão grande e crescente a gama de exigências impostas sobre estes. A democratização da educação, bem como a valorização de funções que têm maior retorno social, independente da qualificação de quem o executa são duas formas de interromper o ciclo meritocrático que aflige às questões principais da desigualdade, a partir do momento que todos os indivíduos conseguem ter iguais pontos de partida, pode-se atribuir somente a estes os méritos de seus resultados.

A visão da elite sobre como enfrentar acertadamente os problemas decorrentes da pobreza e da desigualdade é produto direto de sua capacidade de vislumbrar as aplicações das políticas públicas para a mitigação desses problemas (REIS, 2000). As elites tendem a acreditar que as melhores opções para combater a pobreza seriam por meio de condições estabelecidas por esforços estatais para que o setor privado possa gerar mais riquezas, o que hipoteticamente criaria melhores condições para os setores mais pobres da população. Em outras palavras, as políticas sociais aos olhos das elites representam apenas um complemento do dinamismo hipotético natural do mercado.

Ainda segundo Reis (2000), as elites parecem não reconhecer a relação de interdependência entre suas demandas e os setores pobres da população, sobretudo quanto às necessidades de coletivização das soluções sociais, como é o caso da garantia de educação gratuita e de qualidade. Quando cai para o setor público a responsabilidade pela resolução de um problema conjuntural como é o caso da pobreza, este é visto ou repassado como um problema exclusivo do estado.

Lemos (2017), argumenta que o efeito da educação na desigualdade, foi de um deslocamento para cima, pois por mais que permaneçam ativos os mecanismos de capital cultural e das avaliações de riscos, que explicam em parte a reprodução da desigualdade, tanto o rendimento das classes inferiores quanto superiores foram incrementados. Em outras palavras, sem a democratização do sistema educacional e a consequente inclusão das classes trabalhadoras no sistema de ensino, incluindo o superior, as sociedades contariam com índices certamente mais resistentes no que tange à desigualdade.

A mobilidade social, por sua vez, ocorre quando o indivíduo rompe com sua classe de origem para fazer parte de outro grupamento, seja ele superior ou inferior a esta. Ribeiro (2007) apresenta diversos tipos de Classes, alvo desta mobilidade, em ordem ascendente: Trabalhadores Manuais Rurais, Proprietários Rurais, Trabalhadores Manuais não Qualificados,

Trabalhadores Manuais Qualificados, Técnicos e Superiores, Pequena Burguesia, Trabalhadores não Manuais, Profissionais e Administradores.

A mobilidade acontece em dois sentidos diferentes, Ascendente (quanto o indivíduo move para uma classe superior) e Descendente (quando o indivíduo se move para uma classe inferior) e também em duas classificações relacionadas à amplitude, Longa, quando tem-se grande diferença entre classe de origem e destino (como Trabalhador para Administrador) e Curta, quando não se tem tanta diferença (como Rural para Trabalhador).

A mobilidade longa também pode ser chamada de vertical, enquanto a curta também é entendida como horizontal, por não ocasionar em uma mudança significativa no status e rendimento. De uma forma geral, a Mobilidade implica mudança de posição socioeconômica, ou seja, não apenas a dimensão social, mas num conjunto desta com o poder aquisitivo (SCALON, 2011). Ribeiro (2000) argumenta que três fatores são centrais e se relacionam continuamente na dinâmica da mobilidade, renda, ocupação e educação formal.

Segundo Ribeiro (2007) não existem diferentes tipos de mobilidade, esta se apresenta em apenas de forma absoluta, embora sua movimentação aconteça de acordo com dois efeitos principais, um estrutural que é consequência da disparidade entre as classes de origem e destino e outro que deriva da associação líquida entre origem e destino de classe (níveis de oportunidades). Por sua vez Scalon (2001), na esteira de Goldthorpe (1987) opta por tratar os diferentes níveis de classes sob a ótica do mercado de trabalho, a autora lança mão do conceito de fluidez para contrapor as estruturas rígidas de classe (onde observa rígidas taxas de mobilidade). Toda literatura sobre o assunto indica que a estrutura de classes no Brasil é extremamente rígida, o que dificulta o caminho entre a ocupação de origem dos indivíduos e uma diferente perspectiva de sucesso profissional no mercado de trabalho.

Scalon (2001) afirma ainda que o peso da origem (posição) na mobilidade social é muito maior do que outros fatores como gênero ou ocupação, por exemplo, mulheres e homens estão expostos às mesmas variações relacionadas à desigualdade de acesso ou oportunidades. Ribeiro (2000) corrobora ao afirmar que o peso da origem interfere não só na dinâmica de mobilidade curta (horizontal) como longa (vertical) no que tange aos indicadores de renda das ocupações.

A mobilidade por efeito estrutural acontece quando um país passa por processos que geram certo tipo de ruptura, como por exemplo, industrialização, êxodo rural, abertura econômica, etc. Esta tem diminuído na mesma proporção em que as sociedades se modernizam e convergem em termos de tecnologia e modos de produção, paralelamente à essa diminuição, aumenta-se o efeito da fluidez na mobilidade, ou seja, reduzem-se proporcionalmente as vantagens de origem numa classe mais alta em comparação com as demais (RIBEIRO, 2007).

Goldthorpe (1993) indica que existem diferentes padrões de fluidez na mobilidade em diferentes sociedades e épocas, mas que existe um padrão básico nesse fenômeno, a partir do qual as variações são muito sensíveis. Em outras palavras, entende-se que existem espécies de pré-requisitos socioeconômicos para que haja um ambiente favorável à questão da mobilidade social, onde dentro de certas condições, como heranças sociais na forma de vantagens e desvantagens, observam-se poucas mudanças em nível geral.

No caso do Brasil, o padrão de fluidez indica uma mobilidade entre as classes rurais e trabalhadoras, assim como a dificuldade na mobilidade de longa distância. Tais efeitos indicam à enorme disparidade entre às classes no topo (administradores e profissionais), e as classes de baixo (rurais, manuais e trabalhadores), indo ao encontro de fatores históricos e sociológicos que afirmam que as sociedades industriais possuem esse padrão básico (RIBEIRO, 2007).

Os padrões de mobilidade da sociedade brasileira, mesmo após os movimentos de expansão do ensino superior, são de pouca mobilidade ascendente e estrutural, porém de muita fluidez. Ou seja, a sociedade percebe pouca mobilidade vertical, mas é menos caracterizada pela dependência da transmissão intergeracional de oportunidades, fazendo com que a classe de origem tenha menos efeitos sobre a classe de destino dos indivíduos, o que apesar de ainda não representar uma sociedade igualitária, indica avanço incontestável na busca da equidade.

Condições de origem implicam que as famílias têm mais recursos para investir nas estratégias de mobilidade de seus filhos, têm vantagem relativa na mobilidade social (análise de classes). Tal teoria conduz para o entendimento de que apenas políticas de caráter equitativo levariam ao aumento da fluidez social, no caso específico da educação de ensino superior, pode-se entender que tal tipo de política poderia ser voltado para formar indivíduos em cursos que não se formariam sem tais políticas.

Ambos conceitos (Mobilidade e Desigualdade) podem ser trabalhados de forma conjunta no âmbito do planejamento das políticas públicas, tomando inicialmente a perspectiva de complementariedade, acredita-se que uma redução na desigualdade de condições, pode ajudar na consequente redução das desigualdades de oportunidades. Ademais, todos os referenciais apontam que o maior problema do Brasil não é a mobilidade em si, mas a distância que esta tem que percorrer para que se mostre efetiva.

A educação figura como um importante mecanismo de aumento da fluidez na mobilidade social, embora, conforme constatado por Costa Ribeiro (2007) e citado por Lemos (2017), essa mobilidade se dá em grande medida em pequenas distâncias. Em outras palavras, temos grande mobilidade entre as classes de elite e entre as classes mais baixas, mais ainda

pouca levando indivíduos das classes mais baixas, até as mais altas, sobretudo por conta das enormes distâncias de rendimento a serem percorridas entre estas (FERNANDES et. al, 2018).

A educação superior desempenha um papel central no processo de estratificação e mobilidade, pois confere melhores chances, salários e condições. Se o incremento nas oportunidades educacionais puder ser dado de forma proporcional aos historicamente desfavorecidos, o ensino superior trabalha de forma otimizada em seus mecanismos (CARVALHAES e RIBEIRO, 2019).

Carvalhoes e Ribeiro (2019) apontam que a expansão provocou forte estratificação horizontal entre os cursos e tipos de instituições, principalmente em termos de classe de origem dos alunos e gênero, mas também raciais, fato confirmado também na pesquisa de Senkevics (2021). Embora as escolhas tomadas pelos indivíduos sejam individuais e particulares, suas oportunidades dependem em alto grau de suas origens. Em outras palavras, a classe de origem influencia não só na escolha do curso, mas em sua permanência e sucesso na carreira escolhida.

Conforme apontado por Collins (2019), as profissões podem ser segmentadas também pelo status conferido aos seus egressos, o que vai além da perspectiva de formação e pode ou não dialogar com a remuneração auferida a partir de sua inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, o desenvolvimento dos indivíduos a partir do contato direto com a prática profissional ao longo de sua formação é mais importante do que o próprio conteúdo que lhes é apresentado.

A teoria conhecida como Credencialismo (COLLINS, 2019) reitera que o ensino superior ainda é um importante instrumento de validação das credenciais para atuação em diversos campos do mercado de trabalho. A regulamentação das profissões vão ao encontro dessa teoria e corroboram também com as pesquisas da PNADC/T, visto que as bases de dados longitudinais só conseguem vislumbrar os profissionais ocupados em funções as quais percebem algum tipo de enquadramento – conforme códigos de ocupações. Nesse sentido, às instituições de ensino superior dialogam não apenas com a formação do indivíduo em sua capacitação profissional, mas também com o enquadramento deste em uma longa e diversificada lista de competências requeridas para sua atuação enquanto egresso.

Wilis (2017), argumenta que alunos oriundos de classes trabalhadoras buscam manifestar através de suas atitudes, afirmação de sua própria condição social. Replicam assim, no ambiente escolar, interesses e comportamentos relacionados de forma a promover sua condição de classe e seus consequentes predicados, como no caso da classe trabalhadora, a pontualidade, obediência, resolução de problemas técnicos e raciocínio lógico quantitativo, ignorando habilidades comuns às classes sociais superiores.

Essa construção indica que para subir na pirâmide social, tais indivíduos deveriam inicialmente sacrificar sua identidade de classe, indo de encontro, muitas vezes ao que é transmitido naturalmente pelos currículos dos sistemas de ensino, que promovem, sem perceber, a progressiva e constante desqualificação da classe trabalhadora em seu potencial de mobilidade social (BRAVERMAN, 1998).

Indivíduos de origens sociais diferentes fazem diferentes cálculos sobre suas possibilidades de entrada e sucesso no ensino superior. Sustenta que apesar da expansão de recursos e vagas, oriundas de recursos públicos não ofertaram oportunidades de forma homogênea entre diferentes origens sociais (CARVALHAES e RIBEIRO, 2019).

No Quadro 9, tal consideração é exemplificada através dos cursos mais escolhidos relacionados de acordo com a escolaridade de origem (pais), se por um lado, pais de alta escolaridade se relacionam positivamente com escolhas de cursos que presumem ocupações mais bem remuneradas, pais de baixa escolaridade tem relação mais direta com a escolha de cursos majoritariamente relacionados à formação de professores.

Quadro 9. Principais Cursos de acordo com a Escolaridade de Origem (pais)

Origem: Alta Escolaridade		Origem: Baixa Escolaridade	
1	Medicina	1	Matemática
2	Relações Internacionais	2	Geografia
3	Odontologia	3	Pedagogia
4	Arquitetura e Urbanismo	4	Letras
5	Veterinária	5	Ciências Contábeis
6	Teatro e Música	6	História e Filosofia
7	Comunicação Social	7	Serviço Social

Fonte. Adaptado de Carvalhaes e Ribeiro (2019)

Como exemplo marcante, o curso de Medicina é historicamente destacado em termos de estratificação socioeconômica. Neste, indivíduos de origem social mais elevada têm quase quinze vezes mais chances de estar no curso (matriculados) que aquelas de origem baixa. Este fato se inverte nos cursos relacionados à formação de professores. Senkevics (2021), conclui que jovens de origem mais privilegiada são menos dependentes das notas por um mecanismo que o mesmo chama de “vantagens compensatórias”, que vai ao encontro do que é entendido

nesse texto como desigualdade de oportunidades. Brito (2014) argumenta que o a expansão no ensino superior no período tratado nesta pesquisa coincide com o ápice das vantagens sociais aos indivíduos de origem social privilegiada, sobretudo no que tange ao momento de entrada neste nível educacional.

Embora o diploma universitário possa indicar retornos no âmbito da renda, essa vantagem salarial ainda é desproporcional entre diferentes grupos (classe, gênero e em menor escala de raça) de forma que a educação superior pode acabar reproduzindo desigualdades existentes (CARVALHAES e RIBEIRO, 2019). Tais diferenças agem no sentido de um aprofundamento das desigualdades de oportunidades, como a condição de escolher e conseqüentemente, sustentar tais escolhas, indo de encontro à teoria que indivíduos com maior identificação com os cursos de formação têm historicamente maior chance de sucesso no mercado onde se inserem (TRACEY e ROBBINS, 2006).

Naquilo que é conhecido como progressão educacional, ressalta-se a importância dada muitas vezes à dedicação exclusiva pedida aos estudos, que se torna inalcançável para determinados estratos sociais de origem, a menos que estes contem com auxílios e/ou fomentos para tal. Tanto a progressão, quanto as oportunidades e escolhas evidenciam a presença da desigualdade no âmbito da jornada formativa dos indivíduos (BRITO, 2014).

Lemos (2017) argumenta sobre a reprodução das desigualdades pautadas em estratégias de cada ator social de acordo com suas posições de origem considerando o sistema de classes sociais. Tal argumento vai ao encontro do que já foi sistematizado anteriormente, visto que os indivíduos tendem a projetar sua mobilidade social pautada em um próximo passo a nível de graduação, considerando ou não os custos de oportunidades envolvidos, aumentando sistematicamente as barreiras para a inserção de novos indivíduos nas classes mais abastadas, e o caminho a ser percorrido entre as classes.

Em uma perspectiva comparada, Bourdieu (1974) trata da reprodução social a partir da reprodução cultural, explicitando mecanismos de reprodução da estrutura das relações de força entre as classes. Capital Cultural é além da incorporação de capacidades cognitivas, também a posse de bens e certificados que garantem vantagens, legitimando privilégios herdados, como no caso das classes sociais.

Bourdieu (1976) foca no sistema escolar como forma de tentar elucidar a reprodução das desigualdades apresentadas como poder e dominação. A educação típica de sociedades avançadas, é também uma forma de tornar as relações de dominação mais complexas, fazendo com que a reprodução das ordens estabelecidas aconteçam de forma cada vez mais indireta e impessoal, como é o caso da atuação do Estado e do poder da educação nas classes sociais.

As classes sociais mais privilegiadas optam sistematicamente por maximizar suas vantagens relativas, e a educação é o principal meio de reprodução dessas vantagens. Enquanto as classes menos favorecidas esbarram na baixa qualidade da educação básica fornecida pelo Estado, tendo que percorrer um caminho maior, e ainda com instrumentos de menor qualidade.

A educação por si só, além de representar um mecanismo de democratização das oportunidades, por outro lado pode agir em conjunto com outros fatores como ativo na reprodução de vantagens, e conseqüentemente de desigualdades pré-existentes (SENKEVICS, 2021). Diferentes grupos de poder agem continuamente em prol da manutenção ou alteração de status previamente definidos, estabelecendo restrições, conflitos, novos problemas, bem como novas abordagens e propostas. A mobilidade social, que é benéfica em todos os sentidos de uma sociedade, acontece em grande medida no Brasil, sobretudo em curta distância e majoritariamente nos pólos da distribuição, muitas vezes por conta de enormes barreiras, automáticas, impostas àqueles que buscam ascender de classe.

Bourdieu (1998) destaca que o sistema de ensino é o lócus da dominação indireta uma vez que o poder de escolha de melhores ambientes educacionais não é privilégio de todos e a conseqüente dominação cultural vai seguir a lógica da detenção de capital e por fim, a reprodução da estrutura de distribuição e função das classes. As classes investem proporcionalmente em educação, o quanto estiver disponível para justificar o peso de seu capital cultural em relação a seu capital econômico.

Diferentemente da Mobilidade e da Desigualdade, a pobreza é tratada de forma absoluta, com base em linhas estratégicas, por este motivo apresenta indicadores mais simplificados. Esta pode ser tratada como uma derivação da desigualdade (mais ampla e sofisticada), que tem um comportamento mais peculiar e pode ter seus indicadores afetados de diferentes formas, e em diferentes faixas de rendimento. Por exemplo, pode haver desigualdade de renda dentro da mesma classe, ou desigualdade entre classes, ambos com implicações sobre a mobilidade.

Segundo Scalon (2011), a desigualdade é uma das condições mais marcantes da realidade social brasileira e a busca por soluções para essa questão passa pela implementação de políticas públicas redistributivas bem como da formulação de novos modelos de desenvolvimento econômico. A desigualdade é uma medida sensível e complexa que necessita de uma abordagem específica se quiser ser tratada de forma ampla em uma pesquisa. Por essa razão, ao longo desse debate e dos números demonstrados, a mesma foi tratada em sua dimensão de renda, de forma a retratar especificamente às movimentações referentes às formações e referentes ocupações.

A essência da desigualdade se encontra nas transições e mudanças estruturais que são inerentes aos processos cíclicos de crescimento econômico (KUZNETS, 1955). Comin (2015) ilustra essa hipótese a partir de dados onde acompanha o período entre os Censos de 1960 e 1970, englobando o que é conhecido como “Milagre Econômico”, o autor ilustra uma escalada na desigualdade de renda que reverbera pelas décadas seguintes. Nesse caso, a forma com que os países tratam de distribuir os efeitos do crescimento econômico indica/indicará o quanto de desigualdade será observado em resposta a este.

Um país ou região que apresente maiores limitações na lida com problemas estruturais, como pobreza e desigualdade, apresentará certamente maiores dificuldades para mitigá-los, uma boa organização e preparação em termos de determinantes sociais, bem como o contínuo investimento em políticas redistributivas e de assistência funcionam como um seguro contra problemas contingenciais, e a educação, bem como a saúde e a seguridade servem sempre como um termômetro para averiguar se um país tem ou não a capacidade de agir como nação.

Uma educação superior de qualidade depende de alunos previamente qualificados em uma gama de competências básicas e em conjunto com iniciativas que visem quebrar barreiras de entrada no mercado de trabalho visando efeitos positivos em um longo prazo para a economia. A educação, vista pelo paradigma do gasto público tende a representar uma dicotomia que opõe muitas vezes o gasto no ensino básico com o ensino superior, ignorando sua complementariedade e o fato de que uma educação básica de qualidade incorre em melhores insumos para toda a sequência, seja no ensino superior e/ou no mercado de trabalho.

4.2. Os egressos da expansão no mercado de trabalho

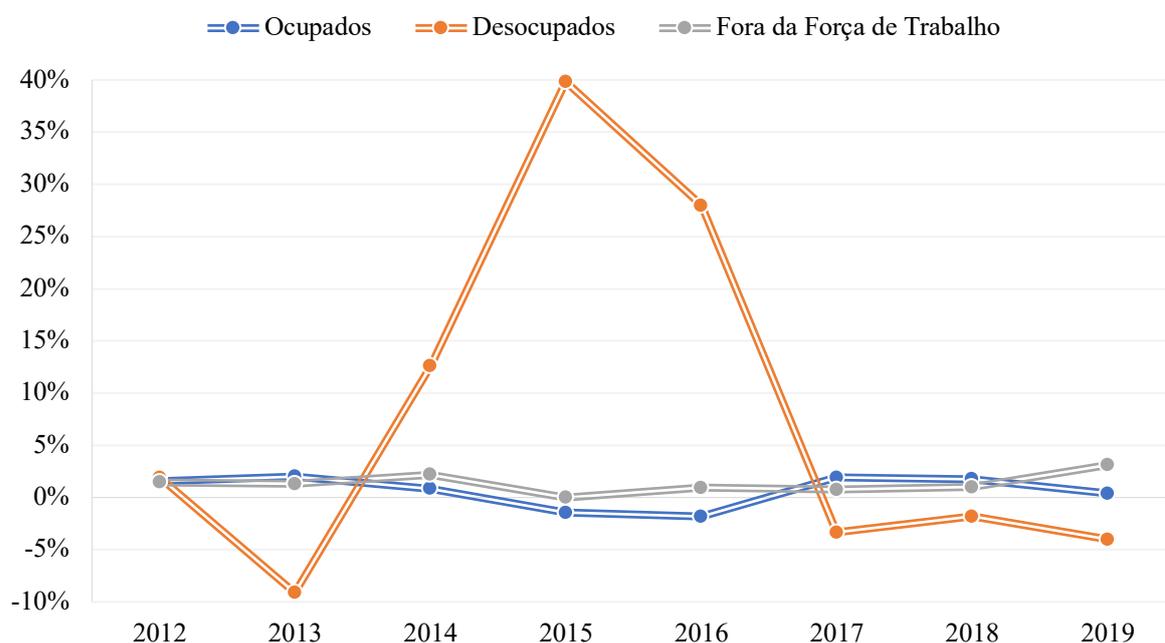
Nesta seção, estão apresentados os dados sobre a formação dos indivíduos no ensino superior e suas relações com quantitativo de horas trabalhadas, relações de ocupação e desocupação, bem como um estudo específico com a evolução da rentabilidade dos cursos com maior quantitativo de egressos.

Em termos de evolução dentro do recorte 2012-2020, estudado ao longo desta Tese, o Rendimento Médio de todas as ocupações cresceu 11,67% enquanto o número de ocupados aumentou 5,24% e dos indivíduos fora da força de trabalho tiveram um aumento de 11,25%. Tais números ilustram o reflexo da instabilidade econômica que incorreu em grande parte desse recorte (2015-2019), e conflita com a evolução contínua do número de matriculados e concluintes do ensino superior demonstrados na sessão dedicada ao assunto.

Essa questão revela um dos pontos necessários para a compreensão da educação

superior e suas implicações na dinâmica da renda e do emprego. Como forma de contribuir com esse ponto, o Gráfico 7 apresenta a evolução percentual anual de cada uma dessas categorias de ocupação compreendidas entre os anos de 2012 e 2020. Onde pode-se perceber o grande incremento nos níveis de desocupação entre os anos de 2014 e 2017, quando apresentaram a partir de então, quedas em suas evoluções. Observa-se também certo grau de estabilidade nos números relacionados à população Ocupada e Fora da Força de Trabalho.

Gráfico 7: Evolução Percentual de Ocupados, Desocupados e pessoas Fora da Força de Trabalho (2012-2020)

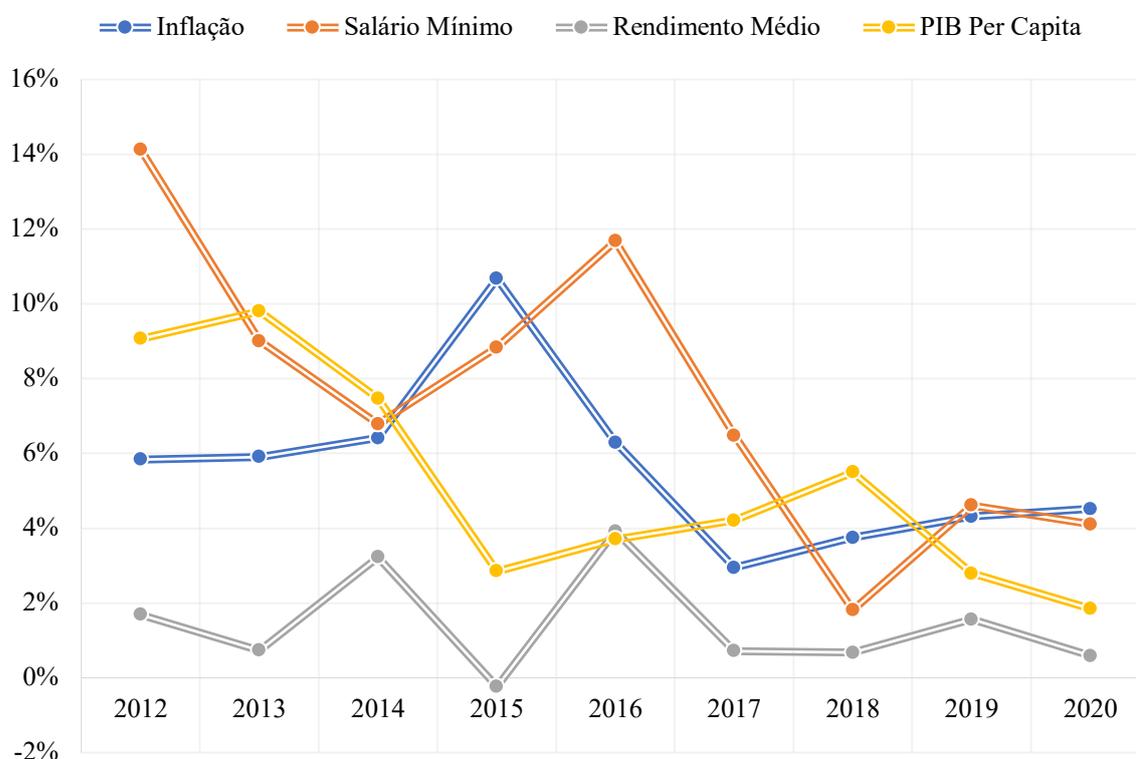


Fonte: IBGE (2021)

Observa-se que dentro do recorte analisado, o nível de Ocupados e de indivíduos Fora da Força de Trabalho seguem praticamente estáveis ao longo de toda a série, revezando-se em variações muito sensíveis, enquanto o nível de Desocupados apresenta uma variação muito maior, desde a maior queda registrada no período, cerca de 10% em 2013, ao salto de 40% num ano de crise (2015). Entre os anos de 2017 e 2019 o número de desocupados caiu por três anos seguidos, muito pelos frutos da recolocação no mercado daqueles que perderam seus postos.

Ainda dentro desta temática, e com o objetivo de ilustrar a evolução entre os indicadores relacionados ao rendimento, o Gráfico 8 observa a evolução percentual da Inflação, Salário Mínimo, Rendimento Médio e PIB per Capita dentro do mesmo recorte (2012-2020), onde podemos evidenciar grandes variações por volta de 2015 e normalização nos anos seguintes.

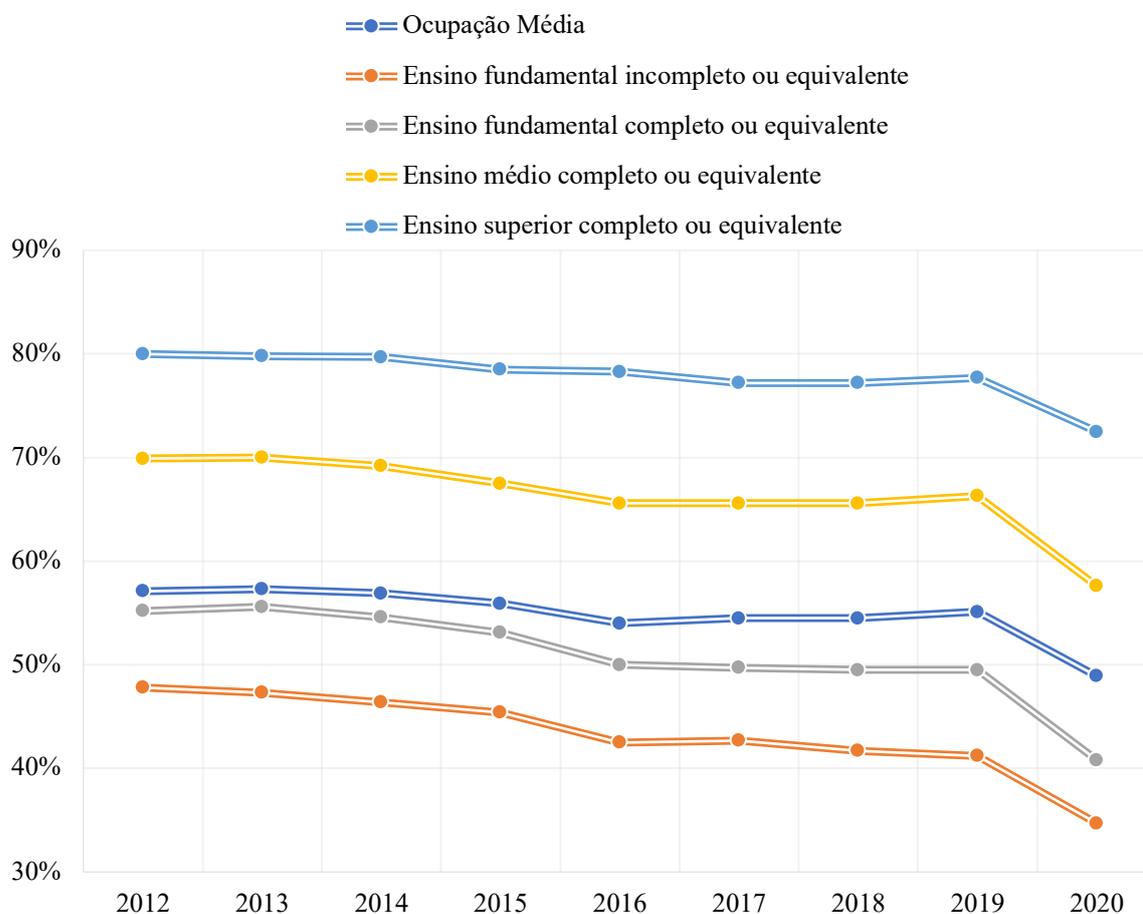
Gráfico 8. Variação anual – Inflação *versus* Salário Mínimo *versus* Rendimento Médio *versus* PIB per capita (2012-2020)



Fonte: IBGE (2021)

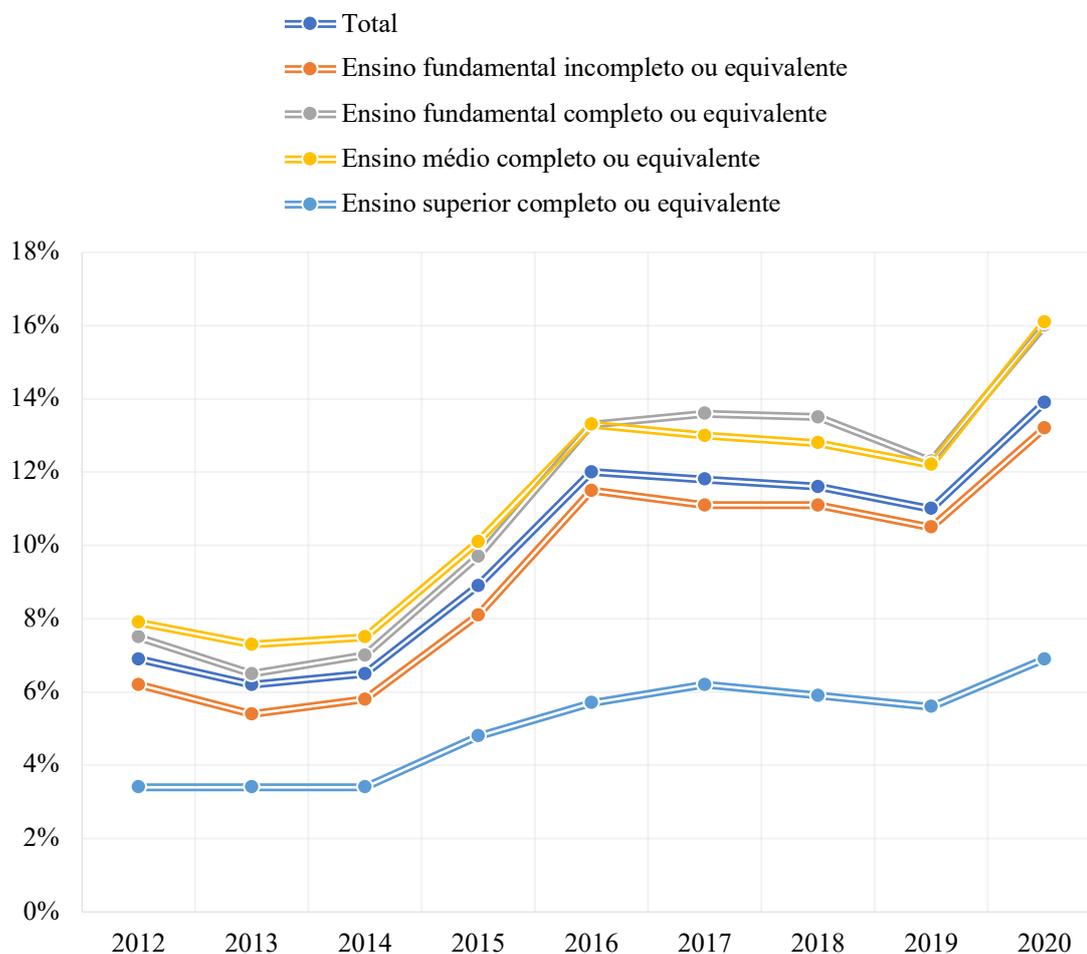
Pode-se perceber também como o PIB per capita se relaciona positivamente com o Rendimento Médio a partir do ano de 2015, ao contrário do que vinha acontecendo no cenário anterior. Os reajustes anuais do Salário Mínimo que poderiam suavizar os impactos das inflações em seus repasses às camadas mais populares, tem relação negativa com esta em alguns momentos da curva, como em 2018 e 2020.

Na sequência, o Gráfico 9 procurou evidenciar a evolução nos níveis de ocupação por faixa de instrução, ou seja, qual percentual de ocupação para faixa de instrução e sua evolução no recorte 2012-2020. Novamente percebe-se uma tendência de queda em todas as faixas a partir do ano de 2015, e de forma mais acentuada ainda entre os anos de 2019 e 2020. Percebe-se também a partir dos números do ano de 2015, um crescimento no distanciamento entre a faixa de Ensino Fundamental e o Rendimento Médio, bem como uma resistência, em forma de suavização da faixa de Ensino Superior para os demais na queda entre 2019 e 2020.

Gráfico 9. Ocupação por níveis de instrução (2012-2020)

Salienta-se que para a construção de todos os resultados dos recortes de 2012-2020 foram selecionados os dados da primeira PNADC/T de 2020 como amostra, com o intuito de dirimir ao máximo os efeitos adversos que os fatores contingenciais podem ter causado sobre esses números. Dessa forma, os números de ocupação percentuais de 2020, assim como todos os demais dessa mesma série temporal referem-se ao primeiro trimestre em comparação com o primeiro trimestre de 2019.

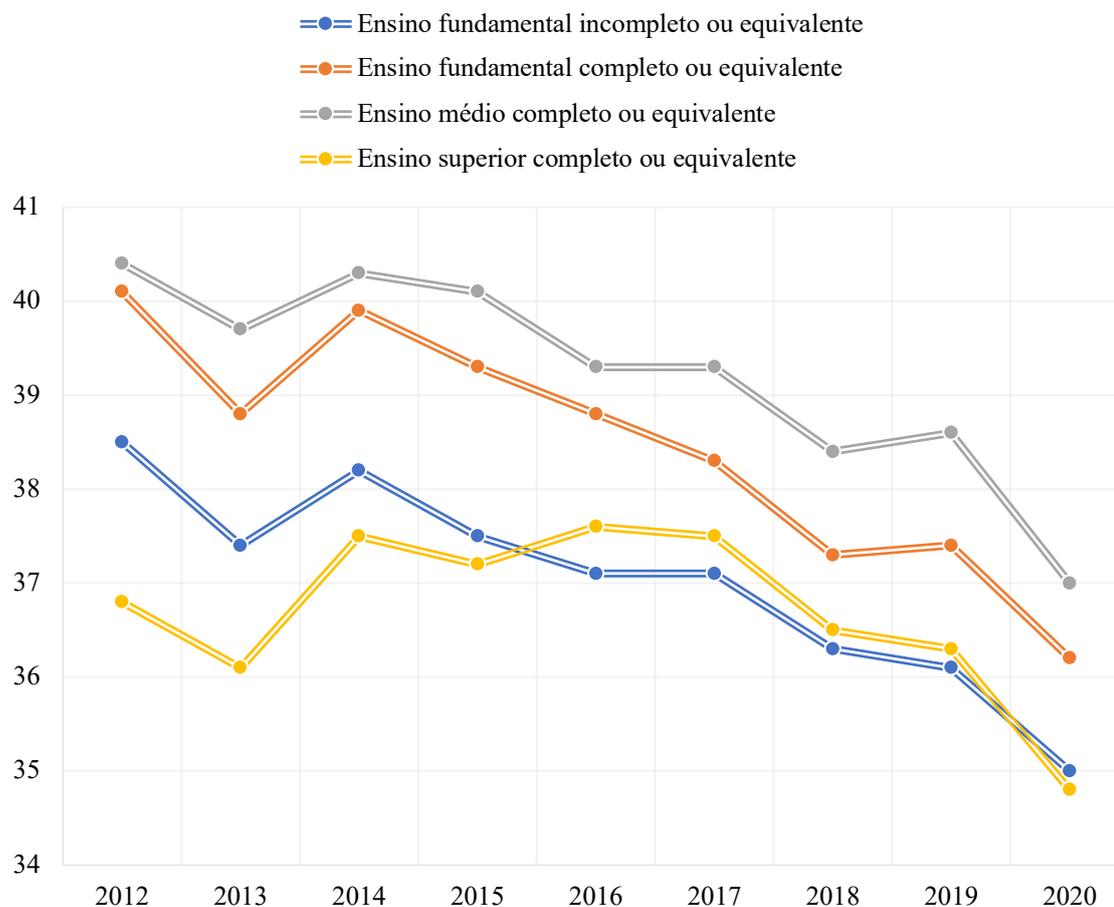
Por outro lado, mas ainda dentro da seara da ocupação por níveis de escolaridade, o Gráfico 10 apresenta a evolução percentual dos níveis de Desocupação (Desemprego) entre os anos de 2012-2020 separados novamente por faixas de instrução. Pode-se observar que dessa vez, o maior percentual de Desocupação se dá entre os indivíduos que possuem Ensino Médio, empatados tecnicamente com aqueles que têm Ensino Fundamental (16,1% ante 16%).

Gráfico 10. Desocupação (Desemprego) por níveis de instrução (2012-2020)

Fonte – INEP (2021)

A partir destes resultados, pode-se concluir ainda que, apesar de se manter estável nos últimos resultados, a diferença entre a Desocupação entre os indivíduos com ensino superior e todas as demais faixas teve um salto a partir do ano de 2016. Observa-se ainda que apesar de ter subido no último período e apresentar o maior índice de sua série histórica, o percentual de Desocupação na faixa dos indivíduos com Nível Superior é confortável se em relação aos os demais níveis de instrução, acredita-se que os egressos que não encontram ocupação em suas áreas de formação, passam a disputar posições com menor nível de escolaridade.

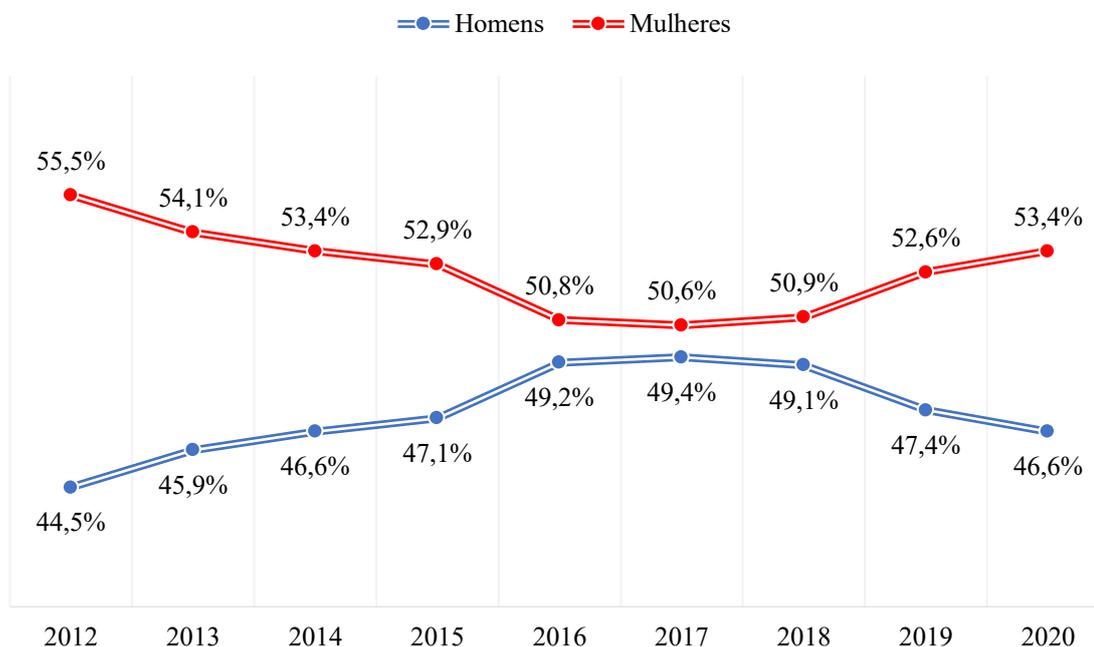
Para corroborar com as análises sobre Desocupação, a pesquisa apresenta o Gráfico 11, que observa a média de horas trabalhadas por nível de instrução e sua evolução desde 2012 até 2020. A partir do mesmo, pode-se concluir que todas as faixas de instrução apresentam queda recorrente no número médio de horas trabalhadas desde o ano de 2014, com exceção da faixa com Nível Superior, que apresentou resistência a essa tendência no ano de 2016, voltando a decair em todos os anos seguintes.

Gráfico 11. Média de horas trabalhadas por níveis de instrução (2012-2020)

Fonte: INEP (2021)

Observa-se que no ano em que os indivíduos de ensino superior resistiram às tendências de queda nas horas trabalhadas, foi o mesmo em que os indivíduos com Ensino Médio registraram a maior queda entre os níveis de instrução (2016). Tal observação aponta para o sentido de que os indivíduos com diploma de ensino superior, ao não encontrarem ocupações em sua faixa de conhecimento, buscam por consequência nas faixas inferiores, transferindo o problema da ocupação para aqueles de menor formação.

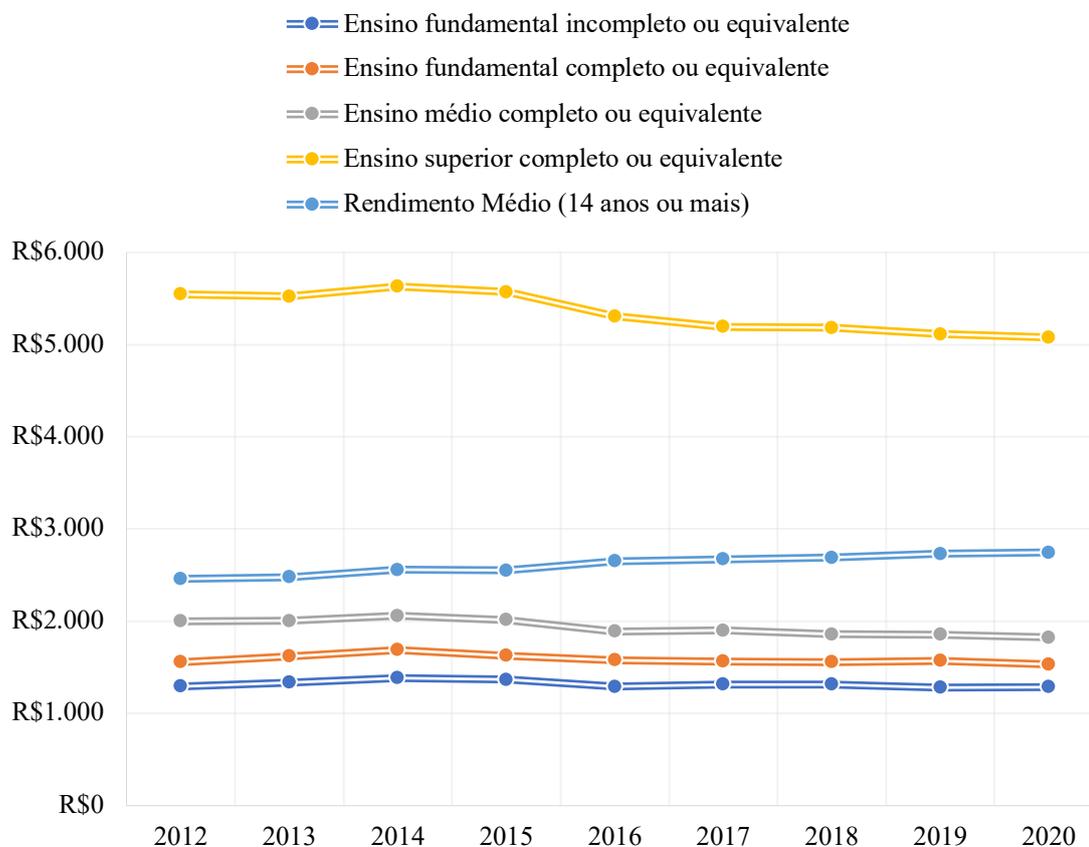
Ainda dentro da temática do Desemprego, apresenta-se o Gráfico 12, que traça sua evolução no recorte selecionado levando em consideração a variação por sexo. Cabe ao presente trabalho analisar e descrever o comportamento de tais indicadores visto que para trazê-los a uma seara mais propositiva, seria imperativo possuir dispositivos teóricos dedicados à temática de gênero em seu arcabouço. Especula-se portanto, sobre a existência de um padrão de desigualdade nesse aspecto, além do que é tratado nas questões referentes ao ensino superior:

Gráfico 12. Evolução Percentual de Desocupação por sexo (2012-2020)

Fonte: IBGE (2021)

Pode-se observar um decréscimo significativo na diferença do nível de desemprego entre sexos entre os primeiros anos da série, acompanhado por uma pequena estabilidade e uma sequente escalada da desigualdade a partir do ano de 2018, porém, sempre com a desocupação das mulheres em nível superior ao dos homens. Apesar de seu comportamento ser equivalente aos demais indicadores de vulnerabilidade, entende-se que assim como o saldo de emprego e índices relacionados ao rendimento, a desigualdade de desocupação entre a variável de sexo reflete em parte as variações dos ciclos econômicos, apresentando notória piora em cenários de baixa (KAHN, 2010).

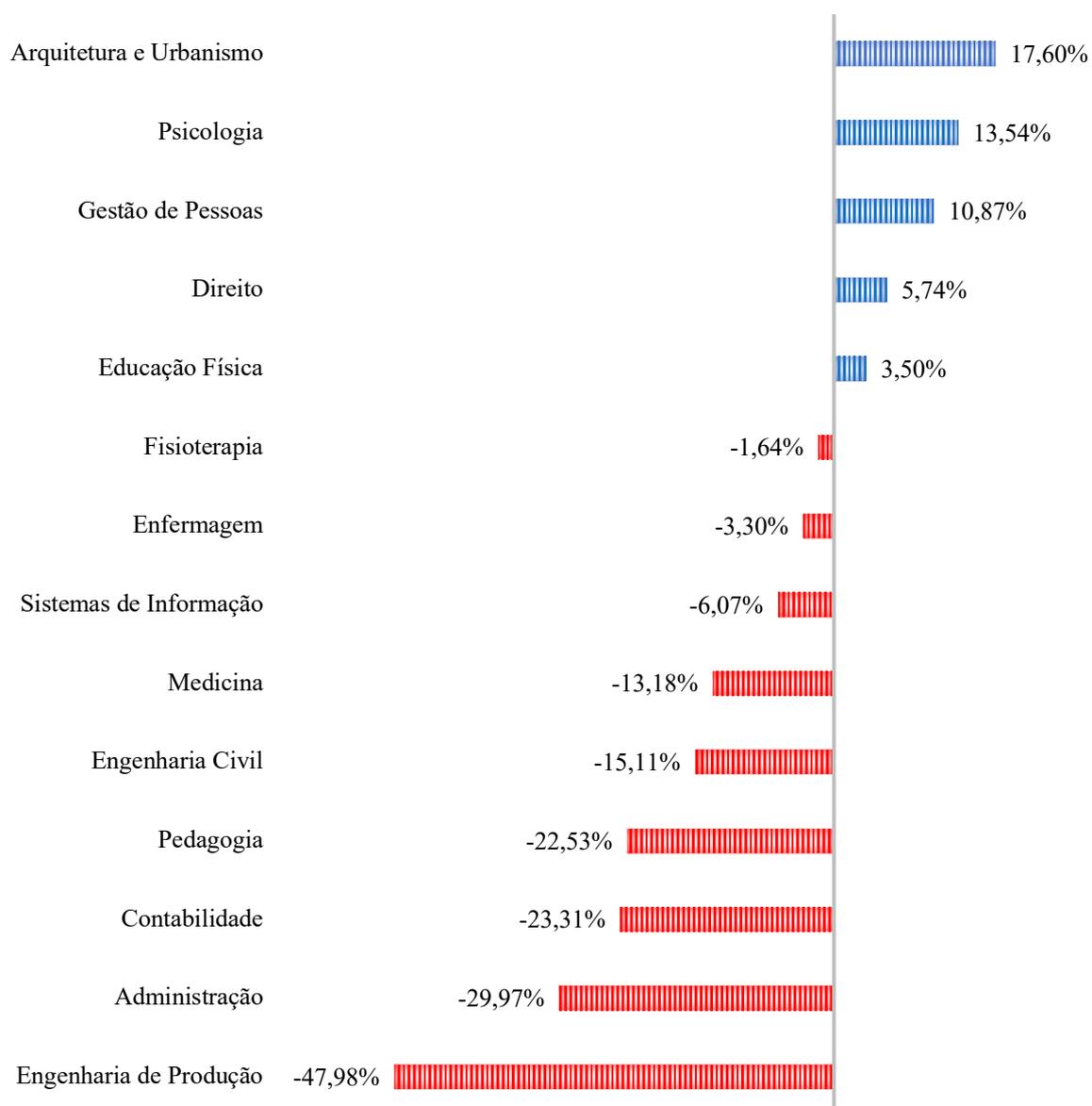
Na sequência, observa-se no Gráfico 13, que busca demonstrar a evolução percentual do rendimento em reais, por níveis de instrução dentro do recorte 2012-2020, incluindo o rendimento médio para efeitos comparativos. Pode-se concluir que, apesar de manter larga diferença para os demais níveis, os indivíduos na faixa de ensino superior completo, estão cada vez mais próximos do rendimento médio, sobretudo a partir do ano de 2015.

Gráfico 13. Rendimento por níveis de instrução (2012-2020)

Fonte – INEP (2021)

Tal amostra, indica que houve uma depreciação do rendimento dos diplomados do ensino superior a partir do ano de 2015, onde houve o pico de inflação da década e também o início do arrefecimento econômico. Tais indicadores somam-se ao fato de que um número crescente de graduados foi adicionado ao mercado a cada ano, podendo influenciar na queda do rendimento médio de todos os ocupantes dessa faixa, inclusive àqueles que já estavam empregados anteriormente.

Na sequência a pesquisa apresenta o recorte das Ocupações relacionadas aos principais cursos apresentada anteriormente, e a variação de sua ocupação acumulada entre os anos de 2012 e 2020 (Gráfico 14). Para estes e outros resultados na sequência, foram agrupados os dados relacionados às formações relacionadas à Educação Física, visto que ocupam posições convergentes dentro dos códigos das ocupações e seria impossível diferenciá-los dentro dos micros dados da amostra.

Gráfico 14. Variação acumulada da ocupação dentro dos principais cursos (2012-2020)

Fonte: IBGE (2021)

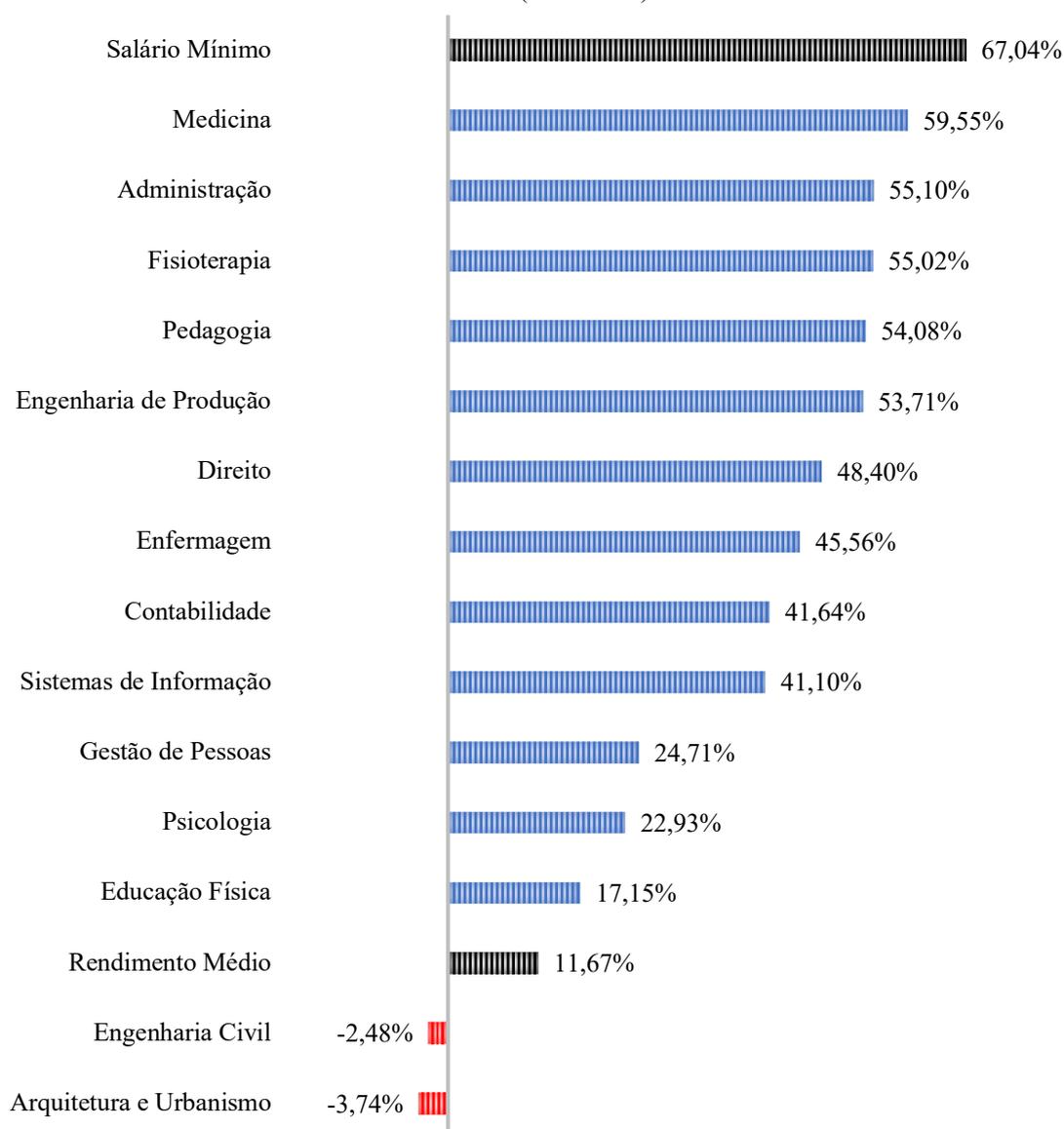
Observa-se a partir de então que os melhores resultados em termos de evolução das ocupações foram das áreas de Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Gestão de Pessoas, Direito e Educação Física, que apresentaram crescimento percentual dentro do total de ocupados, enquanto todos os demais caíram, com destaque para Engenharia de Produção e Administração com quedas aproximadas de 50% e 30% respectivamente.

Os resultados apresentados dialogam com o cerne da argumentação quando buscam retratar o tamanho dos mercados das formações expostas frente o total de ocupações no recorte de tempo. Não são consideradas as questões do rendimento ou prêmio de qualificação, mas apenas o volume e variação da ocupação das formações oriundas dos cursos, onde observou-se apenas nas cinco primeiras, uma variação positiva frente a esse total.

Em outras palavras, se comparando as ocupações com o mercado de uma forma geral, as únicas que cresceram em representatividade foram Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Gestão de Pessoas, Direito e Educação Física, enquanto todas as demais regrediram nesse sentido. Tal métrica não retrata valores absolutos pois o mercado de uma forma geral também sofreu modificações (positivas e negativas) dentro do período estudado.

Por fim, o Gráfico 15, apresenta a variação no rendimento desse recorte de formações, em percentuais de evolução de 2012 até 2020, com vias de mostrar quais ocupações perceberam maior evolução no rendimento médio e aquelas que porventura se desvalorizaram em termos de rendimento. Apresenta-se ainda as variações do Salário Mínimo e do Rendimento Médio no mesmo período. Observa-se a partir desta amostra, que a maior parte das Ocupações apresenta variação positiva, com exceção de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo com sensível queda no rendimento médio, como ambas tenham apresentado resultado divergente com relação ao percentual de ocupados, torna-se impossível qualquer tipo de paralelo entre essas ocupações e a queda nos rendimentos.

Gráfico 15. Variação média no rendimento das principais formações, rendimento médio e salário mínimo (2012-2020)



Fonte: IBGE (2021)

Embora todas as demais Ocupações tenham apresentado aumento percentual em seus rendimentos dentro do lapso temporal da amostra, nenhuma delas apresentou evolução superior ao salário mínimo, nem as que mais se valorizaram, como Medicina, que teve quase 60% em seu incremento médio de rendimento. Todos os demais cursos apresentaram aumento superior ao Rendimento Médio (11,67%), inclusive os que menos evoluíram, como o caso de Educação Física, apresentou 17,15%, quase o dobro do rendimento médio.

Apesar de algumas ocupações terem apresentado variação negativa no nível de ocupação e outras apresentarem pouca valorização nos rendimentos no período pesquisado, a grande maioria continua bem acima do rendimento médio, ou seja, o diploma de ensino superior continua simbolizando perspectiva de um rendimento acima da média geral da população.

Para ilustrar melhor a dinâmica entre as variações das ocupações e rendimentos dentro do período estudado, apresenta-se o Quadro 10, que parte das variações dos dados relacionados à evolução dos mercados das principais formações entre 2012-2020, confrontando-os com a evolução dos rendimentos dessas ocupações frente à evolução do rendimento médio da população no mesmo período, gerando o que é apresentado como “Taxa de Retorno”.

Nesse caso, as Taxas de Retorno dos Cursos/Ocupações compreendidos entre 2012 e 2020 representam o produto entre a variação do mercado destas formações (participação das ocupações frente ao total de ocupados) e a variação do rendimento destas (razão dos rendimentos médios das formações e do rendimento médio geral da população). Acredita-se que o resultado exposto por esse produto retrata de forma coerente o retrato das formações em períodos específicos e pode também ser atualizado conforme evolução das séries históricas.

Quadro 10: Taxa de Retorno dos Cursos/Ocupações (2012-2020)

Cursos/Ocupações	Δ Mercado	Δ Rend/Méd	Taxa de Retorno*
Medicina	86,82%	392,10%	340,43%
Direito	105,74%	227,54%	240,59%
Engenharia Civil	84,89%	242,79%	206,10%
Arquitetura e Urbanismo	117,60%	166,56%	195,88%
Sistemas de Informação	93,93%	203,60%	191,23%
Administração	70,03%	245,50%	171,93%
Gestão de Pessoas	110,87%	147,22%	163,22%
Contabilidade	76,69%	210,86%	161,71%
Psicologia	113,54%	127,23%	144,45%
Engenharia de Produção	52,02%	252,90%	131,56%
Enfermagem	96,70%	121,63%	117,61%
Fisioterapia	98,36%	115,13%	113,24%
Educação Física	103,50%	86,26%	89,28%
Pedagogia	77,47%	91,62%	70,97%

Fonte: Elaboração Própria com dados da PNAD/C (2021)

Pode-se constatar a partir desses números, que as Ocupações relacionadas ao curso de Medicina representam a melhor Taxa de Retorno dentre todas as formações estudadas (340,43%), resultado alavancado basicamente pela brutal diferença de rendimento entre essas formações e a média nacional, bem como às demais formações. Mesmo com o mercado dessa ocupação tendo uma retração de aproximadamente 13% frente ao total de ocupações, entende-se que os profissionais ocupados nessa categoria, percebem rendimentos bem acima da média.

A discussão relacionada ao curso de Medicina perpassa a valorização da área de saúde, que também compreenderia Fisioterapia e Psicologia dentro do recorte estudado. A robusta diferença percentual entre os profissionais do setor e do rendimento médio geral de todas as formações vai de encontro mesmo à contração do mercado e retrata uma relação que ainda não foi resolvida no que tange à grande remuneração dos profissionais do setor, mesmo com o aumento de sua oferta. Uma oferta escassa de profissionais causada por um longo período de formação abaixo do que é a demanda real de mercado revela um cenário ímpar para os profissionais dessa formação – discussão que não será aprofundada por essa pesquisa por não compor seu escopo e delimitação, além de necessitar de estudos específicos do setor.

Por outro lado, o curso de Pedagogia apresenta uma piora nos dois eixos analisados, com uma participação no mercado cerca de 23% menor e uma queda de rendimento frente ao rendimento médio, tem a pior Taxa de Retorno dentre todas as formações estudadas (70,97%). Tal resultado reforça a necessidade de políticas complementares de valorização profissional na área de atuação, bem como maior regulação no que tange ao financiamento e às ofertas de vagas direcionadas ao curso em questão.

Pode-se observar também a variação dos Cursos/Ocupações na dinâmica das Taxas de Retorno dentro do recorte 2012-2020, em quatro diferentes grupos, que não se apresentam necessariamente na ordem disposta no quadro:

- a) Aqueles que cresceram tanto em Mercado, como em representatividade do Rendimento Médio (Direito, Arquitetura e Urbanismo, Gestão de Pessoas e Psicologia). Nesse caso, os profissionais têm um mercado proporcionalmente maior para atuar, bem como percebem melhores rendimentos frente o rendimento médio;
- b) Aquele que cresceu em Mercado, porém diminuiu seu rendimento frente o Rendimento Médio (Educação Física). Nesse caso, os profissionais têm maior representatividade dentro do total de ocupados, porém percebem rendimentos menores em comparação com a média nacional;

c) Aqueles que reduziram sua representatividade no Mercado, porém aumentaram seus rendimentos frente o Rendimento Médio (Medicina, Engenharia Civil, Sistemas de Informação, Administração, Contabilidade, Engenharia de Produção, Enfermagem e Fisioterapia). Estes representam a grande maioria tanto no número de cursos, como no quantitativo final do recorte, percebem um mercado menos representativo, porém mais bem remunerado frente à média.

d) Aquele que retraiu tanto em Mercado quanto em rendimento frente o Rendimento Médio (Pedagogia). Nesse caso, os profissionais têm menor representatividade frente o total de ocupados e também percebem rendimentos menores em comparação com a média nacional.

Numa relação direta com a questão principal de pesquisa desse trabalho, o cálculo das taxas de retorno evidencia a partir das variações entre os diferentes pontos da série histórica que os egressos dos maiores cursos apresentaram maior variação entre suas próprias formações do que nos demais níveis de instrução. Tal percepção é consolidada a partir da variação mais acentuada nos níveis de rentabilidade em relação om o rendimento médio do que nos percentuais de ocupação dessas formações.

No que tange ao incremento das perspectivas dos indivíduos que cursam o ensino superior, evidencia-se que para além da grande diferença entre aqueles que têm a oportunidade de concluir o ensino superior e aqueles que não têm, existe uma grande diferenciação dentro dos cursos, desde a gama de possibilidades abertas a partir de suas áreas de formação até sua inserção e conseqüente remuneração no mercado de trabalho das ocupações relacionadas. Levando em consideração que o mercado de atuação desses novos profissionais é diferente daquele que se tinha no momento da escolha do seu curso e o agora egresso disputa esse mercado mais competitivo não só com estes mas também com os indivíduos que já ocupavam tais posições, a jornada de formação universitária tem um duplo desafio.

O capítulo conclui fazendo uma análise do que foi apresentado na seção, o mesmo busca entender a fundo o funcionamento da mobilidade social dos indivíduos, passando por temas como desigualdade de renda, suas relações com a formação universitária e também outros tópicos como meritocracia posição de origem e classes sociais no Brasil. A seguir, a evolução de diversos indicadores dentro do período estudado também durante o processo de expansão, entendendo as movimentações do mercado que aconteceram nesse ínterim, concluindo que o ensino superior continua agindo como escudo contra efeitos contingenciais do mercado e elemento que confere maior segurança em termos de ocupação e renda aos indivíduos.

Por fim, demonstra as movimentações de ocupação e rendimento dos principais cursos no escopo da expansão, apresentando inclusive o que é chamado aqui de taxa de retorno desses cursos relacionados às suas ocupações correlatas no mercado de trabalho, apresentando de forma ranqueada esses resultados. Na sequência, a pesquisa buscará debater os reflexos das análises quantitativas apresentadas problematizadas a partir dos autores sistematizados até então, busca assim amarrar os pontos apresentados na direção das conclusões desta Tese.

4.3. Classificação dos principais cursos por faixas de salário mínimo

Com o objetivo de parametrizar o rendimento das ocupações, a PNADC/T possibilita a sua classificação por faixas de salário mínimo, uma vez que o rendimento médio, em alguns casos pode ser influenciado por grupos que podem distorcê-lo.

Dessa forma, a pesquisa apresenta nesse recorte, as ocupações referentes aos principais cursos na ordem de matrículas dentro do recorte de 2012-2020 (Pedagogia, Administração, Direito, Contabilidade, Gestão de pessoas, Enfermagem, Engenharia Civil, Psicologia, Educação Física, Medicina, Fisioterapia, Sistemas de Informação, Engenharia de Produção e Arquitetura e Urbanismo), com suas evoluções dentro do recorte 2012-2020 ponderadas em oito faixas de salário mínimo:

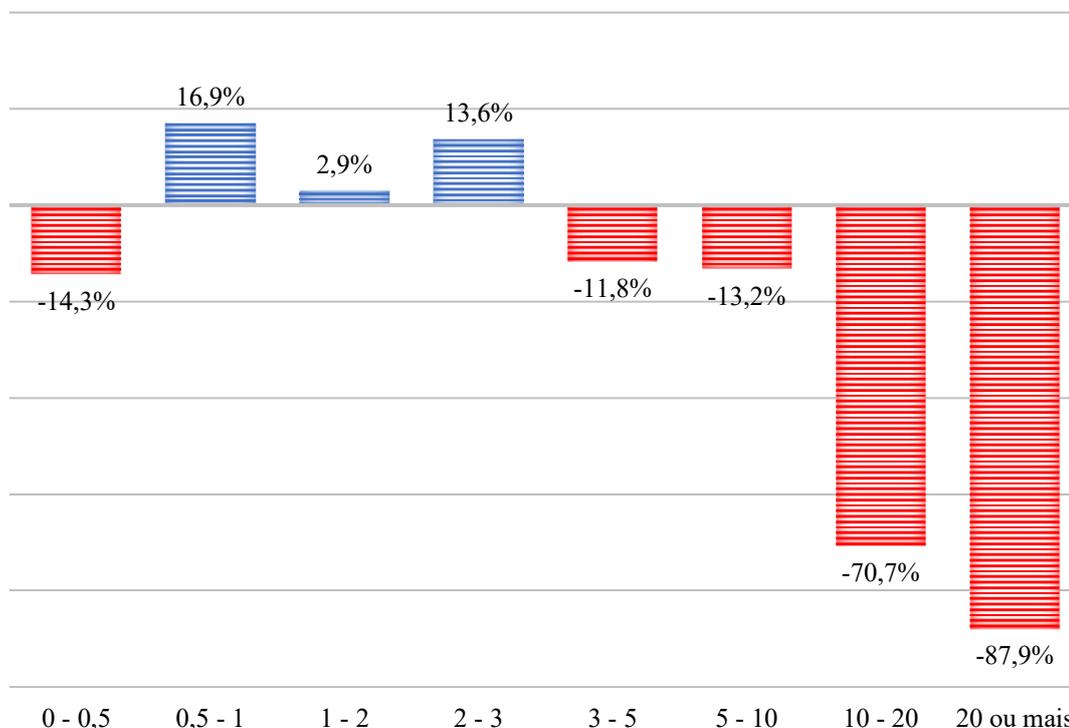
- | | |
|-------------|----------------|
| 1) 0 – 0,5; | 5) 3 – 5; |
| 2) 0,5 – 1; | 6) 5 – 10; |
| 3) 1 – 2; | 7) 10 – 20; |
| 4) 2 – 3; | 8) 20 ou mais. |

Cabe ressaltar que as duas primeiras faixas de rendimento (entre 0 e 1 salário mínimo), quando apontada, não representa desocupação, visto que todos os dados a partir desta amostra indicam para indivíduos ocupados dentro dos grupos de variáveis selecionadas. Tal faixa de rendimento pode vir a indicar profissionais subocupados ou mesmo, remunerados por hora ou com serviços eventuais em suas respectivas ocupações. Quando essa faixa aumenta, indica maior percentual deste nível de rendimento perante o total de ocupados desta formação.

No Gráfico 16, observa-se que dentre os graduados no curso de Pedagogia, a expansão acarretou numa enorme e progressiva redução nas maiores faixas de renda, partindo dos indivíduos que recebem acima de 3 salários mínimos até aqueles que recebem mais de 20, com a maior redução percentual (87,9%). Em comparação com o mesmo recorte (2012-2020), as únicas faixas de renda que aumentaram foram as compreendidas entre 0,5 e 3 salários mínimos.

O ponto positivo foi a redução entre os indivíduos que percebem remunerações entre 0 e 0,5 salários, indicando queda nas subocupações relacionadas à formação de Pedagogia.

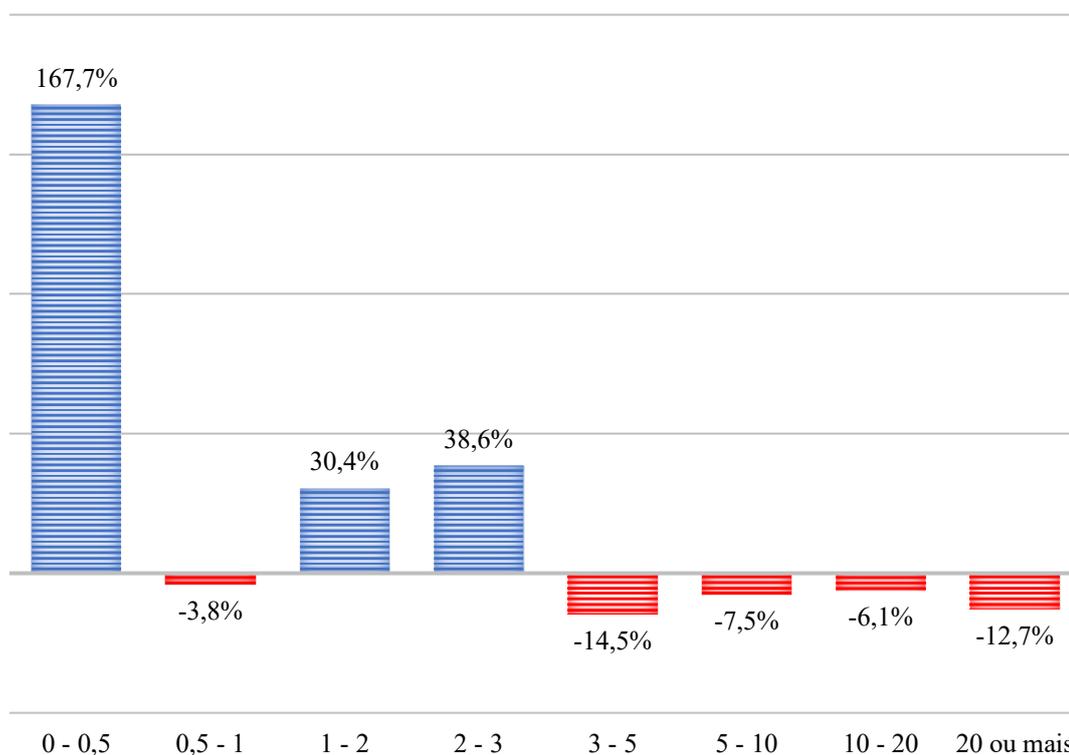
Gráfico 16. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Pedagogia



Fonte: IBGE (2021)

Pode-se observar a partir dessas informações que houve uma depreciação nas atividades de alto valor agregado relacionadas à ocupação dos diplomados na área de Pedagogia. Levando em consideração que sua ocupação variou negativamente em mais de 22% e que seu rendimento médio subiu mais de 50% neste mesmo período, pode-se concluir dessa forma, que existem menos pessoas trabalhando atualmente nesta ocupação, e que estes ganham na média, mais do que ganhavam antes da expansão.

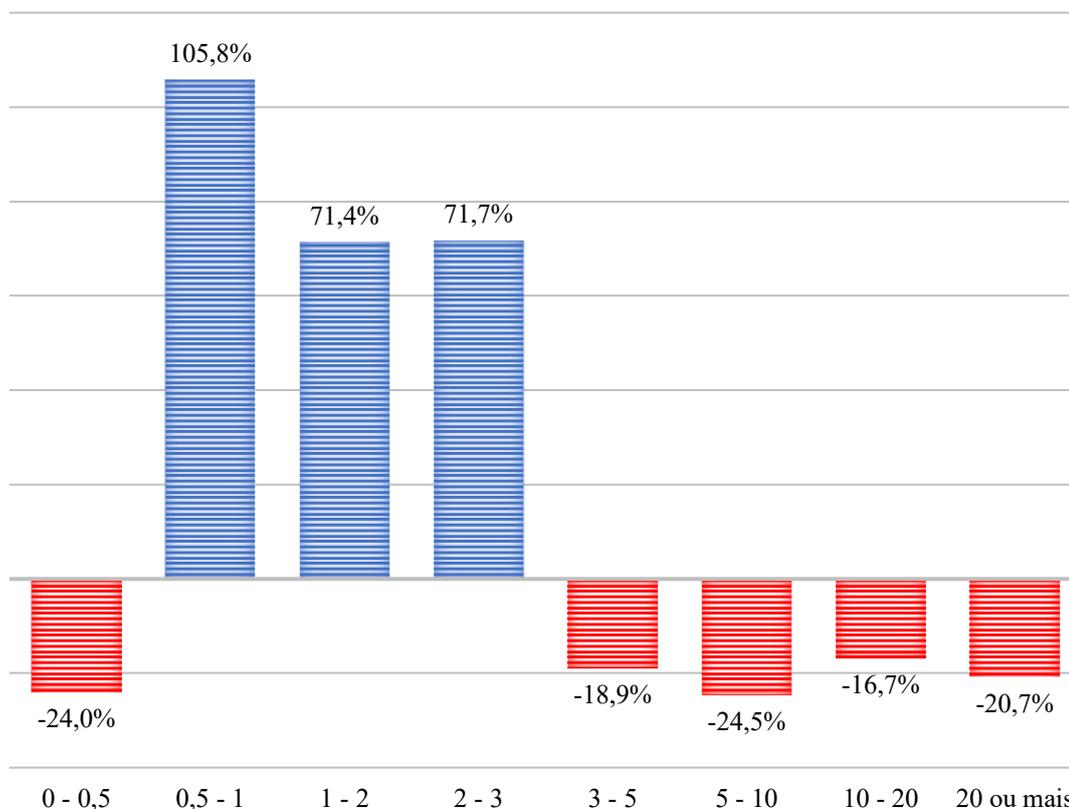
No Gráfico 17, pode-se observar que dentre os graduados no curso de Administração, em sua evolução por faixas de salário mínimo entre os anos de 2012 e 2020 tiveram uma movimentação no sentido de redução dos grupamentos de maior rendimento e incremento nos menores, exceto na faixa entre 0,5 e 1 salário. Ressalta-se como ponto negativo o robusto aumento percentual dentre os indivíduos que percebem rendimentos entre 0 e 0,5 salários mínimos, indicando alto grau de subocupação e também trabalhos eventuais ou remunerados por hora.

Gráfico 17. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Administração

Fonte: IBGE (2021)

Levando em consideração que as ocupações relacionadas a essa formação tiveram um incremento médio no rendimento na casa de 55,10%, pode-se concluir que o quantitativo de pessoas que hoje ocupam a faixa entre 1 e 3 salários mínimos representa a maior fatia entre os diplomados da área. Ademais, por se tratar de uma formação onde sua ocupação média caiu 29,97% dentro do recorte temporal estudado, pode-se acreditar que existe menos mercado para este setor, apesar de seu incremento percentual de rendimento.

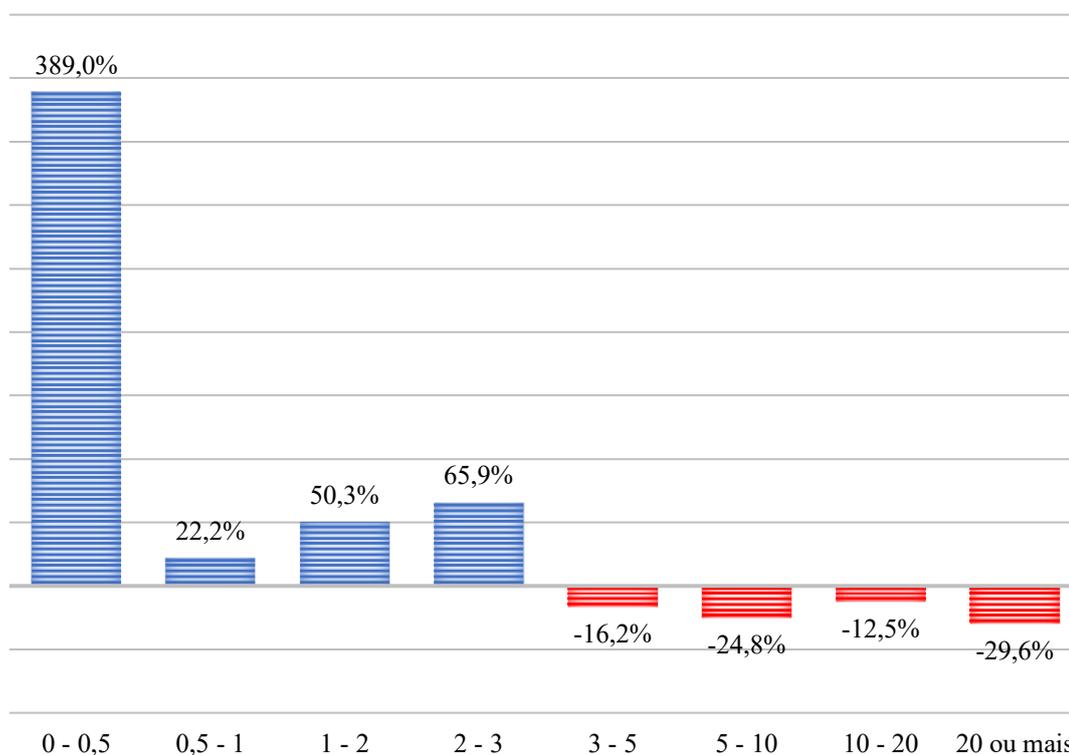
Na sequência, a pesquisa aponta a evolução percentual dos formados no curso de Direito (Gráfico 18), pode-se observar que neste caso, todas as faixas de rendimento compreendidas entre 0,5 e 3 salários mínimos e uma redução em todas as faixas superiores (acima de 3 salários mínimos), destaca-se positivamente, que a faixa de renda compreendida entre 0 e 0,5 salários mínimos reduziu 24% embora tenha crescido 105,8% os indivíduos que percebem rendimentos entre 0,5 e 1 salário mínimo.

Gráfico 18. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Direito

Fonte: IBGE (2021)

Como no curso de direito, foi observado anteriormente que seu nível de ocupação teve um aumento de 5,74% nesse mesmo recorte temporal, e também um incremento no rendimento médio de 48,4%, acima do rendimento médio geral no mesmo período permitindo entender uma configuração de alta de ocupação e rendimento de uma forma geral para os egressos dessa formação. Pode-se crer também que com essa movimentação, muitos indivíduos com ocupações relacionadas à área do direito, ganham mais do que ganhavam no início da série temporal, enquanto uma minoria percebeu uma redução em sua remuneração.

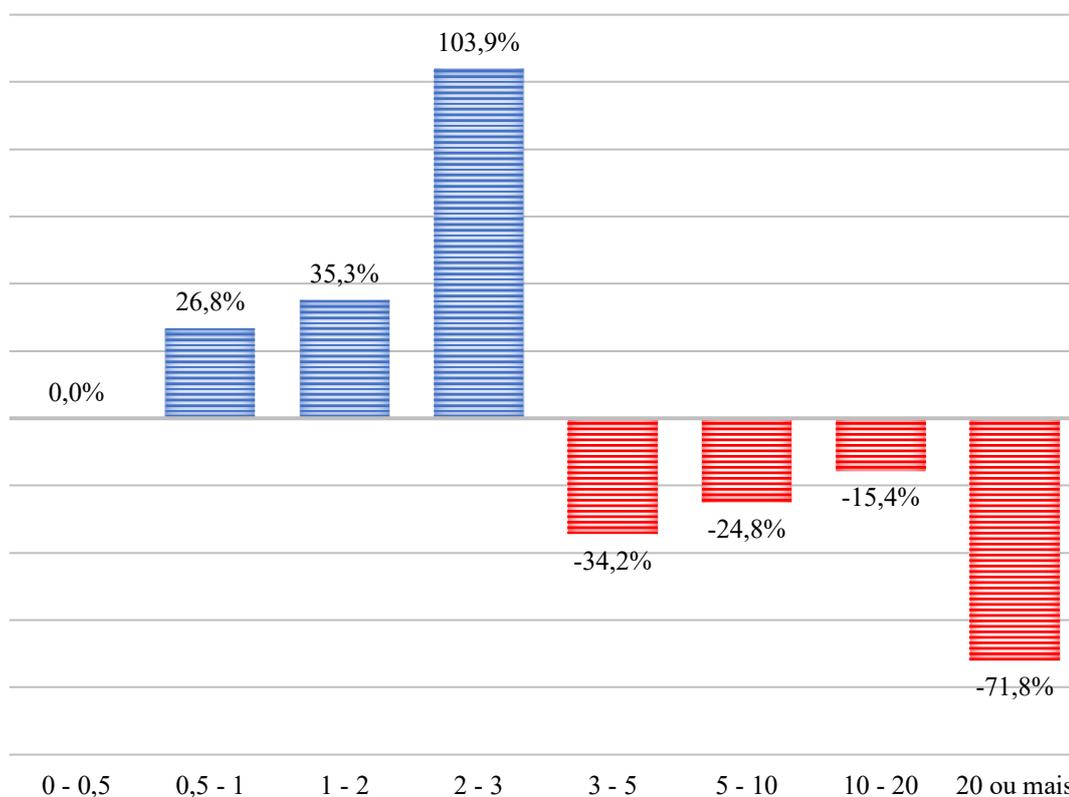
No Gráfico 19, verifica-se que dentre os graduados no curso de Contabilidade, em sua evolução percentual por faixas de salário mínimo entre os anos de 2012 e 2020, aqueles que recebem até 3 salários mínimos perceberam incremento enquanto todas as faixas superiores, sofreram reduções percentuais. Grande destaque para as ocupações que têm rendimento entre 0 e 0,5 salário mínimo, indicando grande subocupação ou profissionais que efetuam tarefas eventuais ou remunerados por hora.

Gráfico 19. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Contabilidade

Fonte: IBGE (2021)

Levando em consideração, que nas ocupações relacionadas à formação de contabilidade, o incremento no rendimento médio nesse mesmo período foi de 41,64%, bem acima do rendimento médio geral (11,64%), pode-se dizer que os ocupados no setor percebem em média, rendimentos maiores do que no início dessa série. Apesar disso, seu percentual de ocupados frente ao total percebeu uma queda de 23,31%, o que indica que o mercado para essa ocupação, embora remunere mais, se encontra agora mais escasso.

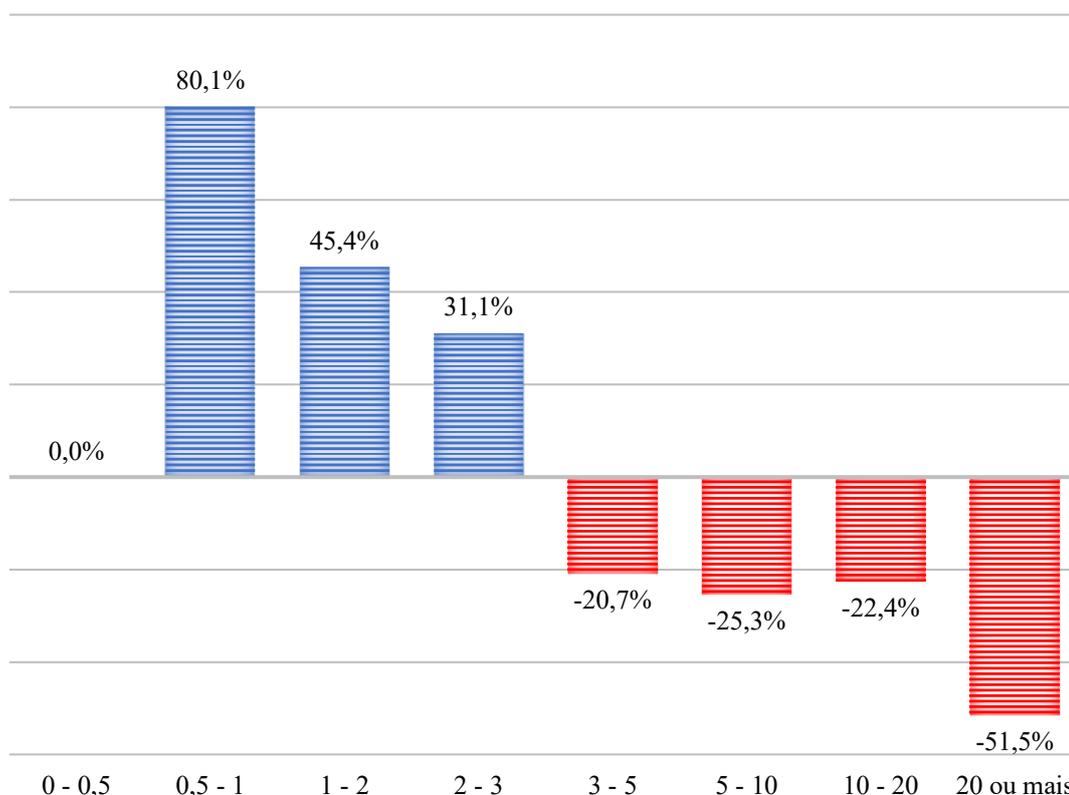
Analisando a evolução por faixas de salário mínimo dos graduados em Gestão de Pessoas (Gráfico 20), observa-se que dentro da série temporal analisada, todas as faixas de rendimento compreendidas entre 0,5 e 3 salários mínimos observaram incremento, especialmente o intervalo entre 2 e 3, que aumentaram 103,9%. Em contrapartida todas as ocupações que percebiam rendimentos superiores a 3 salários mínimos sofreram quedas percentuais, sobretudo à maior faixa de remuneração (20 ou mais salários), que sofreram uma redução de 71,8%.

Gráfico 20. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Gestão de Pessoas

Fonte: IBGE (2021)

Levando em consideração que a formação de Gestão de Pessoas é uma das poucas que representaram incremento tanto no rendimento quanto nos níveis de ocupação, pode-se considerar que esta expandiu em um mercado com demanda latente, que apesar da ocupação em faixas agora inferiores, representam um ganho médio no rendimento, em proporções mais do que o dobro da média geral.

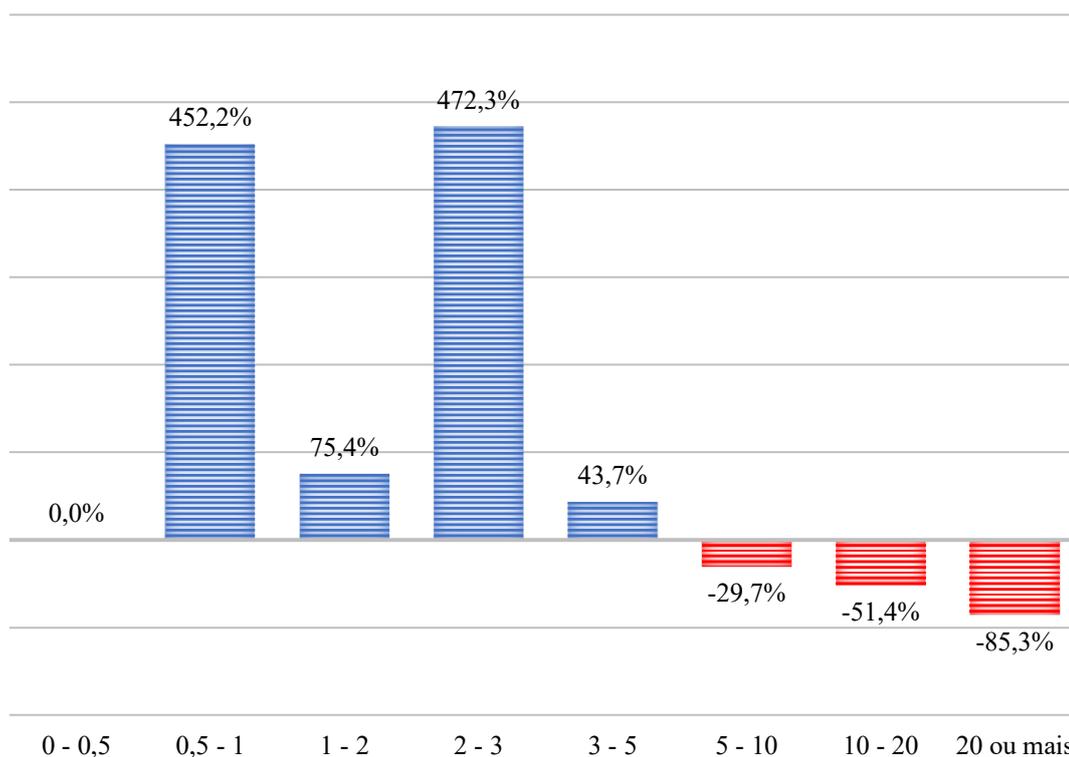
No caso da evolução percentual das faixas de salário mínimo do curso de Enfermagem, exposta no Gráfico 21, observa-se também uma tendência de aumento nas menores faixas de renda (até 3 salários mínimos), com destaque para aqueles que ganham entre 0,5 e 1 salário, em detrimento de uma queda de todas as demais faixas superiores, incluindo 51,5% de retração nos indivíduos que ocupam funções remuneradas acima de 20 salários mínimos.

Gráfico 21. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Enfermagem

Fonte – IBGE (2021)

Levando em consideração que o curso percebeu um aumento médio nos rendimentos na ordem de 45,56% no período analisado, acredita-se que o percentual de indivíduos que ocupam as menores faixas de rendimento representa o maior quantitativo dentro dessa ocupação. Por outro lado, dentre os indivíduos ocupados nessa formação, observou-se uma queda de 3,30% no período, indicando uma retração no número de ocupados da área frente ao total das ocupações – uma redução proporcional do mercado direcionado aos graduados no curso de Enfermagem.

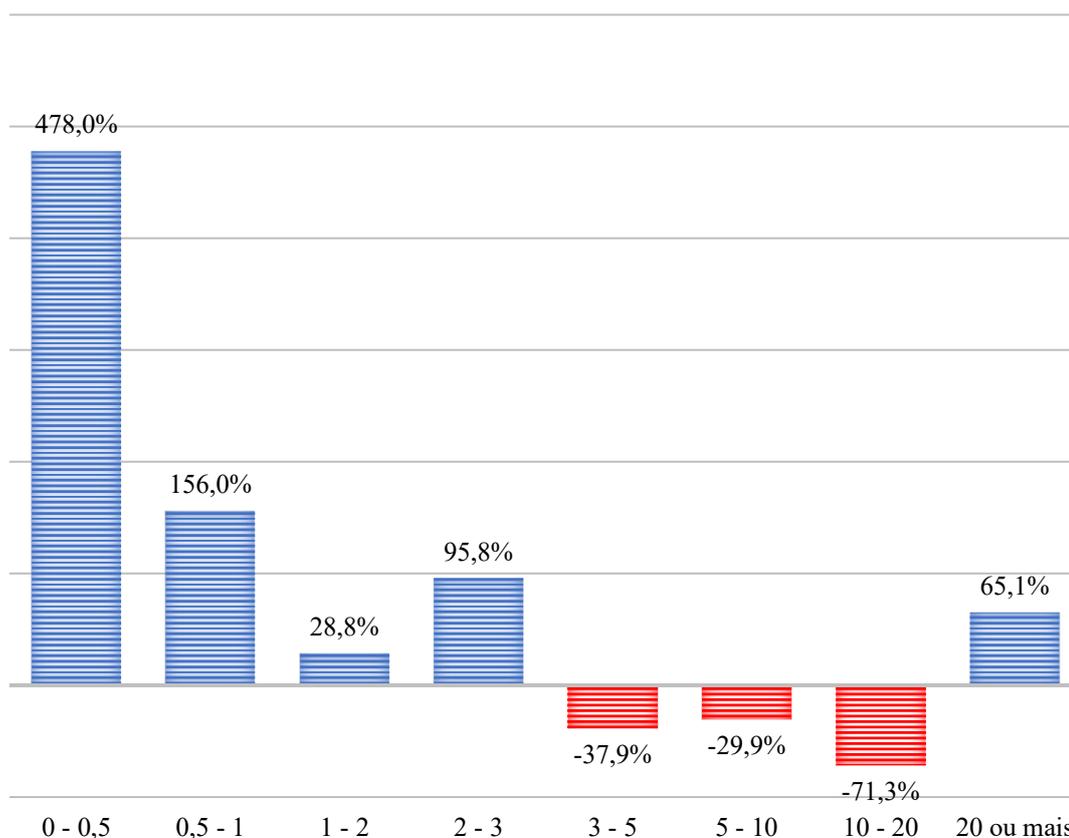
Na sequência, analisou-se o curso de Engenharia Civil, apresentado no Gráfico 22, em suas faixas de salário mínimo e sua evolução no recorte de 2012-2020. Pode-se observar que todas as faixas de rendimento entre 0,5 e 5 salários mínimos perceberam incremento, com destaque aqueles que recebem de 0,5 a 1 salário e também os que recebem entre 2 e 3 salários, ambos com mais de 400% de incremento. Por outro lado, observa-se uma queda em todas as faixas de rendimento superiores a 5 salários mínimos.

Gráfico 22. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Engenharia Civil

Fonte: IBGE (2021)

Levando em consideração que a média de rendimentos dos graduados em Engenharia Civil foi uma das que registraram variação negativa no recorte 2012-2020, pode-se concluir que além dos rendimentos terem registrado uma movimentação na direção dos menores salários, o setor atualmente paga menos do que pagava em 2012. Corroboram com a perspectiva de baixa no setor, os dados relacionados à sua ocupação, que representa em 2020, 15,11% menos ocupados do que em 2012 com relação ao total de ocupados nesses períodos.

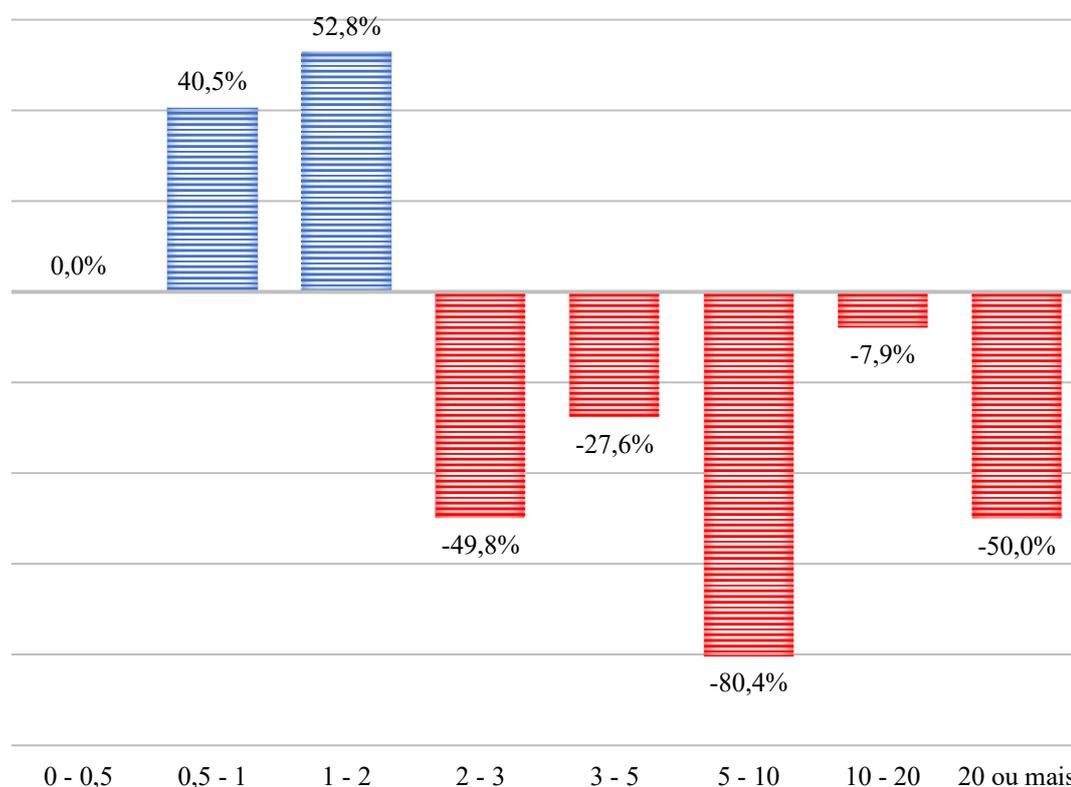
No Gráfico 23, observa-se que dentre os graduados no curso de Psicologia, cujos resultados podem ser analisados sob duas diferentes óticas. Uma do incremento dos profissionais cujas ocupações lhes conferem remunerações acima de 20 salários mínimos (representando 65,1% de aumento nessa faixa), e outra, mais pessimista, que confere aumentos substanciais nas faixas de rendimento abaixo de 1 salário mínimo, o que indica traços de subocupação nessas faixas, bem como trabalhos eventuais e remunerações por hora.

Gráfico 23. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Psicologia

Fonte – IBGE (2021)

Pode-se apontar, que, apesar desse robusto incremento nessas faixas de rendimento, as ocupações relacionadas à formação de Psicologia foram algumas das poucas que apresentaram incremento tanto no rendimento médio (22,93%), como no nível de ocupação (13,54%), indicando um crescimento na ocupação do setor, e uma demanda latente no recorte pesquisado, apesar de que esses novos postos terem sido acrescidos em faixas inferiores de rendimento.

No Gráfico 24, pode-se observar que dentre os graduados nos cursos de Educação Física, levando em consideração o lapso temporal entre 2012 e 2020 em variações por faixas de salário mínimo, que só houve incremento nas faixas entre 0,5 e 2 salários mínimos, registrando queda em todas as superiores a esta, com destaque à redução de 80,4% entre os indivíduos que percebiam remuneração entre 5 e 10 salários mínimos.

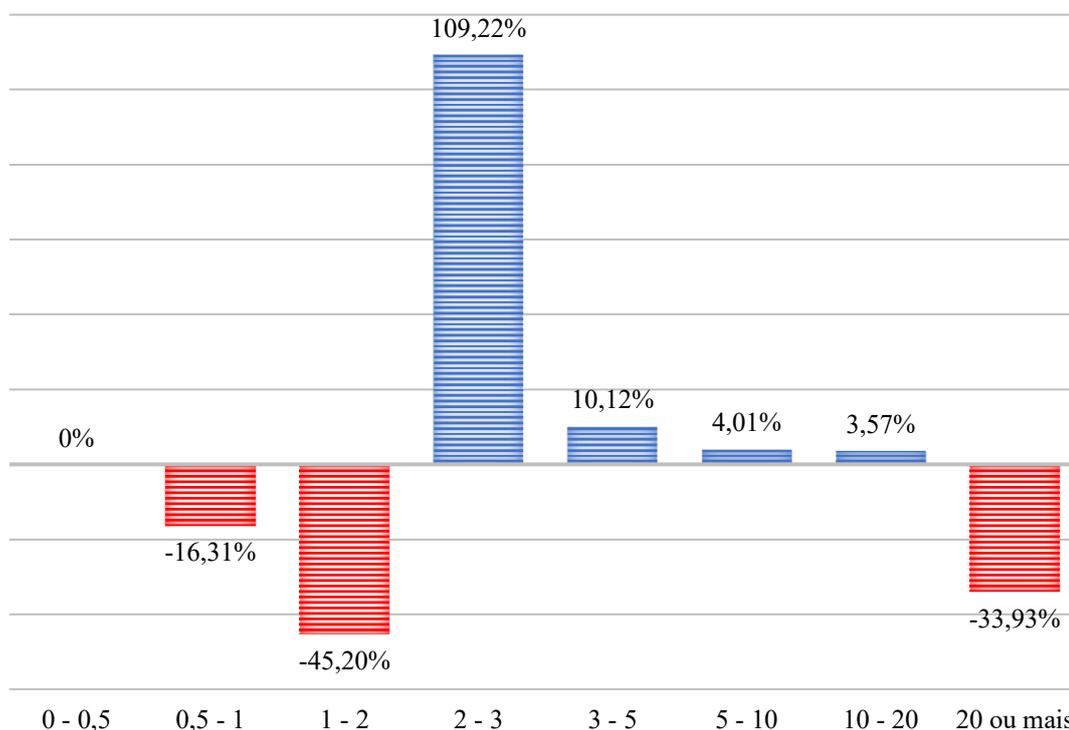
Gráfico 24. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Educação Física

Fonte: IBGE (2021)

Considerando que as ocupações relacionadas aos profissionais formados em Educação Física (bacharelado e licenciatura), apresentaram incremento tanto em rendimento médio (17,15%), quanto no percentual de ocupação relacionado ao total de ocupados (3,5%), pode-se concluir que tais crescimentos foram majoritariamente representados por profissionais que recebem entre 0,5 e 2 salários mínimos, que podem ser compreendidos em grande parte por profissionais da educação e também aqueles relacionados com remunerações por hora, ou trabalhos eventuais como por exemplo, serviços de *Personal Training* ou serviços de assessoria na indústria de cuidados pessoais.

Na sequência, a pesquisa aponta a evolução percentual dos formados no curso de Medicina (Gráfico 25), pode-se observar que neste caso, considerando as faixas de rendimento no recorte 2012-2020, as ocupações relacionadas à formação em Medicina apresentaram um resultado que não foi acompanhado por nenhuma das outras formações aqui pesquisadas.

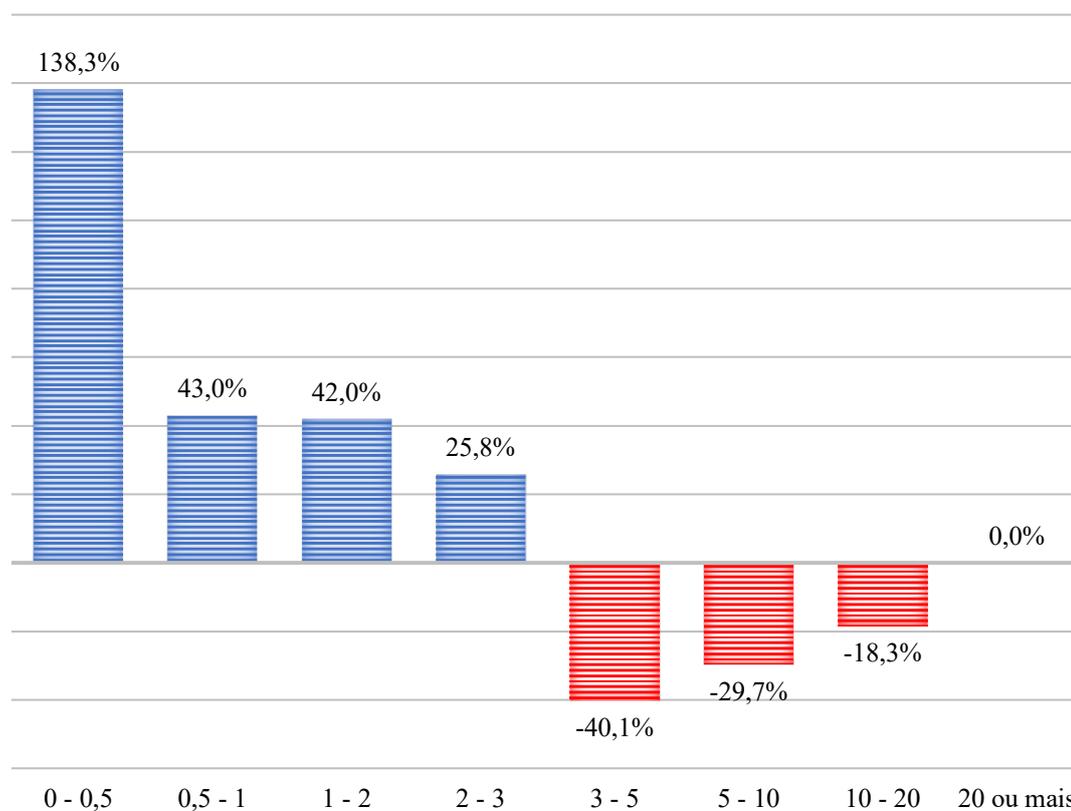
Observa-se inicialmente uma redução nas ocupações que percebem rendimentos entre 0,5 e 2 salários mínimos. Imediatamente seguidas por um incremento de 109% na faixa de remuneração entre 2 e 3 salários mínimos e modestos aumentos em todos os rendimentos superiores, exceto pela faixa de 20 ou mais salários, que representaram uma queda de 34%.

Gráfico 25. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Medicina

Fonte: IBGE (2021)

Considerando que dentro de todos os cursos analisados no período, a formação relacionada ao curso de Medicina apresenta o maior incremento em todos os rendimentos (59,55%) e uma redução nas menores faixas de remuneração, pode-se concluir que houve uma redução na desigualdade de rendimentos relacionados à essa formação, apesar de que seu nível de ocupação tenha caído 13,38%, representando uma retração nos postos de trabalho desta formação perante o total.

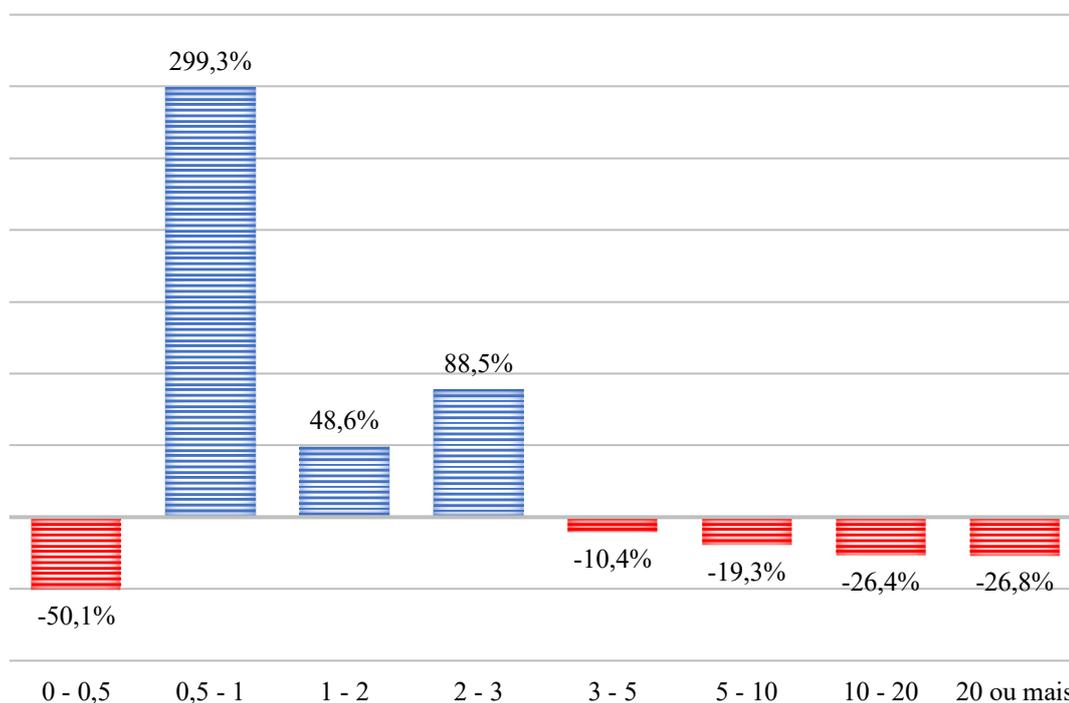
No Gráfico 26, verifica-se que dentre os graduados no curso de Fisioterapia e sua remuneração em faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020, que houve incremento em todas as faixas entre 0 e 3 salários mínimos, ressaltando o número robusto entre aqueles que recebem entre 0 e 0,5 salários, indicando alto nível de subocupação, trabalhos relacionados à remuneração por hora ou serviços eventuais relacionados a ocupação.

Gráfico 26. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Fisioterapia

Fonte: IBGE (2021)

Por outro lado observa-se uma retração percentual nas ocupações relacionadas às faixas compreendidas entre 3 e 20 salários mínimos, o que vai de encontro ao incremento no percentual geral de rendimentos (55,02%), podendo-se concluir juntamente com os resultados negativos no percentual de ocupações (retração de 1,64%), que o mercado para os graduados em Fisioterapia, que o mercado paga mais do que no começo da série histórica, e que esse resultado foi alavancado pelo aumento no rendimento dessas menores faixas (onde se concentra o maior quantitativo de empregados do setor).

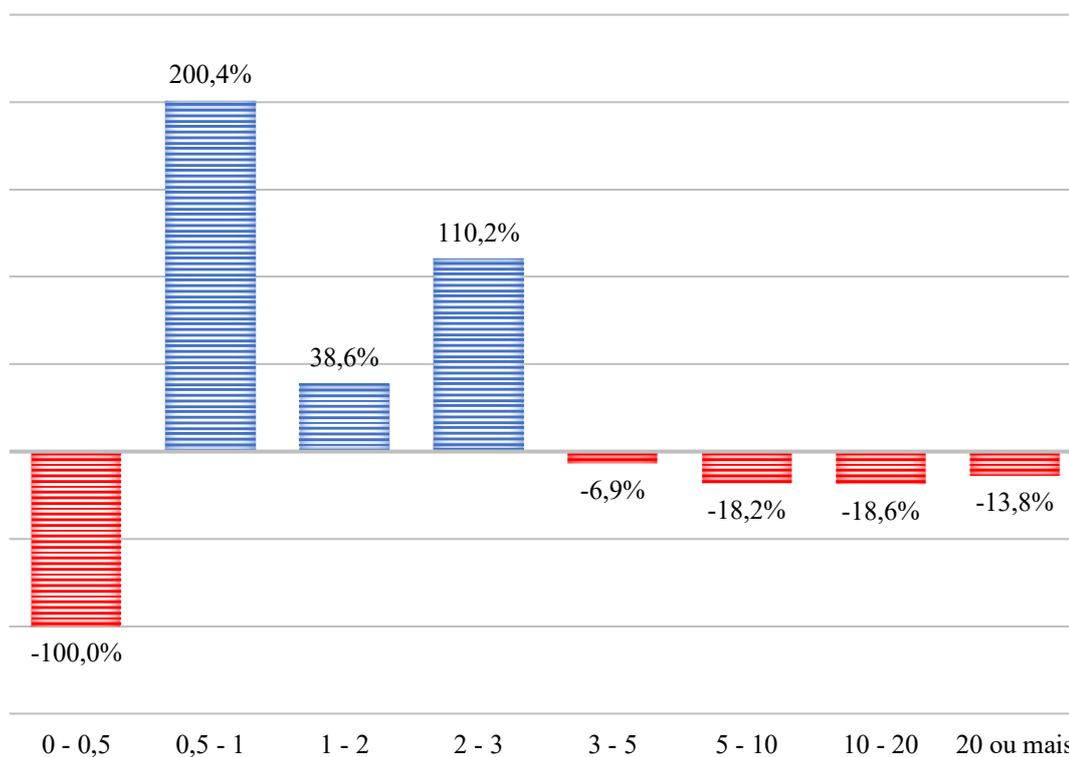
Analisando a evolução por faixas de salário mínimo dos graduados em Sistemas de Informação (Gráfico 27), pode-se notar que dentro do recorte analisado, a principal alteração ocorreu na faixa de 0,5 a 1 salário mínimo, que praticamente quadruplicou, acompanhada, de forma mais amena pelas faixas seguintes (1 a 3 salários). Enquanto registrou queda de 50% na remuneração compreendida entre 0 e 0,5 salários mínimos, indicando alteração na alocação dos profissionais subocupados, remunerados por hora e também aqueles que fazem serviços eventuais.

Gráfico 27. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Sistemas de Informação

Fonte: IBGE (2021)

Observa-se, que apesar do crescimento concentrado nessas faixas, o setor de uma forma geral, apresentou um crescimento no rendimento médio da ordem de 41,10%, confrontando com a queda em sua representatividade frente ao total das ocupações (retração de 6,07%). Pode-se concluir que o dentro os formados nos cursos de Sistemas de Informação, o mercado percebeu uma retração, embora o setor venha demandando anualmente mais necessidade de profissionais, indicando a pluralidade de formações que podem ocupar no setor, bem como da menor necessidade de diploma para atuação neste, indo de encontro à necessidade de outros setores. Na área de Tecnologia a demanda é mais de ordem prática do que puramente formativa.

No caso da evolução percentual das faixas de salário mínimo do curso de Engenharia de Produção, exposta no Gráfico 28, dentro do recorte temporal analisado, observa-se que houve um incremento nas faixas de rendimento compreendidas entre 0,5 e 3 salários mínimos e uma queda em todas as superiores (acima de 3). Observa-se também uma queda percentual na faixa de rendimento compreendida entre 0 e 0,5 salário mínimo.

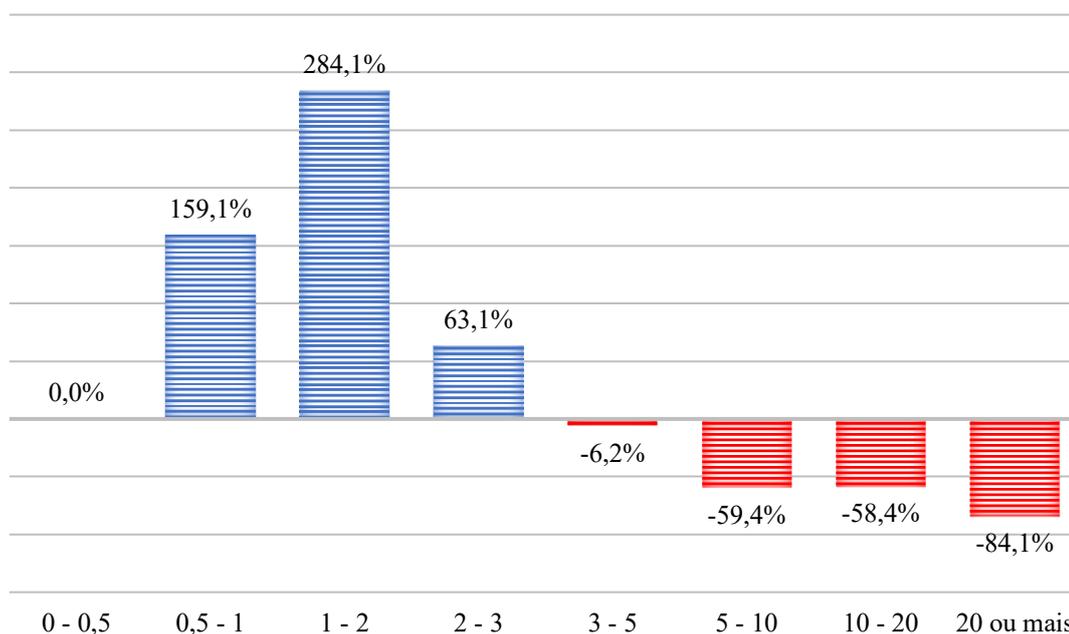
Gráfico 28. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Engenharia de Produção

Fonte: IBGE (2021)

As ocupações relacionadas ao curso de Engenharia de Produção apresentaram uma forte dicotomia na relação entre rendimento e ocupação, visto que perceberam incremento na renda em média de 53,71% e uma redução na ocupação do setor da ordem de 47,98% - a maior dentro de toda a amostra pesquisada.

Pode-se concluir de uma forma geral, que as ocupações relacionadas à Engenharia de Produção sofreram forte baixa em termos de ocupação, porém, aos que conseguem se manter nesse setor, percebem rendimentos proporcionalmente maiores. Isso pode ocorrer por substituição nas oportunidades do setor, ou mesmo estar relacionado ao índice de generalização da formação, o que é percebido também nos cursos de Administração e Gestão de Pessoas, fazendo com que a porta de entrada para as ocupações do setor seja muito larga e, portanto, mais competitiva, enquanto os topos da carreira remunerem menos em termos absolutos e mais em termos relativos.

Por fim, analisou-se o curso de Arquitetura e Urbanismo, apresentado no Gráfico 29, em suas faixas de salário mínimo e sua evolução no recorte de 2012-2020. As ocupações relacionadas à essa formação apresentaram incremento nas faixas correspondentes às remunerações entre 0,5 e 3 salários e um decréscimo em todas as faixas de rendimento superiores a 3 salários mínimos.

Gráfico 29. Comparação percentual por faixas de salário mínimo entre 2012 e 2020 – Arquitetura e Urbanismo

Fonte: IBGE (2021)

Observa-se que ao encontro dessa movimentação, o rendimento médio acumulado entre os anos de 2012 e 2020 nessas ocupações percebeu um decréscimo na média de rendimentos da ordem de 3,74%, onde pode-se concluir que a redução nas faixas superiores de rendimento teve efeito prático e proporcional no rendimento médio global. Nesse mercado, observou-se também que houve um aumento no nível de ocupação na ordem de 17,6%, permitindo concluir que o aumento na demanda desse setor tem influência direta na queda de rendimento percebida pelos diplomados no setor.

5. EFEITOS E DISCUSSÕES A PARTIR DO CENÁRIO DE EXPANSÃO

Neste capítulo estão elencadas as discussões decorrentes do processo de expansão e das consequentes movimentações do mercado de trabalho, num fechamento dos pontos entre educação superior, trabalho, mercado e as perspectivas dessa relação sob as perspectivas dos autores citados ao longo deste trabalho e também com base nas inferências quantitativas realizadas pelas pesquisas de campo.

5.1. Reflexos da Expansão do Ensino Superior

Seção onde são apresentados os reflexos do movimento de expansão, trazendo as impressões de diversos autores que estudaram o fenômeno em suas pesquisas e constatações e relações práticas com o mercado a partir deste. Levando em consideração as premissas e resultados alcançados por políticas públicas relacionadas à expansão da oferta do ensino superior, bem como a expectativa de ascensão social que a graduação proporciona ao indivíduo, é imperativo compreender como o mercado tem recepcionado os egressos do ensino superior para apontar as implicações desses atores no cenário de uma forma geral, inclusive para os indivíduos que já se encontravam em atuação.

Importante ressaltar a busca por reflexões sobre expectativas e demandas referentes à nova realidade educacional voltada para o mercado/mundo do trabalho além da cidadania e dos interesses das camadas populares. Entende-se então a necessidade de estudar a evolução dos percentuais de formandos em cada área que atuam de acordo com sua formação. O principal vetor da expansão se deu pelas IES privadas, mais pela demanda dos alunos do que pela demanda do mercado de trabalho, de forma sintética, os ingressantes são o mercado das IES privadas, razão pela qual as mesmas sobrevivem.

Perante a contribuição que a educação superior pode proporcionar para a sociedade em geral, as ações dentro dessa temática são discutidas dentro do rol das políticas públicas, uma vez que seus frutos (egressos) podem ser concebidos como saídas para resolução de problemas existentes. O grupo de egressos do ensino superior tem potencial de se inserir na sociedade

como agente transformador, tanto da sua própria realidade, quanto de todo seu entorno, mesmo que seu objetivo pessoal seja a conquista ou manutenção de uma vantagem econômica.

É importante que a preocupação com o processo de formação e ocupação, esteja presente no dia a dia da academia pois compreender e gerenciar esta realidade é uma forma de otimizar os recursos direcionados para o setor, de forma que os mesmos possam ser usados com maior eficiência através de programas governamentais e políticas educacionais (XU, 2013). O real aproveitamento de recursos empregados na esfera educacional, dependem de análises críticas sobre os fenômenos do setor, além de constantes debates que considerem projetos pedagógicos, sistemas de avaliação, currículo e políticas públicas.

Conforme Oliveira (2019), o acesso à educação superior no Brasil foi historicamente restrito à elite econômica, majoritariamente nos grandes centros. Nos primeiros 15 anos do século XXI, foram observadas mudanças importantes nessa realidade, com ampliação do acesso para indivíduos que dificilmente teriam essa oportunidade no cenário anterior.

Segundo Prates (2014), às desigualdades raciais de acesso ao ensino superior decresceu consideravelmente com a expansão dos primeiros anos do século XXI. A medição constante desses tipos de desigualdades é importante visto que além de revelar particularidades socioeconômicas, têm influência direta no filtro que todos os estudantes estão sujeitos no processo educacional. Um dos exemplos citados pelo autor é que a escolaridade dos pais é um fator que contribui mais para o acesso à rede pública enquanto a renda familiar tem maior contribuição em prol das instituições privadas.

O Brasil, bem como toda América Latina, ainda apresenta um dos maiores níveis de desigualdade do mundo, que são acompanhados de índices médios de desigualdade educacional, além de índices baixos comparados com a OCDE. As raízes históricas da desigualdade são sustentadas por forças econômicas atuais e apesar dos diferentes países se portarem de diferentes formas frente a esse problema, as coberturas das ações vêm aumentando consideravelmente nos últimos anos, em conjunto com os gastos no setor educacional (COX, 2010). Segundo o mesmo autor, é importante considerar três níveis de equidade que devem estar presentes na formulação de políticas na educação em prol de desenvolver grupos desfavorecidos como prioridade, tendo a melhoria da qualidade e equidade como metas e critérios de condução:

- I. Equidade no acesso e oportunidades de participação na educação formal (inclusão);
- II. Igualdade na educação ou de oportunidades no processo educacional (justiça);

III. Equidade e igualdade de oportunidades em relação aos resultados ou capacidades alcançadas.

A agenda da equidade engloba a sociedade como um todo, os estados têm o papel de aprimorar programas compensatórios e agir contra a segmentação social das instituições públicas de ensino, para que estas parem de reproduzir a desigualdade ao longo do percurso formativo dos alunos. Ademais, nivelar as oportunidades educacionais, apoiando a integração social nas escolas devem vir logo na sequência das agendas de acesso e qualidade (COX, 2010)

Com a expansão do ensino superior notou-se maior convergência entre o perfil médio do estudante de ensino superior e a população brasileira de uma forma geral, em outras palavras, o estudante de ensino superior passou a representar uma fatia maior da população, é o processo de estratificação horizontal (CARVALHAES E RIBEIRO, 2019). Nota-se também que os momentos de crescimento econômico são importantes não apenas para o aproveitamento dos novos egressos no mercado, mas também para a geração dos recursos que poderiam ser direcionados às políticas de expansão do ensino superior (OLIVEIRA, 2019).

Segundo a OCDE (2019), o Brasil apresenta gastos elevados com relação ao PIB, porém ainda gastos abaixo do entendido como necessário se for levado em consideração o gasto por aluno. Os dados mostram que, em 2016, o Brasil investiu 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) na área de educação, do ensino fundamental ao médio e técnico. O percentual está acima da média dos países da OCDE (3,2%) para o mesmo ano, mas o investimento proporcional por aluno é inferior à média dos países desenvolvidos, sendo 44,1% e 36,3% respectivamente nos ensinos fundamentais I e II, enquanto no ensino médio e técnico fica na faixa dos 41%.

O Relatório Education at Glance (2019) corrobora estas afirmativas, apontando que o Brasil investe 56% menos por estudante do que a média da OCDE na educação primária da rede pública e 53,9% a menos no total, somando todos os níveis de ensino. No ensino superior, porém, o gasto por aluno é 11,8% maior do que a média dos países desenvolvidos. Para adicionar mais um ponto de análise, a OCDE (2019) ainda aponta que o Brasil é um dos países que mais sofrem com a falta de mão de obra em setores específicos (sobretudo técnicos, operacionais e de produção), ou seja, além de considerar o melhor gasto por aluno, é importante equalizar os investimentos de acordo com os resultados pretendidos.

Tal relatório, apesar de apresentar dificuldades no entendimento da estrutura do ensino superior no Brasil, perante a dicotomia que vai além do Público x Privado, mas também em suas diversas fontes de financiamento, não consegue ainda dissecar os diferentes tipos de gastos inerentes às diferenças e particularidades entre essas duas gestões. Enquanto as IES particulares

canalizam os recursos, incluindo aqueles de origem governamental para o incremento de suas matrículas, a iniciativa pública lida com Ensino, Pesquisa e Extensão, sob regulação constante, e na maioria das vezes ainda consegue entregar melhores resultados no âmbito da qualidade.

A utilidade e a reflexão proposta pelo Quadro 11 é justamente a de problematizar que às injeções de capital privado ocorridas ao longo do processo de expansão foram muito mais relacionadas ao incremento organizacional, como fusões e criação de conglomerados do que a busca pela qualidade nessa formação. A perspectiva de qualidade inerente ao ensino superior Privado é relacionada à manutenção e a criação de escala nos processos organizacionais, sobretudo de padronização e atendimento às regulações para fazer jus à continuidade dos recursos oriundos dos programas como ProUni e FIES.

Quadro 11. Ranking das Melhores Universidades do Brasil

Posição	IES	Sigla	Cat. Adm.
1	Universidade de São Paulo	USP	Pública
2	Universidade Estadual de Campinas	Unicamp	Pública
3	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Pública
4	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Pública
5	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Pública
6	Universidade Federal de São Paulo	Unifesp	Pública
7	Universidade Federal de Sergipe	UFS	Pública
8	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-Rio	Privada
9	Universidade de Brasília	UnB	Pública
10	Universidade Federal de Pelotas	UFPel	Pública

Fonte: Times Higher Education (2021)

A perspectiva de qualidade durante e após o processo de expansão, que mantiveram as instituições públicas no topo de seus rankings (Quadro 11), dialogam com as decisões relacionadas a esse processo e reflete as escolhas dos indivíduos mais preparados para o ensino superior. Enquanto as classes mais altas representam a maioria dos estudantes primários e secundários das escolas privadas, as relações se invertem quando estes chegam ao nível superior conforme exposto por Simões e Mello Neto (2012).

Os índices de qualidade que norteiam as políticas institucionais e também as regulações inerentes ao setor de ensino superior apresentam uma indicação da importância de qualquer expansão no setor envolver de forma mais robusta às instituições públicas. Enquanto o volume das novas vagas foi impulsionado pela agilidade da iniciativa privada, acredita-se na importância de um incremento paulatino na vertente pública, a partir de políticas como o REUNI, concretizando o previsto no Plano Nacional de Educação (PNE – 2001).

Menezes Filho (2016) aponta que enquanto os egressos das IES privadas apresentam taxas ligeiramente maiores de ocupação, os indivíduos oriundos de uma formação em IES públicas apresentam uma correlação muito mais forte no que tange ao rendimento do trabalho e à renda domiciliar per capita. Em ambos casos, ressalta-se os resultados positivos e incrementais do ensino superior na vida dos egressos, mesmo com o que já foi exposto, sobre as motivações mercantis por trás da demanda das instituições privadas, em suas políticas de gestão, é inegável de que o ensino superior ainda faz a diferença na vida dos indivíduos e que uma perspectiva de empregabilidade e atuação no mercado de trabalho é um ponto positivo nas IES privadas e uma questão de atenção para as IES públicas.

A OCDE (2019) relata que o Brasil, apesar de contar com um grande número de desempregados – 11,6 milhões, é um dos países onde as empresas relatam mais dificuldades para encontrar mão de obra qualificada para suas funções (50% atualmente, num número que já foi de 66% em 2013). Tal redução percentual indica o impacto positivo do Ensino Superior no preenchimento dessas vagas, e resolução de tal questão. Neuman e Ziderman (1999), apontam que o ensino básico de qualidade e uma maior oferta de ensino médio profissionalizante apresentam potencial não só de resolver questões relacionadas ao desemprego e falta de mão de obra qualificada, mas também de contribuir com a transição para o ensino superior, visto que profissionais com formação de base mais robusta geram consequentemente uma melhor perspectiva de utilização do sistema de ensino.

Apesar dos gastos públicos com o ensino superior terem aumentado substancialmente nos períodos analisados, a razão destes gastos pelo número de estudantes de instituições públicas ainda se encontra 11,8% abaixo da média da OCDE, mesmo considerando o caminho maior a ser percorrido pelo estudante brasileiro. É necessário ainda um maior investimento no sentido do acesso e da permanência, atacando o problema da desigualdade de condições.

Segundo o relatório Education at Glance da OCDE (2019), houve no Brasil entre 2008 e 2018 um aumento no acesso ao ensino superior robusto considerando a faixa de alunos entre 25 e 34 anos (de 11% para 21%), apesar de ainda bem abaixo de sua média, 44%. Outro dado ressalta que no Brasil, apenas um terço dos estudantes concluem a graduação no tempo certo,

ante 40% da média da OCDE. O relatório expõe também o contraste entre a razão de alunos matriculados no ensino superior privado comparados com os outros níveis de ensino, enquanto 84,6% das matrículas dos níveis fundamental e médio são da rede pública, no ensino superior, a relação se inverte, num cenário onde 73,3% das matrículas são da rede privada.

Considerando os diplomados, 17% da população entre 25 e 64 anos conta com nível superior. Na última década apenas, o Brasil saltou de 11% para 21% considerando o percentual da população entre 25 e 34 anos de idade com educação superior, porém ainda continua bem abaixo da média da OCDE (44%). Apesar do ganho intergeracional na participação das mulheres com nível superior no mercado de trabalho, a escolaridade ainda representa um maior gargalo para esta do que para os homens, ou seja, a formação continua sendo um importante fator de redução de desigualdade entre homens e mulheres.

Martins e Oliveira (2017) abordam a questão da empregabilidade dos egressos sob a ótica dos coordenadores de curso após o fenômeno da expansão, demonstrando que o ensino superior funciona neste ínterim, como uma máquina de triagem, preparando o discente para o mercado de trabalho e as oportunidades que lá estão. Contudo, salienta a deficiência deste modelo de preparação para efeitos satisfatórios no que tange a mobilidade social dos egressos, salientando o caráter particular e individualizado com que muitas instituições encaram o ensino superior.

A taxa de emprego no Brasil é fortemente influenciada pela escolaridade dos indivíduos (BRASIL, 2019), enquanto a proporção de empregados com ensino superior é de 77,5% somando todas as idades, aqueles que têm ensino médio representam 65,2% enquanto ensino fundamental apenas 48,4%. Em linhas gerais, a proporção de empregados na população adulta é de 68% enquanto a média da OCDE está em 77%.

Nunes (2009) argumenta que os mecanismos de regulação do ensino superior não são coerentes, uma vez que existe uma falta de clareza nos conceitos legais da área. Desde o final do século XX, o governo tem adotado medidas que indicam a intenção de expandir fortemente o ensino superior, porém sem um debate claro enquanto governo ou mesmo com a sociedade, neste ínterim, não se sabe quais são os critérios que orientam a oferta de cursos, ou mesmo a atuação das IES junto às necessidades sociais de formação em cada região.

Novas habilidades acadêmicas podem ser formatadas levando em consideração a relevância que o ensino superior tem para a sociedade, bem como áreas de atuação junto ao mercado, contribuindo ativamente para o desenvolvimento socioeconômico de regiões específicas, bem como a resolução de problemas através da formação de profissionais específicos. Para além de outras variáveis como sexo e renda, o conjunto de habilidades

adquiridas no processo formativo em conjunto com as preferências pessoais têm papel preponderante na área de atuação do egresso (AUSTIN e HANISCH, 1990).

A expansão universitária da forma que foi feita atendeu não somente os interesses do capital, mas também promoveu o avanço de uma formação pautada na repetição de tecnologias desenvolvidas de fora para dentro da universidade, além de novos desafios para a manutenção/incremento da qualidade da formação dos indivíduos. Levando em consideração que os currículos não tomam lugar de objeto nesta pesquisa, o mesmo concentra seus esforços na problematização do planejamento por trás das diversas políticas que compuseram o bojo da expansão do ensino superior e conseqüentemente aumentaram o peso sobre a gestão universitária em seus diversos níveis (GREGÓRIO, 2012).

Ao passo que a vetorização privada exime certa responsabilidade do estado sobre as funções sociais da formação e também dos requisitos de qualidade, cabe ao mesmo, o papel regulador nesse aspecto, enquanto a oferta fica a cargo dos agentes decisórios do setor (NOMERUANO et al., 2012). Mancebo *et al* (2015), expõe o progressivo quadro de privatização do ensino superior no Brasil tanto através do crescimento de grandes instituições privadas, como à mercantilização das instituições públicas que ficam cada vez mais reféns dos desígnios do mercado. Fato que dificulta a tomada atual da educação sob a ótica da expansão do ensino superior como um projeto de nação mais amplo.

Mancebo *et al* (2015) argumenta que a expansão do ensino superior, mais do que uma parceria entre governo e iniciativa privada, expôs uma relação de interdependência junto ao próprio mercado. Saliencia que a expansão em massa, pode incorrer no excesso de flexibilização organizacional, racionalização dos gastos, sobrecarga docente e novos desafios para a gestão da qualidade do Ensino. Em uma análise mais acurada, acredita-se que para absorver a demanda por graduação na velocidade em que ocorreram os momentos de expansão, seria necessário um grande volume de capital disponível a ser empreendido para garantir a estrutura necessária para tal, desde a dimensão física, até mesmo didático pedagógica e nos aspectos relacionados ao corpo docente e tutorial como um todo.

Simões e Mello (2012) citam a grande representatividade das vagas de ProUni frente às vagas ofertadas pelo regime de cotas nas instituições públicas e que ainda que seja grande o número de estudantes nas redes públicas, é na iniciativa privada que residiram os principais esforços pela expansão do setor educacional no Brasil. Os autores argumentam ainda a falta de congruência entre a oferta de vagas do ProUni nas IES privadas e sua relação com maior procura ou mesmo prestígio em nível de cursos.

Silva (2020), demonstra que o incremento da participação dos negros e pardos no ensino superior foi cinco vezes maior do que a média geral, considerando apenas a variação de 2009 a 2015. Os negros representavam 22% dos estudantes nas IES públicas em 2001, chegaram a 44% em 2015 e finalmente a 50,3% em 2018. Abaixo alguns outros dados desta distribuição, segundo a pesquisa de Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE, 2019):

- (1). Entre as pessoas com 25 anos ou mais de idade, 24% dos brancos tem ensino superior, enquanto entre os pretos e pardos, o percentual é de 10,1%;
- (2). Nos indivíduos entre 18 e 24 anos, 36,1% dos brancos frequentam ensino superior, enquanto o percentual entre pretos e pardos é de 18,3%;
- (3). Considerando a taxa de ingresso no ensino superior em todas as faixas etárias, 53,2% dos indivíduos brancos fizeram a transição (ensino médio - ensino superior), no ano de 2019, frente à 35,4% dos pretos e pardos.
- (4). No total de pessoas que frequentam instituições de ensino superior, 50,3% dos indivíduos matriculados nas IES públicas são pretos ou pardos, frente 48,2% dos brancos. Considerando as IES privadas os percentuais são de 46,6% (Pretos/Pardos) e 52,3% (Branco).

Para efeito comparativo, a representação desses grupos de indivíduos na população brasileira neste mesmo ano (2019), 55,8% dos brasileiros se declararam como pretos ou pardos enquanto 43,1% se declararam como brancos (IBGE, 2019). A representatividade alcançada através das políticas de cotas ainda está aquém do retrato fiel do que é a população de fato, mesmo se considerarmos o cenário de maioria atual nas IES públicas.

Tais dados refletem não apenas o sucesso da Lei Federal de Cotas, sancionada em 2012 - que definiu, entre outros tópicos, que metade das matrículas nas universidades e institutos federais deveriam atender a critérios de cotas raciais e sociais dentro de quatro anos - mas também o fato de mais jovens se declararem atualmente como pretos ou pardos, o que é de fato, preponderante para esses resultados alcançados.

Os números relacionados aos indígenas, amarelos e outros grupos, apesar de constarem nos dados gerais da população segundo o IBGE em um percentual de 1,1%, não representam dados substanciais quando pesquisados nas bases de dados relacionadas à Educação e as variáveis de raça dentro da pesquisa de Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil (IBGE, 2019). Os autores citam ainda uma espécie de subjugação dos cursos e vagas menos procurados, por conta de critérios meritocráticos de seleção, mesmo com as políticas

afirmativas atuando como atenuantes, ou seja, bancando estudantes ricos em cursos de prestígio enquanto os mais pobres ficam majoritariamente em cursos de menor procura.

Observa-se na dinâmica da expansão do ensino superior dentro objeto desta pesquisa, que a mesma apresentou ainda algumas tendências de forma mais acentuada: democratização no acesso, instituição e fortalecimento de ações afirmativas, desequilíbrio entre as ações das IES públicas e privadas, ampliando o ensino à distância e o fenômeno da estratificação horizontal (SENKEVICS, 2021). A democratização do acesso possibilitou o que foi chamado de estratificação horizontal, fazendo com que o atual discente do ensino superior se pareça mais com o cidadão brasileiro médio, para tanto foi necessário o uso de políticas de ação afirmativa com vias de fortalecer por exemplo, a inclusão dos alunos oriundos das escolas públicas, minorias étnicas e raciais, entre outros cotistas em geral.

O ensino à distância por outro lado apresentou o potencial de inclusão no ensino superior, dos estudantes que trabalham em tempo integral ou mesmo que tem problemas logísticos para cursar uma graduação. Em todos os cenários, públicos e privados, foi nítido o avanço no sentido da inclusão e de uma consequente melhor representatividade da população no contingente dos alunos de ensino superior. Converte com o desenrolar desta pesquisa, que o ensino superior numa oferta mais ampliada, atingiu por consequência um perfil mais diverso de público (estratificação horizontal), oportunizando e formando perfis de discentes mais próximos da média da população, que provavelmente não teriam essa oportunidade sem as políticas empreendidas.

A lógica mercantil vai de encontro ao processo de democratização do ensino, a partir do momento que este foi pautado e financiado pela iniciativa estatal. Trata-se da expansão mercadológica em busca do atendimento a uma demanda em detrimento da universalização do acesso, o que pode ocasionar em último caso, diferentes grupos de egressos no mercado de trabalho. Vanstreels (2014) argumenta que apesar de todas as vantagens da inclusão e democratização do ensino superior, os esforços precisam ser contínuos no sentido de ampliar as vagas ofertadas pelas IES públicas, para que, aos poucos, diminua a dependência da iniciativa privada no setor. No próprio Plano Nacional de Educação (2001) que precede as principais políticas educacionais, é explicitada a intenção de que o segmento público gere, pelo menos, 40% das novas matrículas no ensino superior.

Com o fenômeno da Expansão do ensino superior, pôde-se observar também vários polos universitários instalados em diversas regiões do Brasil, trazendo uma grande rotatividade de egressos dos cursos, que nem sempre contam com a recepção imaginada no mercado de trabalho, em busca de colocação e sucesso em suas ocupações e formações. Segundo Ribeiro

(1995), outro resultado deste fenômeno, é a estratificação social, que separa e opõem às classes sociais, onde suas relações chegam a ser tão complexas que tornam a mobilidade social uma barreira praticamente intransponível.

Confirmando essa questão, Lobo (2012) declara que a não ocupação do egresso em sua área de formação tem sido motivo de estudos por várias áreas do conhecimento e sobre a qual os gestores universitários poderiam buscar mais informações e dados, como se faz em qualquer atividade científica quando se quer resolver e também entender o problema. É essencial que os atores responsáveis pela oferta do ensino superior questionem-se sobre seu comprometimento com a eficácia direta desse tipo de política, a identificando continuamente as demandas do mercado.

As políticas de redução da desigualdade no acesso têm oportunidade de evoluir também para políticas de permanência e êxito, sobretudo em cursos mais concorridos e com maior apelo, visto que o estudante de baixa renda está vulnerável a uma gama muito maior de intercorrências em sua jornada de formação. Tais políticas vinham apresentando bons números desde 2001 estagnaram após 2015, e para além do arrefecimento econômico, o congelamento dos gastos e consequentemente matrículas nas instituições públicas e de suas políticas adjacentes, que quando não regrediram, permaneceram em seus níveis já alcançados.

Ainda dentro do paralelo entre universalização do acesso e demandas por formação, entende-se que a primeira age como condição para não perpetuação das desigualdades de renda pré-existent, enquanto a segunda se tornou prática comum e condenável por parte dos gestores de IES, sobretudo, privadas (DICKERT-CONLIN e RUBENSTEIN, 2007). Esses indivíduos não têm e não querem ter nenhum tipo de responsabilidade com o papel que seu egresso vai desempenhar no mercado a partir do momento em que ele não for mais seu cliente. A única implicação que o sucesso de carreira de um egresso pode trazer para as IES privadas ocorre no âmbito do Marketing do próprio curso ou instituição.

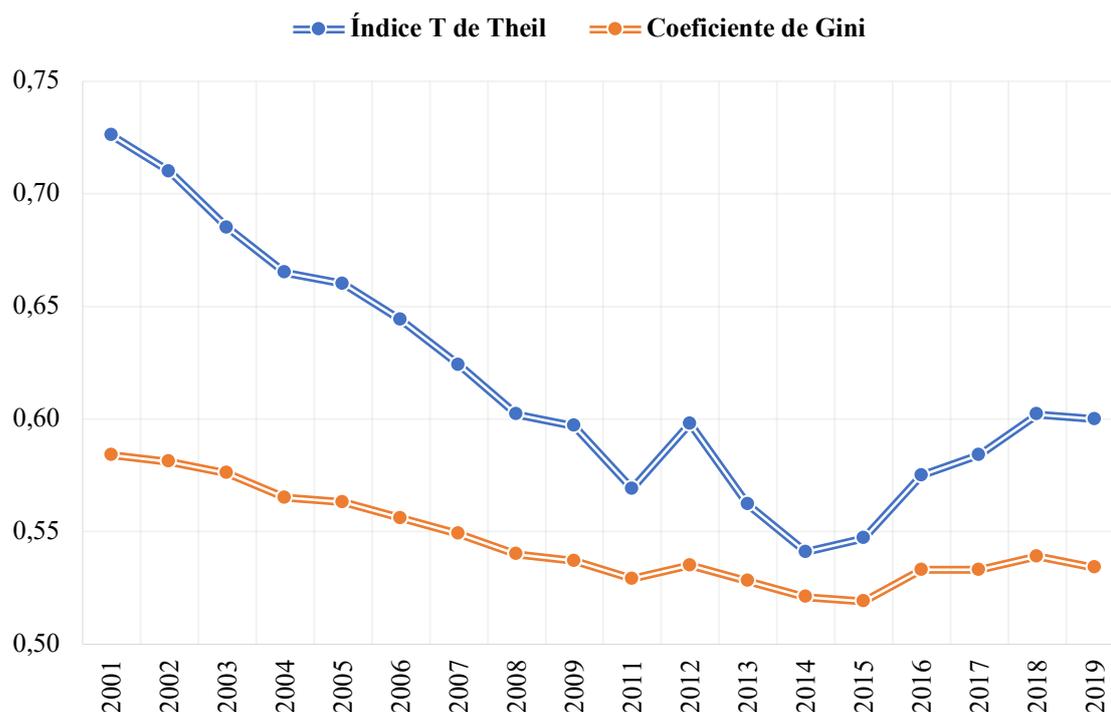
Classificadas em diferentes esferas de valor, pode-se afirmar que enquanto as instituições de ensino superior formam seus egressos, a economia marcha continuamente independente dos níveis de desigualdade e mobilidade. A expansão educacional e o mercado são elementos que se comportam de maneira totalmente independente apesar de sua complementariedade.

5.2. Perspectivas e Discussões

Nesta seção foram traçados paralelos entre educação, de nível superior, com o mercado de trabalho, cruzando algumas referências teóricas com as constatações alcançadas a partir da pesquisa de campo, com o objetivo de pontuar e delinear perspectivas para essa convergência.

O Gráfico 30 apresenta a evolução das mais populares medidas de desigualdade, o Índice T de Theil, que pode medir de zero ao infinito e o Coeficiente de Gini, que varia entre zero e um. Ambos indicam menor desigualdade quanto mais se aproximam de zero e apontam desigualdade máxima em tendência oposta. Neste caso, o recorte escolhido aponta desde antes das séries históricas relacionadas nesta pesquisa à expansão no ensino superior, possibilitando assim, demonstrar suas tendências prévias.

Gráfico 30. Coeficiente de Gini e Índice T de Theil (2001-2019)



Fonte – IBGE (2021)

Com este recorte, pode-se verificar que tanto o Índice T de Theil, quando o Coeficiente de Gini apresentavam tendências de queda antes mesmo da consolidação da expansão do ensino superior, essa tendência foi interrompida por um momento de aumento na desigualdade no ano de 2012, depois seguiram em queda para os melhores momentos da década série, em 2014 e 2015 respectivamente. A partir de então, as medidas de desigualdade apresentaram aumento ano após ano, exceto em 2019.

Salienta-se que o ano de 2015 foi quando se registrou o pico de inflação nas séries históricas estudadas anteriormente (10,67%), bem como iniciou a tendência de acentuação da desocupação em todos os níveis de escolaridade. Este foi o ano que registrou também o início da redução das quantidades de horas trabalhadas pelos indivíduos em todos os níveis de ensino e a redução do rendimento proporcional daqueles com ensino superior (IBGE, 2021).

Outros indicadores econômicos poderiam ter sido trazidos ao debate, como é o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que trata das dimensões saúde, renda e educação. Entretanto, considerou-se que tais variáveis não possuem relação direta com o escopo do ensino superior, diferentemente das métricas expostas, que remetem a variáveis diretas como renda e empregabilidade diretos das formações pesquisadas.

Com uma baixa taxa de Ocupação, leia-se, indivíduos que não contribuem economicamente em todo seu potencial, seja através de força laboral, ou mesmo como estudantes, cria-se uma massa de certa forma, à margem da sociedade produtiva (SCHWARTZMAN, 2007). Pastore (2008), analisa a correlação entre de população e indicadores sociais do IBGE, destacando a existência de grupos que não estudam, nem trabalham, apresentando inatividade econômica – 8,1% entre os jovens de 15 a 29 anos. Além disso, citou o crescente número de brasileiros, que além de não trabalharem e não estudarem, não buscam oportunidades, representando 14,4%, números alarmantes frente à plena expansão do ensino superior com vistas ao pleno emprego.

Cardoso (2013) classifica tais indivíduos em idade ativa que não estudam nem estão no mercado de trabalho como “nem-nem”, um em cada dez homens entre 18 e 25 anos se encontram nessa situação. Tais dados são piores nas regiões e famílias mais vulneráveis, problema que dialoga diretamente com as políticas educacionais enquanto ferramentas de inclusão, visto que tais indivíduos carecem de oportunidades no sistema educacional, no mercado de trabalho, ou ambos.

Na atual sociedade de serviços, o trabalho segue tendo importância central, embora não consuma mais a metade da vida dos indivíduos, passou a ser extremamente dependente das mudanças tecnológicas ao passo que se tornou mais reprodutivo e variado. Entende-se como economia neste caso, determinada capacidade para produzir bens e serviços em um determinado período de tempo, onde o total de pessoas ocupadas depende diretamente da capacidade deste sistema de produção.

Elster (1992) argumenta que o trabalho pode representar tanto o sentido de auto realização, como apenas uma escolha situacional, visto que sem aquela ocupação, sua situação poderia estar pior. Em outras palavras, o trabalho em seus benefícios pode até mesmo não ser

aquele que o indivíduo planeja para si, mas claramente uma opção vantajosa frente à ociosidade, sobretudo, não remunerada. Grande parte dos indivíduos que ocupam vagas no mercado de trabalho o fazem mesmo que estas vagas não sejam aquelas para que estes se prepararam ou almejavam outrora. Esse tipo de decisão individual ocorre tendo em vista à necessidade que estes têm de ocupar algum lugar.

A partir do momento em que indivíduos em suas perspectivas individuais passam a integrar sistemas complexos como a formação e o mercado de trabalho suas escolhas, pautadas em suas informações, passam a ser elementos constituintes de um cenário muito maior, e que podem vir a possuir uma série de conexões adjacentes.

A mesma produção, com mais eficiência, requer menor nível de emprego. A relação do aumento da produção com o aumento do emprego, depende do avanço técnico produtivo e do uso de novas capacidades de produção. Se isso não ocorrer, os postos de trabalho são apenas substituídos. O setor público é o responsável por suprir o crescimento da necessidade de ocupação da população economicamente ativa para que o aumento do nível de produção seja sempre maior que este.

A força de trabalho não inclui apenas a presença física dos trabalhadores, mas também seu conhecimento e habilidades aplicados em suas rotinas. A parte mais importante do desenvolvimento das forças produtivas é o seu conhecimento (COHEN, 2010). A Inovação tecnológica, por sua vez, é um fator que pode levar ao aumento do desemprego ao longo prazo, desde que não acompanhada de iniciativas públicas que modernizem a força de trabalho.

Dentro do Enfoque Microeconômico dos Empregos e Salários, o nível deste não é determinado pela tecnologia, mas pelo poder de barganha de um indivíduo ou de uma classe. Ao passo que um indivíduo consegue uma maior especialização dentro de uma dinâmica de perspectiva de maior produtividade (TITLEY, 1978), o mesmo decresce, mesmo que sensivelmente o poder daqueles que ali já estavam. Para os economistas neoclássicos, o valor do trabalho é determinado pela oferta e demanda, apesar dessa teoria apresentar alguns problemas muito flagrantes na realidade atual:

- (a). A determinação do trabalho também é tecnológica, não é dada apenas pela economia marginal do trabalho, e leva em conta também fatores sociais, e regionais;
- (b). A inexistência de um mecanismo para medição da produtividade marginal, fato que faz com que as especificidades ganhem mais força do que os aspectos gerais e tradicionais das relações de trabalho.

A grande questão que converge este tema com a formação a Nível Superior é no que tange às expectativas relacionadas ao ingresso no sistema, visto que neste momento, não é possível antever as competências para os setores levando em consideração o lapso temporal do percurso formativo. Por outro lado, dentro dessa perspectiva, não importa o quanto se investe em uma formação e o nível de perfeição alcançado, se esta não encontra demanda no mercado.

Seguindo o que foi proposto por Kalecki (1980), a construção política do pleno emprego passa primeiramente por uma política macroeconômica voltada para a geração de emprego e renda, por uma política de desenvolvimento, pela expansão das funções públicas para áreas menos mercantilizadas no mercado, como expansão da educação, saúde, bem estar social que supram as necessidades de mão de obra ao tempo que ampliaram o estado de bem estar social.

Com o desafio de conduzir o desenvolvimento sem exclusão social, o Estado pode lançar mão de políticas que defendam os indivíduos em posição menos favoráveis, glosando privilégios postos historicamente a certos grupos de interesse, reforçando sua atuação em direção a um cenário de pleno emprego. Esforços em melhores sistemas tributários (progressivos) podem representar uma maior possibilidade de redução da desigualdade no Brasil se comparados com projetos educacionais de longo prazo, para tanto, com políticas de transferência de renda eficazes direcionadas às camadas mais vulneráveis (LUSTIG, et al., 2014). A título de exemplo, 1/3 das desigualdades entre Brasil e OCDE se dá pelas diferenças na tributação, enquanto 2/3 se dão pelas diferenças na aplicação dos recursos (como educação).

O poder redistributivo do Estado tem maior representatividade na manutenção dos patamares da desigualdade do que as próprias forças do mercado, mesmo estas sendo declaradamente favoráveis aos estamentos e à concentração de capital. Tal fato fica evidente quando são verificados os dados de desigualdade depois dos impostos e transferências públicas (fracasso do sistema fiscal brasileiro como força redistributiva). Esses números são mais contrastantes quando confrontados com a realidade de países desenvolvidos, que apresentam maior eficácia na transferência, bem como maior progressividade da arrecadação.

É necessário por parte dos estados, aumentar o volume dos recursos, tornando suas fontes mais progressivas, bem como melhorar seus gastos, sobretudo em programas voltados para as famílias e em uma educação básica reformulada. Com uma melhor administração, com menos concessões e brechas fiscais, é possível montar sistemas realmente eficazes em suas funções sociais, aumentando sua abrangência e garantindo assistência aos realmente necessitados nos momentos difíceis.

No Brasil, onde 1% da população concentra os mesmos 25% da renda dos 55% mais pobres, peca-se primariamente na tributação dos indivíduos, tributando o consumo,

contribuindo negativamente para a eficiência da economia. Desta forma, o sistema de gasto público tende a ser mais um mecanismo de replicação da desigualdade. Para que ocorra o movimento inverso, os valores arrecadados precisam se transformar em transferência direta aos mais pobres, além de prover recursos indiretos para os mais vulneráveis, como escolas, hospitais e sistemas de proteção social (como assistência aos trabalhadores informais).

A expansão ocorrida no ensino superior foi alavancada pela maior agilidade e capacidade de resposta das instituições de ensino superior privadas, que apontaram entre outras questões, o problema da profunda especialização (formação para funções específicas). A especialização atua negativamente na visão sistêmica dos discentes, profissionalizam excessivamente o processo de formação voltado apenas para o mercado de trabalho (empregabilidade), acentuando as desigualdades pré-existentes, concentrando as formações de elite para poucos e de forma propositalmente inacessível (MARKOVITS, 2019).

Uma peculiaridade do Brasil em termos de educação é a persistência do peso da origem social na educação dos indivíduos, fato que pode ser constante objeto dos formuladores de políticas, como mecanismos de equidade na seleção e manutenção de alunos. Reflexão feita frequentemente por um trabalhador que tem intenção em fazer um curso diurno ou integral, mas que sem nenhum tipo de auxílio sequer chega a se matricular. Processos seletivos excessivamente meritocráticos atrapalham a eficácia de políticas inclusivas, sobretudo nos níveis mais avançados da educação.

Quando o debate da educação entra na seara da expansão, independente do nível, faz-se necessário falar sobre a qualidade do que é ofertado à população, pois por mais que possam ter grupos de interesse focados e indiferentes à educação voltada para a massa, é importante que sejam feitos procedimentos para acompanhamento dos índices de qualidade, de forma que o sistema não fique refém apenas de avaliações externas. O controle e avaliação constante da qualidade é uma engrenagem que permite e facilita os processos de melhoria contínua e não devem ser usados apenas para dizer o que a escola deve ou não fazer.

Ainda se faz necessário, além da expansão na educação, a racionalização dos gastos e a criação de processos de descentralização administrativa (financeiros e orçamentários), e ações que venham direcionadas para grupos populacionais específicos (fortalecer a educação de quem está mais abaixo). A reforma curricular, frequentemente necessária, pode vir a ser pautada nas realidades regionais dos alunos, bem como a avaliação de seus resultados e com prestação de contas e relatórios de desempenho voltados para o processo educacional como um todo e não apenas de um conceito final.

A educação é um processo de longo prazo, principalmente levando em consideração a inércia demográfica e o lapso temporal necessário para que as futuras gerações apresentem seus frutos. A correlação entre o desenvolvimento econômico e o sucesso educacional vai além das fontes de recursos para este fim, mas na provisão de diferenciais que impactam diretamente na qualidade do ensino (UNESCO, 2013). Ao prover educação de qualidade para indivíduos que muitas vezes são condicionados à uma realidade desfavorável estes têm a chance de ocupar funções outrora inimagináveis.

Cumpra-se salientar que a educação, por si só, não pode ser vista como medida única e inalienável para redução da desigualdade e redução da pobreza (MEDEIROS et al., 2020), apesar desta ser indispensável para a resolução destes. Mesmo levando em consideração o ensino superior, que é aquele que apresenta os melhores resultados, a educação nunca apresentou evidências que a permitam ser encarada como motor para redução da desigualdade.

Ora, se os resultados projetados para educação, fossem pautados primariamente para a resolução dos problemas da desigualdade, poderiam entrar na esteira virtuosa também outras políticas como reformas tributárias e redução da discriminação de gênero e raça, visto que estes tratam diretamente as causas da desigualdade, enquanto a educação se propõe como saída para este problema (MEDEIROS et al., 2020).

Não é possível esperar, portanto, um grande fluxo de mobilidade ou mudança significativa nos padrões de desigualdade de renda como fruto mesmo que indireto das políticas de expansão do ensino superior visto que o motor da disparidade de renda no Brasil se dá entre os 20% mais ricos e o resto da população e as variações entre os demais pontos não é tão desproporcional (MEDEIROS, 2019).

Para melhor ilustrar tal colocação, apresenta-se o brasileiro médio, que não pertence uma elite, mas ganha o perto do dobro do que ganha o brasileiro mediano, a pessoa na metade exata da população, é comum portanto que um brasileiro em mobilidade ascendente multiplique sua renda e se estabilize, mas dificilmente passará a ocupar posições que impliquem verdadeiramente na quebra dos padrões de desigualdade.

Ademais, como se trata de políticas de longo prazo, faz-se necessário uma continuidade entre políticas, bem como sua atualização em prol da eficácia destas ações. Neste ínterim, maiores esforços podem ser feitos para diminuir a influência da condição prévia nas perspectivas de oportunidades e sucesso dos indivíduos, além da mitigação de grupos econômicos de interesse e influência (MARKOVITS, 2019).

As minorias (de poder) precisam ser atendidas desde os mecanismos iniciais de concepção de poder dos indivíduos (Ensino Básico), salientando a importância de combater

todas as instâncias de discriminação, desde casa, até o mercado de trabalho, passando pela indústria cultural e até mesmo dentro das próprias instituições de educação (MARKOVITS, 2019). Observa-se, porém, de forma cada vez mais flagrante, a diferença entre a educação pública e a privada, visto que a primeira representa uma fatia muito mais importante (muitas vezes vital) na vida dos menos abastados, enquanto funciona como mecanismo de manutenção/aumento das barreiras que impedem a mobilidade para os mais ricos.

Levando em consideração o longo lapso temporal necessário para os investimentos em educação, que precisam englobar necessariamente aspectos como Infraestrutura, Design, Administração, Docentes, e a própria concepção do sistema educacional (como este se enxerga e quer ser enxergado pela população), os mecanismos de seleção de clientela podem ser progressivamente substituídos por políticas com vistas a equalização de oportunidades, com ações específicas para a permanência e o êxito, como bolsas e até mesmo transferência direta de renda.

Ainda é necessário destinar recursos para a infraestrutura, visto que a mesma só deixa de contribuir com fortes efeitos marginais quando já institucionalizada, ou seja, é muito pior não ter infraestrutura. O tempo na escola tem margem para ser melhor trabalhado, assim como um programa de maior contato com as famílias, entendendo as mesmas como mecanismo indissociável no sucesso deste processo.

A educação pública e seu currículo tem potencial para englobar noções de cidadania, bem como saúde, cuidado e atenção básica, de forma que estas práticas sejam replicadas desde a base da pirâmide educacional em um modelo com vistas a reduzir os determinantes sociais dos principais problemas e vetores de tudo que pode ser evitado, como por exemplo, alimentação, higiene, cuidados básicos, atividades físicas, até relacionamento interpessoal, saúde mental, entre outros.

Depende, para tal, da existência de mecanismos que garantam seu financiamento (políticas tributárias), visto que os esforços políticos necessários para implementação de planejamento de longo prazo encontram geralmente pouco eco, tendo em vista que a colheita acontece invariavelmente em um terreno futuro, além de ser um trabalho que dependerá continuamente de diversas mãos para que seu êxito seja atestado.

O setor privado da educação busca meios de aumentar sua já elevada participação de mercado, sob a certeza de que o ganho individual com a formação superior é razão suficiente para que este seja um investimento de perspectiva individual (mesmo que subsidiado por dinheiro público), atendendo para tanto, os padrões mínimos de qualidade para manter a injeção

de verba pública em seus cofres. Ressalta-se ainda a distância significativa das IES privadas e as dimensões de extensão e pesquisa.

Levando em consideração que os governos que estiveram de frente ao longo do processo de expansão do ensino superior consideraram os investimentos em Educação instrumentalizando ferramentas de ascensão social e maior rentabilidade geral da população. Segundo a OCDE (2019), um indivíduo com diploma de ensino superior ganha em média 156% de um que não possui.

Acredita-se que o ciclo de investimentos só estaria completo caso englobasse também os níveis mais básicos da Educação, pois com um ensino básico enfraquecido, as IES passam a ter muito mais dificuldade para formar com qualidade. Para além da esfera de análise desta pesquisa, porém importante destacar as enormes diferenças entre o ensino básico público e privado ao redor do Brasil. Uma educação básica de qualidade, a nível público é garantia não apenas de um melhor insumo para as IES, mas também uma forte influência para a mobilidade social nas futuras gerações, inclusive pela determinante de escolaridade intergeracional.

No Brasil, o gasto público em educação, levando em consideração o percentual do PIB é de 5,6%, maior do que a média da OCDE (4,4%), discurso comumente empregado quando o assunto é a redução dos investimentos em detrimento da qualidade ou mesmo dos resultados alcançados. É importante considerar o percentual do PIB neste tipo de ação, de forma que este influi sobre valores absolutos embora ele possa gerar distorções quando calculado o gasto por indivíduo, que é o que realmente importa (OCDE, 2019).

A relação entre o PIB e a quantidade de alunos atendidos é extremamente desfavorável aos índices brasileiros nesse cenário, o que faz com que o gasto por aluno seja um dos mais baixos dentre os países da OCDE. No Brasil, o gasto público por aluno é de US\$ 4.500,00 anuais em média, muito abaixo da média dos países da OCDE (US\$ 10.400,00), inclusive dentro da América Latina, ficando abaixo de Argentina e Chile nesse quesito (OCDE, 2019).

Considerando que historicamente a educação brasileira representou índices de resultado/qualidade abaixo dos níveis da OCDE é perfeitamente plausível que se gaste proporcionalmente mais na formação das futuras gerações. Ora, se um país se apresenta atrás em determinados quesitos, a real necessidade é de concentrar maiores esforços nessa direção, uma vez reduzida essa diferença, iniciar a discussão sobre comparabilidade e equalização de investimentos nesse setor.

Lemos (2017), por sua vez, tratou de analisar a mobilidade social dos egressos do Instituto Federal Fluminense (formação integrada médio e técnico), especificamente da coorte de 2014 (momento final da fase de expansão), a partir da classe social de origem dos estudantes

e analisando o cenário após sua formação. Destaca que para além do investimento na formação de indivíduos, é indispensável tratar da Sociologia da Educação com destaque no pensar a formação dos indivíduos. Destaca também que vivemos uma realidade urbanizada e industrializada, com grande mobilidade social, porém de curta distância, para a grande maioria da população e que isso reverbera inclusive nas chances desiguais de progressão e inserção profissional dos estudantes.

As taxas de transição educacional são marcadamente diferenciadas em alunos dos sistemas federais de educação, levando em consideração que o sistema educacional brasileiro reserva, de uma forma geral, taxas persistentes de desigualdade entre concluintes do ensino médio - em caminho oposto à simetria observada após o ingresso no ensino superior. É principalmente nessa lacuna onde atuam os Institutos Federais e Escolas Técnicas Profissionalizantes, equalizando as oportunidades, promovendo a progressão educacional (aumentando as taxas de transição para o ensino superior – verticalização) e ampliando as chances de mobilidade social (LEMOS, 2017).

Simões *et al* (2018), por sua vez, aborda a taxa ajustada de frequência escolar líquida, que monitora a adequação entre a idade dos estudantes e o nível de ensino frequentado, apontando que a taxa de conclusão do ensino médio poderia ser uma preocupação constante em caso de enfoque na pura expansão do ensino superior. O autor salienta ainda que dentre os concluintes do ensino médio, aqueles que o cursaram em escolas particulares têm mais do que o dobro de chances de ingressar no ensino superior (79,2% ante 35,9%). Tais argumentos reforçam a necessidade de uma abordagem mais emergente se tratando do panorama educacional, onde a verticalização e a formação de qualidade desde a raiz precisam ser perseguidas incessantemente.

Todos os esforços para a expansão do ensino superior pautam-se em uma relação positiva entre educação e desenvolvimento (MANCEBO *et al*, 2015). Compreender os significados e as implicações da expansão na formação e produção do conhecimento frente aos rumos atuais da Economia do Conhecimento e da globalização são tarefas cada vez mais emergentes dentro deste debate.

Colenci e Berti (2012) destacam a importância da elaboração de Projetos Pedagógicos que permitam aos discentes atingir competências necessárias para atuação profissional e também deem autonomia para mudanças efetivas nas práticas de ensino, desde a preparação adequada dos docentes, até a prática e a integração com o currículo proposto. A busca pela excelência no âmbito pedagógico precisa ser indissociável ao processo de formação, justamente para que formar não represente um fim em si mesmo (BUERGERMEISTER, 1983).

Embora a educação tenha resultado mais lento para redução de desigualdades de renda, é inegável que seja um resultado marcante em termos de direitos sociais, sobretudo àquelas que eram historicamente negadas à grande parte da população (OLIVEIRA, 2019). Melhorias no mercado de trabalho e políticas afirmativas, sobretudo que venham auxiliar às famílias na tarefa de manter um indivíduo no ensino superior resultam em uma significativa mudança no perfil dos estudantes bem com suas perspectivas no processo de formação.

Segundo Barros (2015), é compromisso do Estado elevar o nível geral de escolaridade de sua população e que apesar da expansão do ensino superior, o Brasil ainda está longe de alcançar dados favoráveis em seu percentual de graduados frente à população, inclusive se comparadas diferentes regiões, como Sudeste (15,9%) e Nordeste (8,8%). O autor classifica como tímidos os esforços ocorridos na expansão do ensino superior, salientando a necessidade do desenvolvimento de ações mais efetivas que venham a refletir na maior qualidade em todos os níveis de ensino, bem como na redução de nosso déficit educacional e em maiores perspectivas de mobilidade social. O mesmo salienta inclusive que o sucesso do Brasil na expansão do ensino superior precisa passar obrigatoriamente por uma melhor qualidade nos Ensinos Fundamental e Médio, fato que influencia na desigualdade de condições e que compromete não só o acesso, mas a permanência e o êxito destes estudantes na Graduação.

Simões e Mello Neto (2012) afirmam que abordar políticas públicas no Brasil é sempre um desafio, principalmente pela frequente descontinuidade dos processos. Tendo em vista o lapso temporal necessário para colher os frutos dos investimentos feitos em educação (independente do nível), é fácil a compreensão de tantas abordagens sobre um mesmo tema, e que conta com tantos interesses envolvidos.

Vanstreels (2014) também aponta quais poderiam ser os principais objetivos para a década seguinte a fase de expansão do ensino superior, constituem-se em sua maioria, desafios:

- (a). Democratização do acesso, da permanência e do sucesso;
- (b). Ampliação da rede pública superior e de vagas nas IES públicas;
- (c). Redução das desigualdades regionais;
- (d). Formação com qualidade;
- (e). Inclusão social;
- (f). Fortalecimento e estímulo às licenciaturas;
- (g). Formação de professores para a educação a distância;
- (h). Produção permanente de material didático e de conteúdos em múltiplas mídias;

- (i). Garantia de financiamento, especialmente para o setor público;
- (j). Relevância social dos programas oferecidos;
- (l). Estímulo à pesquisa científica e tecnológica;
- (m). Estímulo aos programas de intercâmbio e à integração internacional da educação;
- (n). Fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados.

Tais desafios coadunam-se com uma estrutura fortalecida das instituições públicas de ensino superior, bem como de um rígido controle em todas as etapas que dialogam com a qualidade dos serviços prestados pelos dois setores. Um planejamento de longo prazo que dialogue com as características apensadas para o desenvolvimento de nação e também regionais, bem como com a formação integral do indivíduo.

A política de formação de professores é um esforço entendido como um compromisso primeiramente qualidade da educação básica, esforço que, por tabela, aumenta a possibilidade de sucesso do ensino superior, passa, portanto, pela adoção de vínculos entre as IES formadoras e as redes públicas de ensino, bem como o reconhecimento do corpo docente como ator fundamental do sistema educativo, com valorização e formação continuada compatíveis com as necessidades apontadas (VANSTREELS, 2014).

Segundo Nunes e Carvalho (2007), desde o decepcionante ensino médio proporcionado aos discentes no Brasil, inicia-se um processo de restrição de visão de mundo, que culminam no projeto de instrumentalização do ensino superior, com foco puramente na ação do indivíduo no contexto laboral, onde é criada a grande lacuna com a formação humanística e abrangente que se propõe enquanto educação. O ensino superior e sua consequente expansão se dão em vias das profissões e ocupações, para além da criação de competências, sobretudo socioemocionais nos seus indivíduos enquanto formação.

Visto que o incremento e crescimento do conhecimento é superior aos possíveis recursos de qualquer universidade, os mesmos transcenderão suas fronteiras para além de seus muros causando novas revoluções, desta vez educacionais, das mais variadas formas. Os indivíduos, sobretudo que têm suas demandas atreladas à era da informação terão necessidade de aquisição contínua de conhecimento, em velocidade superior ao que pode ser posto em oferta pelas instituições, provocando novas abordagens por parte destas, além de indivíduos sempre em processo de aprendizado, de matrícula e de formação (NUNES e CARVALHO, 2017).

O cenário atual aponta para a necessidade de um projeto estratégico de médio e longo prazo para a educação superior no Brasil, que traga reflexos no Ensino Básico, com formação continuada, retroalimentando e melhorando o fluxo do sistema educacional como um todo.

Formar professores para educar melhores alunos desde a base, criando condições para um ensino superior menos desigual, desde oportunidades até a permanência, com maior fluidez em seus currículos, entregando egressos que dialoguem com as oscilações do mercado e a constante necessidade de desenvolvimento de novas competências (NUNES e CARVALHO, 2017).

Segundo Sguissardi (2008), o modelo de expansão do ensino superior brasileiro foi marcado pelo predomínio da iniciativa privada que elevou a demanda sobre os sistemas de regulação estatal para o setor. Com a predominância dos interesses do mercado educacional sobre todo o sistema de formação (via controle de oferta e proporcionalidade do setor), os fins do setor automaticamente convergem com a expectativa de lucro empresarial, apesar dos constantes esforços em prol da busca por indicadores de qualidade via SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) por parte do Estado.

O ensino superior fornecido por grandes corporações perde parte de sua humanidade, sobretudo pela ausência do contato com o local onde se assenta, a criatividade deixa de ser estimulada e o modelo passa a ser replicado em escala cada vez mais mecânica. Esse era o fim previsto para um ensino superior com fins lucrativos em um país que sempre teve forte lutas de interesse em suas decisões mais importantes.

A lógica do mercado, residente em uma ponta da Educação, passa a ter forte presença em seus dois pólos (gênese e resultado), com um miolo engendrado por burocracias e regulações passam a representar cada vez menos a cara da população, mesmo quando aumenta seus resultados frente aos mesmos (NUNES, 2018).

Segundo Nunes (2018), as IES representam atualmente uma federação de escolas de preparação profissional, pautadas em profissões que muitas vezes já nem existem mais, apenas com o intuito de captar e manter novos números (matrículas). Uma reforma estrutural é tão necessária quanto difícil, uma vez que para além dos debates sobre educação, agora estão em jogo os interesses de grandes grupos de poder, que representam além de elites, outros setores da economia. Levando em consideração que grande parte do gasto com educação no Brasil ocorre com despesas obrigatórias, faz-se necessário o estabelecimento de novas diretrizes orçamentárias que possibilitem o entendimento da educação como um projeto sistêmico e de longo prazo, como um bem mais público e menos político, um projeto de nação.

O capítulo chega ao seu fim após mostrar inicialmente os reflexos da expansão revela o debate entre diferentes autores e relatórios sobre o processo de expansão dentro do contexto educacional brasileiro, seus esforços, indicadores e os produtos dessa expansão enquanto política pública de desenvolvimento.

Traça por fim das perspectivas a partir do cenário apresentado, passando por recortes de desigualdade até chegar em questões relacionadas à qualidade do ensino superior e continuidade das políticas de expansão aqui retratadas. Trata da perspectiva público-privada no âmbito da expansão em suas diferenças e peculiaridades e precede dessa forma à conclusão dessa pesquisa, onde pretende-se elucidar todos os pontos onde pôde-se chegar ao longo desta.

CONCLUSÕES

Neste capítulo, são expostas as conclusões da pesquisa, bem como as delimitações inerentes aos critérios trabalhados em seu percurso. Observa-se aqui o fechamento das atividades de pesquisa em argumentos diagnósticos, com os paralelos entre as hipóteses, objetivos e resultados alcançados, seguidos pelas perspectivas do autor e de anotações para futuros trabalhos dentro da temática.

É preciso atentar, primeiramente, para a importância das variações econômicas nas dinâmicas de grande parte dos termos citados e trabalhados ao longo da pesquisa, como Desigualdade, Mobilidade, Ocupação, Mercado de Trabalho, Evolução do Rendimento Médio, Desemprego, entre outros. Kahn (2010), aponta para atenção nesse sentido na esfera da avaliação e eficácia de políticas públicas, que podem ser comprometidas ou alavancadas conforme o momento econômico em que são implantadas ou medidas.

Segundo Dalio (2012), as economias passam por diferentes ciclos econômicos, desde às oscilações dadas a partir das dívidas de curto prazo, como a alavancagem, inflação e recessão até mesmo àquelas mais persistentes e de longo prazo, como é o caso da desalavancagem e da depressão que necessitam do balanceamento entre medidas administrativas e fiscais mais severas para sua mitigação. Os estados interagem diretamente com esses ciclos, seja através do governo, com programas de investimentos e políticas públicas que aumentam seu gasto e participação em mercados específicos ou através dos bancos centrais com a manipulação das taxas de juros, e atuação em mercados de títulos e crédito.

Um exemplo de ciclo econômico de longo prazo foi a movimentação expansionista após a segunda guerra mundial, onde a oferta de crédito alimentou o consumo e a indústria que cresceu exponencialmente até o final dos anos 1980. Por outro lado, um exemplo de ciclo de curto prazo foi experimentado no Brasil no início do século XXI com o crescimento do consumo, crédito, renda e produtividade até meados de 2015, quando o país entrou no que é entendido até hoje como recessão, com redução no crédito, produtividade, investimentos públicos, projetos e maior austeridade nos gastos públicos.

Os ciclos econômicos são flutuações naturais da economia que envolvem uma alternância de períodos de expansão, relacionados à prosperidade e recuperação e outros períodos de contração, relacionados à estagnação, recessão, e até mesmo depressão, sejam esses ciclos longos (décadas) ou curtos (anos). Estes influem diretamente na empregabilidade pois permitem o estabelecimento de políticas econômicas mais expansionistas, aumentando o gasto público, para além dos esforços proferidos pela iniciativa privada que também acabam por absorver parte da capacidade produtiva da sociedade.

Levando em consideração os números relacionados ao Produto Interno Bruto, bem como os dados expostos nas seções e relacionados ao rendimento médio dos trabalhadores, taxa de desocupação e inflação, é possível e plausível caracterizar o Brasil em um estado de queda na atividade econômica desde meados do ano de 2015 até a data da finalização do campo dessa pesquisa (final de 2020) – o que faz com que os egressos nesse período cheguem ao mercado já em uma realidade diferente de outros momentos. Tal cenário impacta direta e indiretamente a todas as camadas e classes da população residente no país, mas primeiramente afeta aqueles que tem menor poder e elasticidade econômica, observando o histórico de inflação nacional que sempre foi alavancado por produtos de primeira necessidade, como por exemplo, os derivados de petróleo, itens da cesta básica e energia elétrica (CAMPEDELLI, 2017).

No campo da desigualdade de renda, que dialoga diretamente com o mercado de trabalho e ocupação dos egressos, a pesquisa caminha até o ponto de demonstrar um processo de democratização no rendimento e incremento no salário médio dos graduados nos principais cursos, dentro dos recortes temporais analisados. O aumento sistêmico do percentual dos graduados na população pode ser relacionado a um cenário de perspectiva de mobilidade social, levando em consideração a continuação de tendências específicas, como é o caso do nível educacional de origem na perspectiva intergeracional. Se trata de uma perspectiva justamente por não existirem mecanismos que possibilitem correlacionar diretamente o percentual de graduados na população com as medidas de desigualdade.

A redução direta dos índices que apontam a desigualdade de renda, dependem muito mais de condições específicas do que gerais (MEDEIROS *et al.*, 2020). As políticas educacionais apresentam efeitos independentes que muitas vezes contradizem os índices de desigualdade, levando em consideração o aumento na diferença de rendimentos entre aqueles que cursaram o ensino superior comparados aos que não tiveram.

Observa-se também, dentro dessa questão um problema pouco tratado e controverso levando em consideração a literatura tratada ao longo dessa pesquisa no que tange à educação em geral. Em determinadas condições, por entender as diferentes expectativas de rendimentos

dos cursos e às predisposições de classes sociais para ingresso, manutenção e sucesso em determinadas formações, o ensino superior pode servir como ferramenta de incremento ou manutenção da desigualdade, sobretudo se forem consideradas as movimentações da elite em si (CARVALHAES e RIBEIRO, 2019).

Outra conclusão relevante diz respeito às teorias de formação no ensino superior e suas implicações nas expectativas de manutenção das tendências comportamento da mobilidade de caráter intergeracional (LEMOS, 2017). Compreendeu-se que, no caso de manutenção da tendência de correlação do status social de origem com as probabilidades de sucesso na vida acadêmica e incremento nas oportunidades e chances individuais de sucesso neste meio, o peso da origem continua sendo muito relevante no resultado final de cada processo individual.

Tal qual argumentado por Lemos (2017), os resultados da pesquisa indicam que a Mobilidade Social não funciona como uma espécie de antídoto para o problema da Desigualdade, e por mais que a emancipação da população por meio da expansão do ensino superior crie fluxos de mobilidade, dependendo da fluidez do cenário, suas implicações com relação à desigualdade são indiretas e não correlatas, pois dependem de diversas outras questões como classe de origem, oportunidades e condições ao longo do processo.

Não há como identificar a motivação individual por trás da empreitada universitária, porque além dessa ser mutável ao longo do processo, pode não ter correlação nenhuma com o resultado, com o fim deste percurso. O produto esperado de uma expansão no ensino superior é a composição ou o incremento de um grupo de indivíduos que passam a constituir um estrato diferente no sistema social (ARRETICHE, 2015). O empreendimento dos programas e projetos de governo por meio das políticas tratadas continua representando um esforço global, por mais que se relacionem com os indivíduos em suas empreitadas particulares.

Arretiche (2015) também havia previsto evidências sólidas de que políticas contínuas são cruciais para que mudanças significativas ocorram na ordem social e econômica, sobretudo em uma sociedade baseada historicamente nos conceitos das desigualdades. Toda a bibliografia analisada por fim, apresenta evidências consistentes de que as decisões governamentais e sua continuidade ao longo do tempo são importantes na trajetória de longo prazo das desigualdades.

Em outras palavras, com um maior quantitativo de chefes de família graduados, aumenta-se a probabilidade de gerações futuras com maior mobilidade, chance de sucesso profissional e acadêmico (DICKERT-CONLIN & RUBENSTEIN, 2007). Filhos de gerações com altos níveis de escolaridade tendem a escolher cursos de maior perspectiva de renda, democratizando essas ocupações e reduzindo as pressões inflacionárias sobre as formações mais populares. Existem implicações positivas entre a expansão no ensino superior e a redução

na desigualdade de renda entre às formações, seja através de sua capacidade indireta de levar renda e oportunidade a grupos que inicialmente não a teriam, ou da criação de perspectivas frente a um mercado que continua tratando muito melhor àqueles com nível superior.

Dentro do que foi descrito como dinâmica meritocrática, associada frequentemente em relação proporcionalmente positiva com o número de graduados de determinada formação no mercado, muitas vezes para explicar o sucesso de indivíduos em caráter de exceção, percebe-se uma evolução no decorrer dos anos, junto às pesquisas analisadas. Enquanto os gestores das instituições de ensino privado tratam a meritocracia no âmbito do sucesso profissional a partir das formações dos indivíduos, diversas políticas de afirmação foram lançadas com vias de tratar as desigualdades historicamente estabelecidas. O conceito da Meritocracia em sua concepção pressupõe existência de igualdade de condições, para tanto, faz-se necessário estabelecer condições plenas de competição entre todos os indivíduos envolvidos no processo de formação, o que envolve também as perspectivas de qualidade daqueles que dispõem de mais recursos para investir em suas aspirações de sucesso. A educação de elite é cada vez mais dinâmica, excludente, e exige habilidades cada vez mais inalcançáveis pela grande maioria dos indivíduos (MARKOVITS, 2019).

A educação sozinha não leva ao caminho da redução da desigualdade, mas compõe pedra fundamental no arcabouço para a construção de uma sociedade menos desigual, seja para reduzir a diferença na qualificação junto às classes dominantes, ou como forma de emancipação individual ao recém graduado. Se esse fenômeno, a formação ocorre em um indivíduo que antes não tinha perspectivas nesse âmbito, sua transformação ocorre de forma exponencial, visto que esta passa a fazer parte de um novo mundo de oportunidades, e mesmo que, para tanto incorra num ambiente já povoado e concorrido, suas chances passam a ser outras após a jornada de formação (NEUMAN e ZIDERMAN, 1989).

Nesse aspecto, o trabalho apresentou uma análise baseada no Coeficiente de Gini e no Índice T de Theil, que apontaram o caminho decrescente traçado pela desigualdade de rendimentos no Brasil desde o início do século até o ano de 2014 (com exceção de 2012), e sua crescente retomada a partir do ano de 2015. Tais resultados apontam para os reflexos que podem ser ocasionados pela recessão vivida desde 2015, retratada também nos índices relacionados no trabalho à ocupação, rendimento médio, inflação, entre outros como desemprego.

A pesquisa se propôs a fazer inferências regressivas nas principais formações sob o anseio de atender seu objetivo geral, explorando às questões relativas à busca das formações como caminho no incremento dos rendimentos e na evolução do processo de ocupação dos

graduados de uma forma geral e posteriormente de grupos específicos, tratados como os principais cursos dentro do percentual total de graduados do setor.

Foram delineados os principais cursos no âmbito da expansão, que corresponderam por mais da metade de todas as matrículas durante os recortes temporais selecionados, dentro destes, a título de exemplo, apenas os três principais (Pedagogia, Administração e Direito), observaram mais de 30% do total de diplomados neste período.

Em linhas gerais da expansão, foram observados números robustos de matrículas no ensino superior, fruto de políticas implementadas nas primeiras décadas do Século XXI, a saber, FIES (2001/2010), ProUni (2005) e o Reuni (2007), levando o percentual de matrículas em relação à população entre 18 e 24 anos chegar aos 39% no ano de 2019 (mais do que 1 entre 3 jovens brasileiros), ante 16,5% em 2001 e 29,9% em 2011.

Tal incremento de matrículas resultou no aumento do percentual da população com ensino superior completo, que era de 8,9% em 2012 e passou para 14,6% em 2020. Para tanto, o Brasil apresenta uma média de mais de um milhão de concluintes por ano, na última década, além de um crescimento constante no número de instituições, cursos, matrículas e ingressantes no ensino superior.

Todos os números relacionados à ocupação analisados durante a pesquisa sofreram pioras a partir do ano de 2015 e seguiram essa tendência nos anos seguintes dentre todos os níveis de ensino, embora os profissionais com ensino superior tenham suas quedas de rendimento e nas taxas de ocupação relativamente protegidas com relação aos demais. Tais resultados permitem concluir que, mesmo afetados pela inflação, os profissionais de nível superior apresentam uma espécie de atenuante frente aos demais.

Outra consideração importante, foi o apontamento feito no sentido de que a diferença dos níveis de desocupação pela variável de sexo, que vinha apresentando números em tendência equitativa na série histórica, voltou a apresentar piora a partir do ano de 2018 e nos seguintes. Pode-se concluir que as mulheres são mais vulneráveis aos momentos de baixa da economia, independente de representarem maior percentual entre os concluintes do ensino superior no cenário atual (INEP, 2021).

Dentre os cursos citados ao longo do texto, aqueles que representam os principais fornecedores de profissionais no mercado de trabalho, em ordem decrescente da quantidade de concluintes dentro do recorte de 2012-2020 foram: Pedagogia, Administração, Direito, Contabilidade, gestão de Pessoas, Enfermagem, Engenharia Civil, Psicologia, Educação Física, Medicina, Fisioterapia, Sistemas de Informação, Engenharia de Produção e Arquitetura e Urbanismo. Todos esses cursos representam uma média de formação oriundas majoritariamente

por instituições, com destaque de Gestão de Pessoas, com 99,32% de matrículas oriundas desse setor. Na outra ponta, encontra-se o curso de Medicina, que apresenta 38,64% de suas vagas ofertadas por instituições públicas, único curso acima da média nacional nesse quesito, que é de 24,18%, muito embora obedeça para tanto, legislações específicas para abertura, reconhecimento e incremento na oferta de vagas (INEP, 2021).

De uma maneira Geral, todos os cursos analisados observaram incremento em seus rendimentos acima do Rendimento Médio nacional no período analisado (11,67%), exceto Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo, que foram os únicos cursos da amostra que apresentaram queda no rendimento de suas ocupações (-2,48% e -3,74% respectivamente). Na outra ponta, destaca-se o curso de Medicina, com incremento de renda acumulado em 59,55%.

Na seara das ocupações, a divisão é bem mais complexa entre as formações estudadas, visto que apenas 5 cursos apresentam em 2020 maior percentual de ocupados frente ao total de 2012 (Direito, Gestão de Pessoas, Psicologia, Educação Física e Arquitetura), podendo-se afirmar que o mercado para tais ocupações se expandiu frente ao total, ou mesmo, que essas eram demandas reprimidas antes da expansão dessas formações, mesmo em um recorte onde a desocupação cresceu 70%.

Por outro lado, os cursos de Pedagogia, Administração, Contabilidade, Enfermagem, Engenharia Civil, Medicina, Fisioterapia, Sistemas de Informação e Engenharia de Produção apontaram queda percentual frente ao total de ocupados, com destaque para este último, com uma queda de 47,98%, retratando arrefecimento do campo de ocupação ou mesmo substituição desses profissionais por outros de outras formações.

Todas as formações analisadas apresentaram redução no percentual de indivíduos que correspondiam aos maiores rendimentos, na comparação feita em faixas de salários mínimos, embora estes apresentem diferentes números dentre cada uma das faixas, o que torna importante cada análise de forma individualizada feita para cada ocupação. Tal resultado dialoga com o que foi descrito como equalização nos padrões de rendimento por Elias e Purcell (2004).

De uma maneira geral, observou-se que concomitantemente ao crescente número de graduados, os números foram se aproximando das menores faixas de renda, sobretudo até três salários mínimos com algumas exceções, como nas ocupações relacionadas ao curso de Medicina, que embora tenha reduzido em seu percentual na maior faixa de rendimento, conseguiu incrementar em todas as faixas médias (entre 2 e 5) e nas faixas mais abastadas (entre 5 e 20) de salários mínimos.

Ao questionar se pode existir algum curso mais recomendado para a mobilidade social dos indivíduos de forma geral, aqueles considerados como confiáveis nos investimentos

apensados para o processo de formação e que permitam às classes inferiores projetar suas jornadas de formação tal qual é feito pelas elites. Analisando as taxas de retorno relacionadas aos níveis de ocupação e rendimento nos extremos da série temporal pode-se concluir que os melhores cursos nesse sentido são os de Medicina e Direito enquanto os que apresentaram os piores indicadores foram Pedagogia e Educação Física.

Cabe ressaltar que no momento no qual esse trabalho é finalizado, não se pode ter ideia de nenhuma tendência ou comportamento esperado do mercado do ensino superior, tanto na esfera pública, quanto na privada a partir dos paralelos quantitativos e qualitativos contemplados ao longo dessa pesquisa. No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS), classificou o surto do coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-Cov-2) como pandemia global, provocando conseqüentemente uma série de rearranjos e conseqüências para a educação mundial em todos os níveis.

O trabalho apresenta uma análise fundamentada em conceitos difundidos por órgãos como a OCDE, que utilizam testes padronizados como medida de eficiência do trabalho educacional, como é o caso do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) destinado às turmas concluintes de ensino superior. De uma forma indireta, a OCDE e outros órgãos que seguem a sua batuta representa uma espécie de Ministério da Educação Global, que não diz especificamente o que deve ser ensinado, mas trata de dizer isso indiretamente através do delineamento de competências que podem ser adquiridas pelos estudantes ao longo do processo educacional.

Tais competências, como condição e exigência do mercado de trabalho em sua gênese são de mais fácil alcance se considerarmos o perfil de formação das diferentes categorias administrativas apresentadas ao longo do processo de expansão no Brasil. Tal incremento, como foi visto aqui, só foi possível por intermédio de forte vetorização pela vertente privada das instituições de ensino superior, que respondem por 3 em cada 4 concluintes no mercado educacional, apesar de ter sua formação mais voltada para a atuação específica no mercado de trabalho (exatamente o que prezava a OCDE).

As instituições privadas de ensino superior atenderam os interesses das grandes corporações, voluntariamente ou em medida de resposta, ao atender suas demandas focadas na construção de competências de trabalhadores para o mercado de trabalho, medidas por meio de testes padronizados, conforme exemplos supracitados. Evidencia-se, portanto, a ligeira vantagem descrita pelos egressos deste sistema na dinâmica ocupacional frente aos demais.

Tal relação é proporcionalmente positiva de acordo com o porte das instituições, visto que, mesmo enquanto privadas, as de menor porte apresentam forte viés de identificação social

na região onde se inserem, enquanto os grandes conglomerados têm suas decisões cada vez mais arraigadas em questões de governança pois precisam, antes de prestar qualquer tipo de contas à sociedade, apresentar números favoráveis aos seus acionistas.

O mercado, como condição de experiência discente se faz muito mais próximo das IES privadas, visto que seus professores têm maior proximidade com o mercado de trabalho em detrimento à carreira acadêmica, sobretudo em dedicação exclusiva vista nos docentes de carreira das instituições públicas.

Trata-se de uma dicotomia entre a Pesquisa e a Vida Acadêmica, que decanta em uma formação crítica, global e reflexiva, frente à uma proximidade do Mercado de Trabalho que decanta em uma formação mais especialista, focada em uma função que acaba por reproduzir padrões de desigualdade por meio da educação e em sua colocação no mercado de trabalho. Não apenas as habilidades, mas também as aptidões e as medidas de sucesso passam pelas avaliações, formação de currículos e logicamente no que é “entregue” como produto final ao mercado (ELIAS e PURCELL, 2004). Por outro lado, a pesquisa aponta que os indivíduos graduados em IES públicas apresentam grande vantagem frente aos demais no escopo do rendimento de suas ocupações (SENKEVICS, 2021).

Em outra seara, pôde ser levantado o gasto empreendido nas diferentes categorias administrativas, visto que as IES públicas têm por princípio, a preocupação constante não só com o Ensino, mas com as vertentes de pesquisa e extensão, consideradas um tripé do ensino superior, desde Anísio Teixeira. O foco, por mais que justificável da iniciativa privada e seu olhar para a demanda, culmina não só na qualidade, mas em todo um perfil formativo.

Tal discussão se acentua, quando se considera a razão de matrículas de instituições privadas por instituições públicas. A proporção é de 3,14 (privadas) para cada 1 (pública), levando em consideração as divisões estaduais nesse quesito, destacam-se em uma ponta a Paraíba e Rio Grande do Norte com 1,27 e 1,33 matrículas em IES privadas para cada pública respectivamente. Por outro lado, os estados de São Paulo e Rondônia apresentam mais de 5 matrículas em IES privadas para cada 1 pública.

Nesse ínterim, remete-se à uma das hipóteses dessa pesquisa, quando é posto que o incremento na formação superior causado pelo processo de expansão dialogou mais com a demanda dos discentes do que de formações. Tal fato além de causar distorções no momento que o sistema recebe tais alunos como egressos, causa o que foi exposto na pesquisa como a possibilidade de redução no prêmio de qualificação, que não ocorreu na grande maioria das formações estudadas. A equalização nos padrões de rendimento das formações se deu não apenas pela nova relação entre postos e indivíduos, mas também pelo fato destes ocuparem

formações teoricamente abaixo de seus níveis de escolaridade, conseqüentemente por menores salários, indicando um aumento de competitividade em todos os níveis de ensino. Os indivíduos passam a perceber rendimentos mais relacionados à saturação de suas funções no mercado do que suas atribuições e execuções de fato.

É notório que o Ensino Público Superior careceu de flexibilidade e dinâmica para durante o processo de expansão, embora nenhum argumento tratado ao longo desta pesquisa buscou justificar tamanha discrepância no volume empreendido em prol de uma vertente que fornece uma formação menos integral aos discentes. Cabe questionar por fim, a necessidade de uma política que pautasse uma complementação entre as vertentes, visto que todos representavam a mesma direção, com o mesmo orçamento, inclusive.

O grande volume de verba investida na formação de indivíduos pela iniciativa privada incorreu no risco de formar gerações inteiras em níveis superiores sem eficácia cognitiva, e sem aptidão inclusive para questionar o mercado de trabalho como após sua formação. Ao entrarem num mercado de posições marcadas por dinâmicas muitas vezes aristocráticas, buscam ocupações imediatamente inferiores, interferindo no mercado daqueles que sequer tiveram as mesmas oportunidades.

Um olhar decorrente das referências pautadas em políticas públicas tende a analisar com cuidado todo o processo feito para que não haja julgamentos precipitados, interrupções ou guinadas em direções erradas. Apesar do volume investido na Educação de Nível Superior, o recorte temporal é relativamente pequeno, desde o necessário para verificação da eficácia de tais políticas, bem como para verificação de mobilidade intergeracional, ou mesmo, o ganho de produtividade a nível nacional.

É extremamente positivo o fato de governos olharem para a educação, incluindo aqui, o ensino superior, como um bem público, mesmo que este bem se dê após a soma de todos e diversos resultados individuais daqueles que foram tratados pelas políticas em questão. Salienta-se que qualquer política de longo prazo precisa ser vista com olhares afastados de políticas ideológicas, visto que sua interrupção não corrobora com nenhum projeto de nação de uma forma geral. Os resultados demonstrados em cada curso apontam também que estes poderiam ter tido um direcionamento maior e conseqüente acompanhamento em termos de rendimento, ocupação, e participação em conseqüentes políticas econômicas, por exemplo. Tal fato ocorreu de forma pontual a partir do ano de 2013 quando tentou-se fomentar as licenciaturas e a formação técnica de uma forma mais agressiva.

Tal caminho aponta de que a formação, como braço da educação em uma linha mais ampla, não serve de forma linear, não podendo ser um meio para um fim específico, conforme

o que foi delineado para aumento do rendimento daqueles que não poderiam se formar anteriormente. Em outras palavras, a educação de nível superior dada então para aqueles que jamais pensaram nessa possibilidade, já representa aí um fim em si mesma.

Conforme discutido também ao longo do texto, uma expansão num sistema de ensino a partir de políticas públicas, por mais que dialogue com os mercados disponíveis jamais deve se submeter perante estes, pois isso poderia transformar toda uma fatia da educação brasileira em um membro acessório do mercado, da economia. Políticas expansionistas complementares voltadas para expansão de mercados específicos, emprego, renda e valorização das novas funções têm o potencial para abarcar não só a mão de obra fruto da expansão do ensino superior, bem como aumentar a produtividade da população e do país de uma forma geral.

Quando são citadas políticas complementares, compreende-se não apenas ações que tratem da sequência das políticas em curso, mas da nutrição de todo seu entorno, desde a projeção de políticas de emprego e renda, formação continuada e incremento/atualização das iniciativas em curso. Qualquer tipo de política, não apenas as educacionais, quando vistas enquanto políticas de governo, já nascem fadadas ao fracasso, visto que sua eficácia parte do princípio da continuidade deste, principalmente a nível federal.

Nesse âmbito, pode-se entender que a ausência de políticas complementares ou mesmo a retração/reformulação como é o caso do ProUni/FIES que apresentam uma queda sistemática em seus números desde 2015 também representam projetos de governo, que vão de encontro ao desenvolvimento do desenvolvimento pautado no aumento da produtividade e da perspectiva da mobilidade social pautada na formação de novos grupos de indivíduos.

No campo da educação, a não existência de um projeto já constitui por si só, uma política de governo. Uma nação que tem números de graduados inferior aos seus pares a nível internacional e não se movimenta no sentido de incentivar, propor ou incrementar o nível de graduados na população, advoga diretamente no sentido de que não tem interesse na mudança desse cenário ou que não vê vantagem nenhuma em sua implementação. Remontando as citações de Bourdieu (1974; 1976; 1998), a desigualdade retratada nesse texto a partir dos níveis educacionais é a reprodução de uma vantagem prévia e as relações de dominação apresentadas pela perspectiva histórica passam a possuir uma chancela governamental para sua reprodução.

Apresentam-se, a partir das análises do presente texto diversas opções e aberturas para reforço da metodologia de trabalho então descrita, como analisar cada uma das ocupações de uma forma isolada, antes ou depois da expansão, ou mesmo, traçar seus caminhos em cenários futuros. Medidas de simulação podem também ser adotadas como forma de verificar o reflexo

de cada formação no mercado, podendo servir de subsídio para futuras políticas e seus direcionamentos.

Outras variáveis não compreendidas pelo trabalho são as questões relacionadas aos interesses regionais de cada tipo de formação para as ocupações lá ofertadas e suas necessidades de desenvolvimento. Rebatendo os argumentos recorrentes de falta de mão de obra e aqueles relacionados à *superqualificação* em setores específicos. Não foi objeto desta pesquisa comparar os indivíduos que trabalham fora de suas áreas de formação, primeiramente pela carência de dados de forma estruturada nesse sentido, além destes indivíduos poderem figurar acima ou mesmo abaixo da média da formação do setor (relativizando as percepções de sucesso). Tal questão pode ser elucidada em pesquisas futuras por meio de uma pesquisa qualitativa junto a esses indivíduos.

A equalização nos rendimentos de determinadas formações dialoga diretamente com os profissionais que já compunham o mercado antes dos momentos relacionados à expansão e é um objeto de estudo que pode também fornecer dados relevantes para a presente e futuras discussões na seara do ensino superior, visto que essa dinâmica pode acontecer também de diferentes formas para cada tipo de ocupação.

Tal redução, por sua vez, não deve ser confundida com um benefício da não democratização do ensino superior, pois considerar este como um benefício a poucos, para que suas vantagens continuem a ser percebidas frente aos demais é um dos principais erros delineados ao longo dessa pesquisa. Em um país que tem suas estruturas básicas desenhadas e arraigadas sob conceitos de desigualdade, apenas uma ameaça à essa estrutura – como foi o caso da expansão universitária – pode ser o suficiente para evocar freios sistêmicos e discursos que trabalhem em prol da manutenção da diferença técnica entre classes.

O principal benefício da expansão do ensino superior aqui retratada a luz dos critérios sociológicos reside justamente no fato desta ter possibilitado uma formação para aqueles que antes não teriam essa possibilidade, mesmo que para tanto tenha de aumentar as taxas gerais de graduados. Tal argumento sustenta-se sobre o fato de que os indivíduos que sempre cursaram ensino superior continuaram fazendo, independente de sua expansão ou não, dando a entender que tal movimento tem um grupo específico em seu escopo, justamente aqueles que não tinham condições ou oportunidades para se formar em outros momentos.

O Brasil apresenta atualmente cerca de 40% de seus jovens matriculados no ensino superior, e praticamente o dobro da população de graduados que tinha no início de tal movimento. A educação superior no âmbito dessa expansão gera perspectiva de mobilidade no

sentido de quebrar o ciclo de replicação de desigualdades persistentes, seja de renda, de oportunidades ou de condições.

O fato do ensino superior não representar um mecanismo único para a resolução ou redução direta dos problemas de desigualdade não constitui uma responsabilidade que recai sobre o sistema educacional, mas sim da estrutura societária onde este se insere. Empreender políticas em prol de mudar o status de um sistema projetado para reproduzir o que há de pior na sociedade brasileira já é em si um movimento contra o histórico de desigualdade que decantou no cenário atual em que o Brasil se encontra.

As instituições de ensino superior, enquanto ambientes de debate e formação crítica, precisam entender que sua participação na sociedade onde esta se insere vai além de pautar seus problemas, mas também tratar da importância, relevância e verdadeira pluralidade de sua missão. A empatia reside em debater o que de fato acontece no campo ao invés de imaginar um cenário onde são aplicados todos seus conceitos, de acordo com suas crenças, que nesse ciclo retroalimentado, se distanciam cada vez mais da realidade onde estas se inserem.

Encerro esse texto sem a pretensão de ter esgotado os temas aqui trabalhados, dentro das limitações apresentadas a pesquisa procurou dialogar com suas hipóteses e concluiu por reforçar a ideia da educação como caminho obrigatório, apesar de não único, na direção de um projeto de nação desenvolvida. O conjunto de argumentos organizados ao longo desse texto indicam que tal projeto precisa ser político por iniciativa, sociológico por conceito e democrático em suas finalidades, compreendendo esforços de longo prazo e empreendendo políticas complementares que atuem no sentido de equalizar as condições e oportunidades, gerando novas perspectivas para os indivíduos em sua jornada de formação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **The culture industry**: Enlightenment as mass deception. *Stardom and Celebrity: A Reader*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2007. p. 34-43.

ALMEIDA, Carolina Rezende. **A participação do “Grupo Cogna Educação” na financeirização da educação básica no Brasil**. 2022, 132f. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Uberlândia, Uberlândia, 2022.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni Antonio Pinto. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas - SP, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago; 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/praxis/122/As%20muta%C3%A7%C3%B5es%20no%20mundo%20do%20trabalho%20na%20era%20da%20mundializa%C3%A7%C3%A3o%20do%20capital.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 ago 2021.

ARRETCHE, Marta (ed.). **Trajetórias da desigualdade**: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos. São Paulo: UNESP, 2015.

AUSTIN, James T.; HANISCH, Kathy A. Occupational attainment as a function of abilities and interests: A longitudinal analysis using Project TALENT data. **Journal of Applied Psychology**, v. 75, n. 1, p. 77, 1990.

AZEVEDO, Sergio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A dos; *et al.* **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Fase, 2003. p. 17-25.

BARBOSA, Elisiana Rodrigues Oliveira. **A Presença da Universidade do Estado da Bahia nos meios locais**: o perfil e a Inserção profissional dos seus egressos licenciados. 2016. 212 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia. Salvador–BA, 2016. Disponível em: <http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/519/1/Tese%20Elisiana.pdf>. Acesso em: 16 ago 2021.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação e Sociedade**, Campinas - SP, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGJT56LBxz9VCDCp7gr86Tf/?format=pdf>. Acesso em: 15 ago 2021.

BEAN, John P. **Student attrition, interactions, and confidence**: interaction effects in a path model: Part II: Team variable models. Lincoln, Nebraska: University of Nebraska-Lincoln, 1981. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED202442.pdf>. Acesso em: 15 ago 2021.

BELLEI, Cristián (coord.); *et al.* **The State of Education in Latin America and the Caribbean: Towards a Quality Education for All—2015**. Santiago, CH: Unesco, 2013. p. 17-29 e p. 92-131. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Santiago/pdf/state-of-education-in-LAC-towards-2015.pdf>. Acesso em: 15 ago 2021.

BISHOP, John. Occupational training in high school: When does it pay off?. *Economics of Education Review*, v. 8, n. 1, p. 1-15, 1989.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994, p. 15-80.

BORGES, Gabriela Fernanda Silva; RIBEIRO, Elisa Antônia. A expansão da educação superior brasileira a partir dos anos 90: democratização ou massificação? **Revista Triângulo**, v. 12, n. 1, p. 103-118, 2019.

BOUDON, Raymond; RIBEIRO, Analúcia T. **Efeitos perversos e ordem social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

BOUDON, Raymond. **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

BOUERI, Rogério (org.); ROCHA, Fabiana (org.); RODOPOULOS, Fabiana (org.). **Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência**. Ministério da Fazenda. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, 2015.

BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. The inheritance of inequality. **Journal of Economic Perspectives**, Santa Fe – New Mexico, v. 16, n. 3, p. 3-30, jun-set, 2002. Disponível em: http://leg.ufpr.br/~pedro/papers/bowles_inheritance_of_inequality.pdf. Acesso em: 15 ago 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior (SESU). **Comissão Especial de estudos sobre a evasão nas universidades públicas brasileiras: diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Brasília, DF: SESU/MEC, 1997. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 15 ago 2021.

BRAVERMAN, Harry. Labor and monopoly capital: The degradation of work in the twentieth century. **The Journal of Economic History**, New York, v. 35, p.647-648, set; 1975. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1017/S0022050700075719>. Acesso em: 15 ago 2021.

BRITO, Murillo Marschner Alves de. A dependência na origem. **Desigualdades no sistema educacional brasileiro e a estruturação social das oportunidades**. 2014. 270 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-02102014-182644/publico/2014_MurilloMarschnerAlvesDeBrito_VCorr.pdf. Acesso em: 15 ago 2021.

BUERGERMEISTER, James. Assessment of the educational skills and competencies needed by beginning hospitality managers. **Hospitality Education and Research Journal**, v. 8, n. 1, p. 38-53, 1983.

CAMPEDELLI, André Luis; RAMOS, André Paiva. Aspectos Estruturais da Inflação Brasileira no Biênio 2015-2016. **Pesquisa e Debate: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 2 (52), p. 31-51, dez, 2017. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/334468912_Aspectos_Estruturais_da_Inflacao_Brasileira_no_bienio_2015-2016. Acesso em: 15 ago 2021.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, São Paulo, v. 26, n. 68, p. 293-314, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/jgzXVY4P9YMBxnwwRfT7y9g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago 2021.

CARMO, Cintia Tavares do. **Rede federal de educação profissional no Brasil**: a trajetória de expansão de uma política pública. 2016. 203 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes-RJ, 2016. Disponível em: https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/Tese_Cintia-Tavares.pdf. Acesso em: 15 ago 2021.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 195-233, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/xwLJY7HjWj6DZrbG85cPwgp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago 2021.

CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 77-90, ago, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/QgMCBcXWBQswbszkZfwBsq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago 2021.

CHAVES, Miguel; MORAIS, César; NUNES, João Sedas. Os diplomados do ensino superior perante o mercado de trabalho: velhas teses catastrofistas, aquisições recentes. **Revista Fórum Sociológico - Série II: Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA)**, Lisboa - PT, v.19, p.83-98, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/312>. Acesso em: 15 ago 2021.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MAUÉS, Olgaíses Cabral; HAGE, Salomão Mufarrej. **Expansão privado mercantil da educação superior no Brasil**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

COLENCI, Raquel; BERTI, Heloísa Wey. Formação profissional e inserção no mercado de trabalho: percepções de egressos de graduação em enfermagem. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 158-166, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/yLcgbGR8ZT3YVfLbHzDjqKf/?format=pdf>. Acesso em: 15 ago 2021.

COLLINS, Randall. **The credential society: An historical sociology of education and stratification**. Columbia University Press, 2019.

COHEN, Gerald A. Forças produtivas e relações de produção. **Crítica Marxista**, Campinas – SP, n. 31, p. 63-82, 2010. Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie46merged_document_238.pdf. Acesso em: 15 ago 2021.

COMIN, Álvaro A. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. Arretche M, organizadora. **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora Unesp/CEM, p. 367-94, 2015.

COX, C. Educational Inequality in Latin America. In: ATTEWELL, P (ed.); NEWMAN, K. S (ed.). **Growing gaps: educational inequality around the world**. Oxford, USA: Oxford University Press, 2010. p.355. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/289938478_Educational_Inequality_in_Latin_America. Acesso em: 15 ago 2021.

CUNHA, Marcus Vinicius da. Estado e escola nova na história da educação brasileira. In: SAVIANI, D. (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: UFES, 2011. p.251-280.

DALIO, Ray. How the economic machine works. **Economic Principles**, 2012.

DESIGUALDADES sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica – Revista do IBGE**, Rio de Janeiro, v. 41, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 15 ago 2021.

DICKERT-CONLIN, Stacy; RUBENSTEIN, Ross (Ed.). **Economic inequality and higher education: Access, persistence, and success**. Russell Sage Foundation, 2007.

DUBAR, Claude. A sociologia do trabalho frente à qualificação e à competência. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 64, p. 87-103, set, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Ns3xfk3JWnGD8zLZ67jtYF/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago 2021.

DURKHEIM, Emile. O que é fato social. In: DURKHEIM, Emile (org.). **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 87-109.

ELIAS, Peter; PURCELL, Kate. Is mass higher education working? Evidence from the labor market experiences of recent graduates. **National Institute Economic Review**, v. 190, p. 60-74, 2004.

ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos Argumentos em favor do individualismo metodológico. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v.89, n. 17, p. 163-204, set; 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/wGKcRRCGhD8xwxhZskhZGRR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 ago 2021.

ELSTER, Jon. Auto-realização no trabalho e na política: a concepção marxista da boa vida. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 25, p. 61-101, abr; 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/JJmD47Hk9jPCRJ4yJBXMBgv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 ago 2021.

FERNANDES, Danielle Cireno; SALATA, André Ricardo; CARVALHAES, Flavio. Desigualdades e estratificação: analisando sociedades em mudança. **Revista Brasileira de Sociologia (RBS)**, São Paulo, v. 5, n. 11, 2018. Disponível em: sbsociologia.com.br/rbsociologia/index.php/rbs/article/download/318/176. Acesso em: 15 ago 2021.

FERNANDES, Fabiana Silva; GENTILINI, João Augusto. Planejamento, políticas públicas e educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 486-492, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/k6MjHScrYtCQV9RycZqzYg/?format=pdf>. Acesso em: 15 ago 2021.

FEY, A. F. *et al.* Evasão no Ensino Superior: uma pesquisa numa IES do ensino privado. Revista de Humanidades, **Tecnologia e Cultura**, Bauru – SP, v.1, n.1, p. 65-96, dez. 2011. Disponível em: <http://www.fatecbauru.edu.br/ojs/index.php/rehute/article/view/4>. Acesso em: 15 ago 2021.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GLASER, Barney G.; STRAUSS, Anselm L.; STRUTZEL, Elizabeth. The Discovery of Grounded Theory; Strategies for Qualitative Research. **Nursing Research**, v. 17, n. 4, p. 364, 1968.

GOÑI, Edwin; LÓPEZ, J. Humberto; SERVÉN, Luis. Fiscal redistribution and income inequality in Latin America. **Policy Research Working Paper**, New York, n.4487, p.1-33, jan, 2008. Disponível em: <http://www.obela.org/system/files/fiscal%20redistribution.pdf>. Acesso em: 15 ago 2021.

GREGÓRIO, José Renato. O Papel do Banco Mundial na Contrarreforma da Educação Superior no Brasil: uma análise dos documentos que precederam o REUNI. **Revista Trabalho Necessário**, São Paulo, v. 10, n. 14, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6852/5135>. Acesso em: 15 ago 2021.

HELAL, Diogo Henrique. Mérito, Reprodução social e estratificação social: apontamentos e contribuições para os estudos organizacionais. **Organizações e Sociedade: Revista da UFBA**, Salvador-BA, v. 22, n. 73, p. 251-268, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/p9yqMBRQhY4svgR3t73XCsn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 ago 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2011**: Resumo Técnico. Brasília, DF: INPE/MEC, 2013. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2011/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Superior 2013**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2015. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf. Acesso em: 06 mar 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Da educação superior**: Relatório Censo 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-superior>. Acesso em: 15 ago 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Panorama da Educação**: destaques do Education at a Glance 2019.

Brasília: INEP/MEC, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2019/Panorama_da_Educacao_2019.pdf. Acesso em: 16 ago 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>. Acesso em: 16 ago 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: INEP/MEC, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 01 fev 2021.

JACKSON, Philip W. Curriculum and its discontents. **Curriculum Inquiry**, Chicago, v. 10, n. 2, p. 159-172, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1179779>. Acesso em: 01 fev 2021.

JUSTINO, Darciane Alves; GOMES JÚNIOR, Silvio Figueiredo; GOMES, André Raeli. Avaliação preliminar dos cursos de graduação de uma instituição de ensino superior privada utilizando Análise Envoltória de Dados e restrições aos pesos. **Engevista**, Niterói, v. 16, n. 1, p. 111-121, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/engevista/article/view/9000/6470>. Acesso em: 01 fev 2021.

KAHN, Lisa B. The long-term labor market consequences of graduating from college in a bad economy. **Labor economics**, v. 17, n. 2, p. 303-316, 2010.

KRAWCZYK, Nora. A Pesquisa em educação e os desafios para área de política educacional. In: GOUVEIA, Andréa Barbosa (org.); PINTO, José Marcelino Rezende (org.); CORBUCCI, Paulo Roberto (org.). **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. p.217 -230. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3083/1/Livro_Federalismo%20e%20pol%C3%ADticas%20educacionais%20na%20efetiva%C3%A7%C3%A3o%20do%20direito%20%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf. Acesso em: 01 fev 2021.

KALECKI, Michal. **Três caminhos para o pleno emprego**. São Paulo: Ática, 1980. p. 75-97.

KUZNETS, Simon. International differences in capital formation and financing. In: **Capital formation and economic growth**. Princeton University Press, 1955. p. 19-111.

LEMOS, Gustavo Carvalho de. **Origens de classe e oportunidades de vida: as chances de mobilidade social dos egressos do Instituto Federal Fluminense**. 2017. 243 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes- RJ, 2017. Disponível em: https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2017/06/TESE-DE-DOCTORADO_GUSTAVO-CARVALHO-DE-LEMOS.pdf. Acesso em: 01 fev 2019.

LINCOLN, Anne E. The shifting supply of men and women to occupations: feminization in veterinary education. **Social Forces**, v. 88, n. 5, p. 1969-1998, 2010.

LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções.** Mogi das Cruzes, SP: Instituto Lobo para Desenvolvimento da Educação, da Ciência e da Tecnologia., 2012. Disponível em: https://www.institutolobo.org.br/core/uploads/artigos/art_087.pdf. Acesso em: 05 nov. 2017.

LOBO, R. INEP está retomando seu caminho? Instituições, Sistemas e Indicadores do Ensino Superior. **Estadão online.** São Paulo, 10 nov. 2014. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/blogs/roberto-lobo/inep-esta-retomando-seu-caminho/>. Acesso em: 19 fev. 2018.

LOWI, Theodore J. Four systems of policy, politics, and choice. **Public administration review**, New York, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1972. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/974990>. Acesso em: 05 nov. 2017.

LUSTIG, Nora; PESSINO, Carola; SCOTT, John. The impact of taxes and social spending on inequality and poverty in Argentina, Bolivia, Brazil, Mexico, Peru and Uruguay: an overview. **Commitment to Equity – Working Paper n.3**, New Orleans – Louisiana, v. 42, n. 3, p. 287-303, 2014. Disponível em: https://www.commitmenttoequity.org/publications_files/CEQWPNo13%20Lustig%20et%20al.%20Overview%20Arg,Bol,Bra,Mex,Per,Ury%20April%202013.pdf. Acesso em: 05 nov. 2017.

MARKOVITS, Daniel. **The meritocracy trap.** New York: Penguin Random House LLC, 2019.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 20, n. 60, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QKyJmCvwkGxsJqg7vSCC4xk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago 2021.

MARQUES, Antonio Carlos Henriques; CEPÊDA, Vera Alves. Um perfil sobre a expansão do ensino superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul-dez; 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/5944/4519>. Acesso em: 17 ago 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick (ed). **Capital: a critical analysis of capitalist production.** London: Swan Sonnenschein, 1887. Disponível em: <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.124419/page/n5/mode/2up>. Acesso em: 17 ago 2021.

MARTINS, Bibiana Volkmer; OLIVEIRA, Sidinei Rocha de. Qualificação profissional, mercado de trabalho e mobilidade social: cursos superiores de tecnologia. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 21-45, mai/ago; 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/172610>. Acesso em: 17 ago 2021.

MCCLELLAND, David C. N achievement and entrepreneurship: A longitudinal study. **Journal of personality and Social Psychology**, v. 1, n. 4, p. 389, 1965.

MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Rogerio J.; CARVALHAES, Flavio. Educational expansion, inequality and poverty reduction in Brazil: a simulation study. **Educational**

Expansion, Inequality and Poverty, New York, p. 1-38, July, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3189211>. Acesso em: 15 ago 2021.

MEDEIROS, Marcelo. Trajetórias da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos, de Marta Arretche. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 175-177, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nYmzZj69ZMSvtcpZtqXmMYS/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 ago 2021.

MEDEIROS, Marcelo; BARBOSA, Rogério Jerônimo; CARVALHAES, Flavio. Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil. **Texto para Discussão - IPEA**, Rio de Janeiro, n.2447, fev; 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9100/1/td_2447.pdf. Acesso em: 17 ago 2021.

MENEZES-FILHO, N. **O impacto do ensino superior sobre o trabalho e a renda dos municípios brasileiros**. São Paulo: Police Paper, 2016.

MOTA, José Luiz Torres. **Estudo da eficácia da formação de graduandos através da avaliação de egressos**. 2014. 161 f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Federal do Ceará, Fortaleza–CE. 2014. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9176/1/2014_tese_jlmtota.pdf. Acesso em: 17 ago 2021.

NALIN, Jaime Antonio. **A educação superior na formação do professor em exercício na educação básica pública: um estudo de caso do benefício do PROUNI**. 2018. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade La Salle, Canoas–RS, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1037/3/janalin.pdf>. Acesso em: 17 ago 2021.

NEUMAN, Shoshana; ZIDERMAN, Adrian. Vocational education in Israel: wage effects of the VocEd-occupation match. **Journal of human resources**, p. 407-420, 1999.

NOMERUANO, A. S.; MOURA, S. M. L.; DAVANCO, S. R. Expansão do Ensino Superior no Governo Lula da Silva: PROUNI, Reuni e Interiorização da IFES. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 6, 2012, 20-22 set, São Cristóvão-SE. **Anais...** São Cristóvão-SE: CIEC, 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10172/12/11.pdf>. Acesso em: 17 ago 2021.

NUNES, Edson; MARTIGNONI, Enrico; RIBEIRO, Leandro Molhano. **Economia política e regulação da educação superior no Brasil**. Buenos Aires, ARG: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D1098.dir/4Nunesetc.pdf>. Acesso em: 17 ago 2021.

NUNES, Edson; CARVALHO, Márcia Marques de. Ensino universitário, corporação e profissão: paradoxos e dilemas brasileiros. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n.17, p. 190-215 jan-jun; 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5626/3236>. Acesso em: 17 ago 2021.

NUNES, Edson; *et al.* “Necessidade social” e política da educação superior. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 15, n. 28, p. 109-133, jan-jun; 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3525/3213>. Acesso em: 17 ago 2021.

NUNES, Edson; et al. Estrutura e ordenação da educação superior: taxionomia, expansão e política pública. **Observatório Universitário**, Rio de Janeiro, Documento de trabalho n.24, p.1-26, out, 2003. Disponível em: <https://document.onl/documents/estrutura-e-ordenacao-da-educacao-superior-taxionomia-profissionalizante.html>. Acesso em: 17 ago 2021.

OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (OPNE). **O que é o PNE?** Brasília, DF: OPNE, 2018. Disponível em: <https://observatoriodopne.org.br/>. Acesso em: 17 ago 2021.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de. **O processo de inserção profissional dos egressos da UFPR Setor Litoral**. 2015. 191 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/40492/R%20-%20T%20-%20ADRIANA%20LUCINDA%20DE%20OLIVEIRA.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 17 ago 2021.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos; POCHMANN, Marcio; ROSSI, Pedro. **Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?** Campinas, SP: UNICAMP, 2019. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2019/D18_108.pdf. Acesso em; 17 ago 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de estado: Reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr- jun; 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hMQyS6LdCNDK8tHk8gL3Z6B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em; 17 ago 2021.

PARETO, Vilfredo. Cours d'economie politique. **Journal of Political Economy**, Lausanne, v.2, n.8, p.549-552, 1964. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Cours-d%27Economie-Politique.-Vilfredo-Pareto-Merritt/204b28f92fb98f35d7028bba90e5cd5d4f99bb7d>. Acesso em; 17 ago 2021.

PASTORE, José. **As mudanças no mundo do trabalho: leituras de sociologia do trabalho**. Rio de Janeiro: LTR, 2006.

PASTORE, José. O futuro do trabalho no Brasil e no mundo. **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n.65, p.31-38, jan-mar; 1995. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2315/2054>. Acesso em; 17 ago 2021.

PEREIRA, Dayan Rios. O mercado de trabalho para formação superior: análise do perfil acadêmico e sua adequação aos requisitos profissionais. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNONOLOGIA, 10, 2013, 23-25 out, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SEGET, 2013. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/40418485.pdf>. Acesso em: 17 ago 2021.

PEREIRA, Maria Susley. Currículo, avaliação e trabalho pedagógico: um olhar tridimensional sobre a escola organizada em ciclos. **Espaço do currículo – UFPB**, João Pessoa, v.4, n.2, p.149-161, set 2011 - mar 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/25847769.pdf>. Acesso em: 15 ago 2021.

POCHMANN, Márcio. Mudanças na ocupação e a formação profissional. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 6, n.6, p. 48-71, dez-mar, 1999/2000. Disponível em:

<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/1641>. Acesso em: 17 ago 2021.

POPPER, Karl. **Conjeturas e refutações**. São Paulo: Edições 70, 2018.

PRADO, Eleutério FS. Elster e a mão invisível. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 28-29, p. 297-312, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451993000100015>. Acesso em: 17 ago 2021.

PRATES, Antonio Augusto Pereira; COLLARES, Ana Cristina Murta. **Desigualdade e expansão do ensino superior na sociedade contemporânea: o caso brasileiro do final do século XX ao princípio do século XXI**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014. V.6. Coleção Sociologia e Cultura.

REIS, Elisa P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, p. 143-152, 2000.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Dois estudos de mobilidade social no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, n. 44, p. 178-183, 2000.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. 12.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALLUM JR, Brasílio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 35-54, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000200003>. Acesso em: 17 ago 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1979672/mod_resource/content/1/SANTOS%20Um%20discurso%20sobre%20as%20ci%C3%A7%C3%A2ncias_LIVRO.pdf. Acesso em: 17 ago 2021.

SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 1, n. 1, p. 49-49, 2011.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimento em pesquisa e educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHWARTZMAN, Simon; COSSIO, Mauricio Blanco. Juventude, educação e emprego no Brasil. **Cadernos Adenauer - Geração Futuro**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 51-65, 2007. Disponível em: <https://www.schwartzman.org.br/simon/2007juventude.pdf>. Acesso em: 17 ago 2021.

SÉCCA, R. X.; LEAL, R. M. Análise do setor de ensino superior privado no Brasil. **BNDES setorial: Educação**, n. 30, p. 103-156, 2009. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set3003.pdf. Acesso em: 17 ago 2021.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU/APA, 1974.

SENKEVICS, A. S. **O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. 437p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociedade**, Campinas -SP, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set-dez; 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/9QPg LZg9NZdCt7vVwBCCyqj/?format=pdf>. Acesso em: 15 ago 2021.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e; *et al.* A Evasão no Ensino Superior Brasileiro. **Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v 37, n. 132, p. 641-659, set-dez; 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/x44X6CZfd7hqF5vFNnHhVWg/?format=pdf>. Acesso em: 15 ago 2021.

SILVA, Tatiana Dias. Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente. **Texto para Discussão – IPEA**, Rio de Janeiro, n.2569, jun; 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10102/1/td_2569.pdf. Acesso em: 15 ago 2021.

SIMÕES, André; ATHIAS, Leonardo (ed.); BOTELHO, Luanda (ed.). **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sócias: grupos populacionais específicos e uso do tempo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

SIMÕES, José Luis; MELLO NETO, Ruy de Deus e. Políticas de expansão do ensino superior no Brasil: REUNI versus PROUNI. **Cadernos ANPAE**, Goiânia – GO, v. 13, 2012. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero1/Textos/JoseLuisSimoes.pdf>. Acesso em: 17 ago 2021.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**: books I, II, III, IV and V. 29.ed. New York: Metalibri, 2007. Disponível em: https://www.ibiblio.org/ml/libri/s/SmithA_WealthNations_p.pdf. Acesso em: 17 ago. 2021.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. 2016.

SPADY, W. Dropouts from higher education: an interdisciplinary review and synthesis. **Interchange**, New York, v.1, n.1, p.64-85, abril, 1970. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/BF02214313>. Acesso em: 17 ago 2021.

SPRING, Joel. **Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2018.

SZWAKO, José (org.); MOURA, Rafael (org.); D'AVILA FILHO, Paulo (org.). **Estado e sociedade no Brasil**: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz. Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/35575907/Estado_and_Sociedade_no_Brasil_a_obra_de_Renato_Boschi_e_Eli_Diniz_pdf. Acesso em: 17 ago 2021.

TINTO, V. Limits of theory and practice in student attrition. **The Journal of Higher Education**, Columbus, v. 53, n. 6, p. 687-700, nov– dec, 1982. Disponível em: <http://www.sigmus.edu.rs/eng/files/Limits%20of%20Theory%20and%20Practice%20in%20Student%20Attrition.pdf>. Acesso em: 17 ago 2021.

TITLEY, Robert W. Whatever happened to the class of'67? Psychology baccalaureate holders one, five, and ten years after graduation. **American Psychologist**, v. 33, n. 12, p. 1094, 1978.

TORCHE, Florencia. Intergenerational mobility and inequality: the Latin American case. **Annual Review of Sociology**, New York, v. 40, n.14, p. 619-642, may, 2014. Disponível em: https://sociology.stanford.edu/sites/g/files/sbiybj9501/f/publications/torche14_ars_intergen_mobility_la.pdf. Acesso em: 17 ago 2021.

TRACEY, Terence JG; ROBBINS, Steven B. The interest–major congruence and college success relation: A longitudinal study. **Journal of vocational behavior**, v. 69, n. 1, p. 64-89, 2006.

UM milhão desiste de curso superior: 18% dos alunos matriculados na faculdade em 2010 não retornaram à graduação no ano passado. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 out, 2012. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2012/10/26/ensino_ensinosuperior_interna,329990/um-milhao-desiste-de-curso-superior.shtml. Acesso em: 24 fev 2021.

UNGER, Roberto Mangabeira. **A economia do conhecimento**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

VANSTREELS, Christine. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 24 fev 2021.

WILLIS, Paul. **Aprendiendo a trabajar**: cómo los chicos de la clase obrera consiguen trabajos de clase obrera. 2.ed. Madrid: Akal, 2017.

XU, Yonghong Jade. Career outcomes of STEM and non-STEM college graduates: Persistence in majored-field and influential factors in career choices. *Research in Higher Education*, v. 54, n. 3, p. 349-382, 2013.

APÊNDICE I. PESQUISA DE CAMPO COM IES PRIVADAS

Após os levantamentos de dados e de posse da evolução dos números das instituições de ensino superior, sobretudo da vetorização da expansão, esta tese apresenta uma pesquisa feita a um conjunto de gestores de IES privadas, aplicada presencialmente entre os meses de dezembro de 2018 e junho de 2019, no formato de Questionário Aberto, com um total de Dez Gestores, com objetivo de entender suas percepções sobre o processo de expansão em suas respectivas instituições/regiões.

O contexto dessas entrevistas se dá a partir da experiência do pesquisador como Avaliador Institucional do SINAES, fazendo uso da rede de contatos produzida a partir das avaliações realizadas para agendamento de momentos de entrevista fora do contexto avaliativo. Busca-se colher a partir deste campo, mais elementos em prol de uma das principais questões da pesquisa nesse caso, do entendimento das percepções das IES privadas sobre o fenômeno da expansão do ensino superior. Dessa forma, apresentaram-se as seguintes questões (Quadro 12):

Quadro 12. Questionário aplicado aos gestores das IES Privadas

a)	Qual a sua percepção geral sobre o movimento de expansão do ensino superior?
b)	Qual a influência das políticas de expansão para sua Instituição em sua estrutura atual?
c)	Qual a correlação da expansão do ensino superior com a formação do indivíduo para o mercado de trabalho?
d)	Existe uma correlação da expansão como foi feita com a perda da qualidade no Ensino?
e)	O que achou da expansão ter sido feita majoritariamente pelas Instituições Privadas, embora tenha usado programas públicos para viabilizá-la?

Fonte. Elaborado pelo Autor (2021)

Tais questões buscam responder aos anseios da pesquisa quanto às percepções dos gestores das IES privadas e como estas, de uma forma geral, bem como sua ótica por trás do fenômeno da expansão, o formato aberto do questionário tem por principal finalidade colher as visões específicas que podem apresentar diferenças quanto ao porte, região e o nível de organização acadêmica das instituições.

Entre os meses de dezembro de 2018 e junho de 2019, foram feitas entrevistas com dez gestores de instituições de ensino superior privadas, sendo diretores, reitores e mantenedores

com distintos níveis de organizações acadêmicas (Universidades, Centros Universitários e Faculdades) de quatro diferentes regiões do Brasil, como segue no Quadro 13:

Quadro 13. Detalhamento da Pesquisa com Gestores das IES Privadas

Categoria	Tipo de IES	Região	Cargo
Privada	Universidade	Sudeste	Reitor
Privada	Universidade	Nordeste	Reitor
Privada	Universidade	Nordeste	Diretor
Privada	Universidade	Sul	Diretor
Privada	Universidade	Sudeste	Diretor
Privada	Centro Universitário	Sudeste	Mantenedor
Privada	Centro Universitário	Nordeste	Reitor
Privada	Centro Universitário	Nordeste	Diretor
Privada	Faculdade	Nordeste	Diretor
Privada	Faculdade	Centro-Oeste	Mantenedor

Fonte: Elaborado pelo Autor (2021)

Tal pesquisa evidenciou a existência de um raciocínio preponderantemente mercadológico por trás da gestão da iniciativa privada, mesmo que tenham passado por processos alavancados por políticas públicas. Foram feitas cinco questões abertas aos gestores, a respeito do processo de expansão e seus reflexos a luz de suas respectivas instituições, suas respostas foram transcritas nas percepções da amostra de uma forma geral, e apresentadas na perspectiva de dois diferentes gestores para cada questão, como forma de demonstrar um pouco do pensamento de cada um, sem repetição, como segue:

(QUESTÃO 1). Qual a sua percepção geral sobre o movimento de expansão do Ensino Superior?

A questão sobre o movimento de expansão foi recebida majoritariamente dentro do espectro formativo, ou seja, a importância do fenômeno foi enaltecida pela injeção de mão de obra qualificada no mercado, com citações que relataram ganho de oportunidade potencial com a formação, foi entendida também de forma positiva por todos os entrevistados, que trabalharam seus argumentos em torno da importância das políticas públicas voltadas para expansão do ensino superior embora quase nenhum tenha citado o Reuni de forma espontânea.

Nesse âmbito, cabe destacar a fala do Gestor de uma Faculdade no interior do Mato Grosso:

A nossa instituição representa importância central no que a gente entende como cidade, é como se fosse o ponto de encontro de todos, fornece não só perspectiva para os estudantes, mas também é um mercado de trabalho para vários profissionais daqui. A gente tem dois ônibus que percorrem diariamente 16 distritos e localidades próximas, buscando alunos, de forma gratuita, mais que uma política de acesso, é uma questão de sobrevivência, a gente banca isso do próprio bolso pra conseguir manter esses alunos (DIAMANTINO/MT, 2019).

Em linhas gerais, as instituições privadas de ensino superior foram as maiores beneficiadas pelo fenômeno de expansão, em termos econômicos, o que faz com que os atores dessas instituições tenham posicionamentos constantemente favoráveis ao processo, mesmo que estes tenham caráter mais enviesado e menos relacionado às políticas públicas que serviram de motor para todos os fatos seguintes, como pode-se perceber pelo relato abaixo, do Gestor de uma Faculdade:

Somos hoje uma instituição que trabalha de forma especializada em determinados cursos, Gestão é o nosso negócio, todas as nossas filiais buscam primariamente a excelência no ensino na área de gestão e negócios. Essa mudança de patamar deve vir acompanhada de indicadores sustentáveis para que não seja passageira, para tanto, todos os nossos coordenadores têm experiência não só em supervisão, mas também em avaliação do ensino superior (SALVADOR/BA, 2019).

O incremento de produtividade foi outro aspecto mencionado de forma enfática, sobretudo porque o processo foi entendido como um investimento por parte do Estado em toda a nação representada então pelos novos diplomados. A percepção da visão da formação para o mercado de trabalho, e atender a demanda de formação foi preponderante no padrão das respostas, mesmo que isso ignore em grande quando não vai de encontro com a busca da formação como investimento e crescimento pessoal dos indivíduos.

(QUESTÃO 2). Qual a influência das políticas de expansão para sua Instituição em sua estrutura atual?

Sem as políticas públicas (com ênfase no FIES e ProUni), certamente as instituições de ensino superior respondentes às pesquisas teriam o porte que possuem hoje, adendo que 50% das entrevistadas pertencem a grupos educacionais nacionais e internacionais, com ações negociadas em Bolsa de Valores. Desta forma, as políticas assumem-se como instrumentos assessórios no processo de venda e incremento de matrículas, e, conseqüentemente o porte (Organização Acadêmica) das mesmas.

Segundo um Gestor de um Centro Universitário, de uma forma geral, uma das alterações mais importantes sobre o movimento de expansão diz respeito ao porte que tomaram as IES:

As políticas que fomentaram a expansão do ensino superior foram preponderantes não só para o porte adquirido pela IES, ou pela mudança em sua organização acadêmica, mas reflete toda uma alteração na conjuntura nacional, pois permite a criação de

idades universitárias e de grandes organismos que funcionam em prol desse sistema. (ITAPERUNA/RJ, 2018).

Ao compreenderem os alunos como peça central no processo, não de expansão do ensino, mas de crescimento/fortalecimento de suas marcas, entendem que as políticas deixaram muitas IES dependentes operacionalmente de suas existências, em alguns casos, trabalhando de forma alavancada, com 2/3 de seu contingente oriundo de FIES e ProUni, risco que muitas correram para garantir a entrada constante e crescente de discentes.

Um Gestor de um Centro Universitário, citou as diferentes formas que os mantenedores encararam os recursos que chegaram por meio do processo de expansão:

Enquanto muitos mantenedores buscaram maximizar suas instituições para colocá-las em ponto de venda, nós buscamos montar uma estrutura sólida e própria, que nos garanta a sobrevivência por um longo tempo, mesmo com o fim dos programas educacionais. (Maceió/AL, 2019).

Em uma análise mais abrangente, a vertente privada do processo de expansão, de motivações dinâmicas e particulares, favoreceu aqueles que estavam mais preparados para expandir suas ofertas, seja por meio do incremento das unidades já estabelecidas ou mesmo absorção de outras instituições. Tais apontamentos podem ser observados pelo despontamento de grandes conglomerados educacionais neste período, inclusive com abertura de capital na bolsa de valores.

(QUESTÃO 3). Qual a correlação da expansão do Ensino Superior com a formação do indivíduo para o mercado de trabalho?

A expansão dentro da dinâmica do indivíduo foi entendida como uma possibilidade de torná-lo mais competitivo em um cenário de aumento percentual de profissionais de sua área. Tal afirmação foi frequentemente relacionada com a necessidade de um controle de qualidade que pudesse abarcar todo o processo, inclusive cancelando as iniciativas de expansão de cursos, unidades, fusões e aquisições. Tal afirmação é corroborada por um Gestor de uma Universidade:

Participar agora de um grupo de abrangência nacional nos permitiu melhorar enquanto instituição privada e nos trâmites administrativos, mas por outro lado, nos deixa engessados em vários aspectos mais particulares no trato dos alunos, pois é muito difícil que programas alinhados nacionalmente e muitas vezes internacionalmente surtam efeitos dentro das especificidades de uma cidade como a nossa, acabamos por uma formação mais geral mesmo. (FEIRA DE SANTANA/BA, 2019).

De forma particular, as instituições das regiões Nordeste e Centro-Oeste mostraram de forma clara uma maior preocupação com o aproveitamento de seus egressos no mercado de trabalho e sua participação na mudança de vida dos indivíduos através de seu processo

formativo. Por outro lado, as instituições do Sul/Sudeste externaram seu foco em argumentos relacionados à produtividade geral e competitividade.

O argumento sobre a tradição das Universidades também foi constatado durante as entrevistas, o que reflete nas perspectivas dos gestores a eventuais discentes:

As Universidades mais tradicionais, sobretudo as privadas, apresentam maior condição de honrar os compromissos adquiridos no começo da graduação, desde maior oferta de curso, até a consolidação desses profissionais no mercado, pois estes já foram testados em levas anteriores e saem para tal com um diploma de tradição. (ITAPERUNA/RJ, 2019).

Em uma linha mais ampla, a ótica das instituições privadas é convergente com as Teorias voltadas ao entendimento da formação do indivíduo em perspectiva particular. Correlacionando esforços individuais à conceitos meritocráticos e sua atuação positiva no mercado por meio de habilidades adquiridas em sua formação, suas políticas voltadas para o indivíduo consistem basicamente na gestão da permanência e êxito dos discentes.

(QUESTÃO 4). Existe uma correlação da expansão como foi feita com a perda da qualidade no Ensino?

De uma forma geral a preocupação foi recebida de forma flagrante pelos gestores entrevistados, quase como um julgamento, em um rito, mostraram confiança nos procedimentos e instrumentos de avaliação da qualidade utilizados pelo Ministério da Educação, visto que os indicadores que derivam destes, tratam de retroalimentar novas oportunidades de aumento de vagas, ofertas de cursos e pavimentam caminhos relacionados ao crescimento institucional. Corroborando com essa descrição, a fala de uma Gestora de uma Universidade:

Com o interesse e a participação de grandes grupos no mercado educacional, os investimentos puderam ser canalizados não só para a padronização do que é oferecido aos estudantes, mas também como uma garantia de manutenção da qualidade em todos os processos, pois a governança meio que obriga que isso seja feito. (SALVADOR/BA, 2018).

A qualidade vista como um requisito e seus indicadores adotados fazem com que os gestores trabalhem diretamente para atender-los dentro de suas dimensões, sobretudo aqueles oriundos de grandes grupos, que tratam destes como uma formalidade ou como aspectos burocráticos, enquanto as Faculdades veem nestes não apenas um ponto de reforço da marca (atrair novos alunos baseados na certificação de qualidade), observam ali também uma oportunidade de crescimento e validação dos trabalhos desenvolvidos, conforme relata um gestor de uma IES pertencente a um dos maiores grupos do país:

O porte de nossa instituição permite uma padronização desde o processo de certificação e controle da qualidade até mesmo a parte burocrática, pra você ter uma

ideia, o departamento de Pesquisa Institucional é centralizado e em toda visita de certificação ele tem um representante junto da comissão na IES. Até as aulas que são fornecidas aos alunos contam com um sistema de controle, desde os materiais produzidos até mesmo o banco de questões para avaliação, sempre com foco no Enade e o perfil proposto de uma forma geral” (SÃO PAULO/SP, 2019).

Pode-se dizer que o aparato regulatório se constitui como instrumento indispensável no arcabouço institucional das políticas públicas voltadas para as vagas no ensino superior, pois é um dos únicos pontos que unem grandes conglomerados e pequenas instituições de características regionais, mesmo que a preocupação destas sejam difusas, acabam convergindo no serviço que é prestado ao aluno em sua formação.

(QUESTÃO 5) O que achou da expansão ter sido feita majoritariamente pelas Instituições Privadas, embora tenha usado programas públicos para viabilizá-la?

Acredita-se de uma forma geral que a vertente privada foi escolhida para dar mais agilidade ao processo de expansão, visto que as instituições públicas têm uma carga burocrática que poderia comprometer o horizonte temporal do planejamento pensados com relação aos objetivos primários - aumentar o número/percentual global de matrículas e num segundo momento o número/percentual de graduados na população. Também foram levantadas, afirmações relacionadas à competição que essa vetorização trouxe, sobretudo aos grandes centros:

Muitas vezes, a briga nos grandes centros deixa de ser pela qualidade e passa a ser pelo volume, quase que uma guerra no âmbito do Marketing. Você precisa reagir rápido, para que outra instituição não roube um curso inteiro por conta da uma estratégia. Isso não tem nada a ver com instituições públicas, nem olhamos pra esse lado, as públicas disputam mercado com aquelas faculdades mais especializadas, que querem notas máximas em determinados cursos, como PUC, Mackenzie, etc. (PORTO ALEGRE/RS, 2019).

Dentre as instituições de menor porte, percebeu-se que além da programas voltados para a formação de indivíduos, tais políticas representavam quase que sua própria sobrevivência, visto que muitos grandes grupos se expandiram em velocidade tão grande que por muitas vezes, se agarravam nas receitas oriundas dessas políticas para evitar eventuais que estas sejam absorvidas por esses grupos.

Dentre os profissionais entrevistados, que atuam junto aos processos decisórios das instituições de ensino superior privadas, é pouco ou nulo o conhecimento de como funcionam os trâmites de gestão acadêmica nas instituições públicas, seja de abertura/fechamento de cursos e/ou alteração de vagas. De uma forma geral, dentro de seus níveis de imersão nos processos de gestão, acreditam que a vetorização privada foi puramente por decisão de acelerar os resultados propostos pelo processo.

Por último, uma questão relevante apontada foi o fortalecimento de novos mercados considerando o universo de atuação dos profissionais da gestão universitária (fortalecimento dos profissionais que atuam junto às IES):

Sobretudo levando em consideração o ganho e a manutenção de novos alunos, principalmente no âmbito do FIES, mais entre 2010 e 2015, pudemos trazer mão de obra qualificada e especializada do Sudeste, competindo com a remuneração que é paga lá. Esses profissionais agregam novas visões, inclusive em negócios que geraram uma ruptura muito grande em nossa Faculdade. (FORTALEZA/CE, 2019).

Salienta-se, ainda no âmbito dessas pesquisas de campo, que, quanto menores em termos de abrangência, mais as instituições se encontram identificadas com as realidades regionais e conseqüentemente com maior potencial de formar indivíduos para atuarem em prol destas realidades. Ao passo que a dinâmica universitária passa a conviver baseada apenas nos lucros das corporações, tanto o ingresso como o egresso e todos os demais atores do processo formativo tornam-se números em uma estrutura majoritariamente desumanizada, perdida em suas funções/missões sociais de formação.

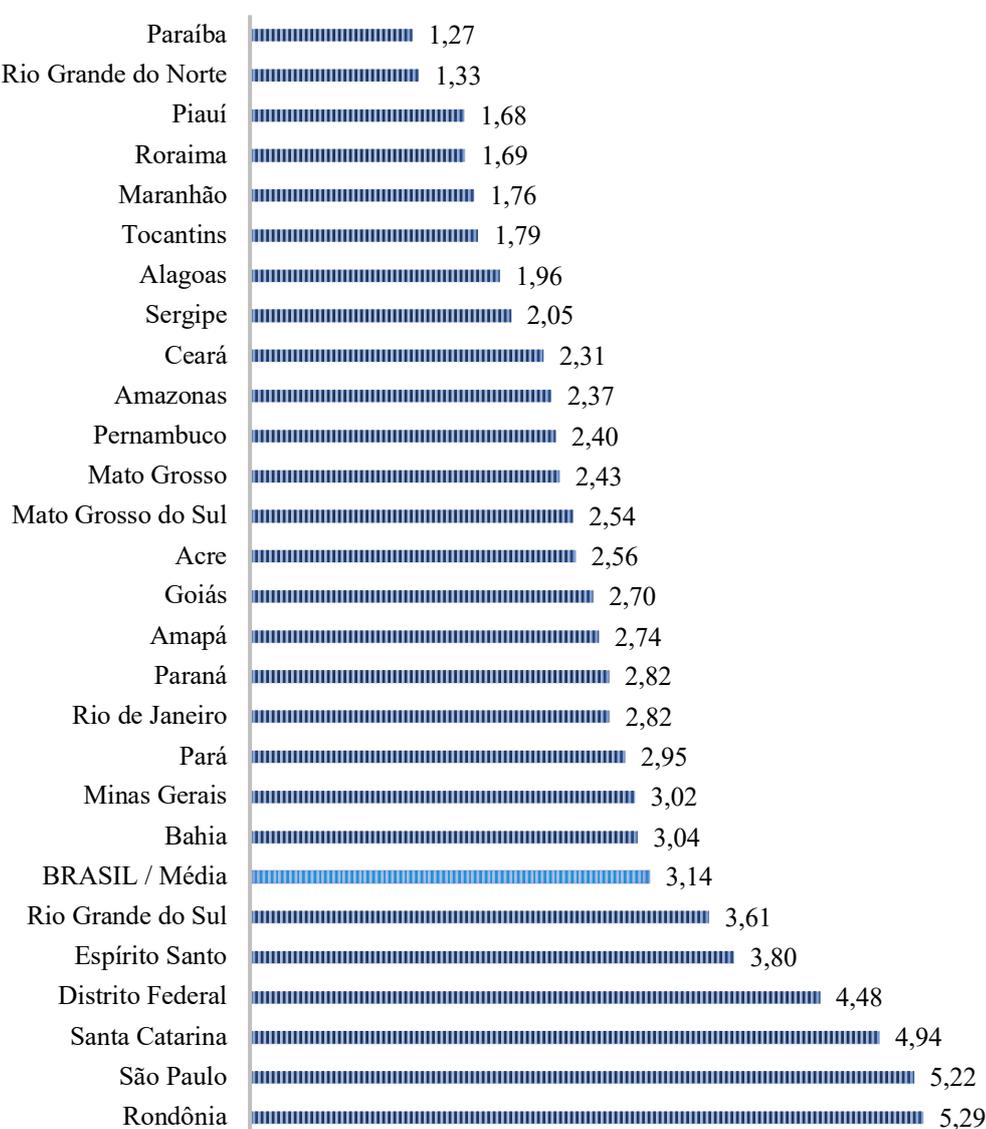
Conclui-se que, a partir dessa etapa da pesquisa que a expansão universitária aqui tratada criou não somente grandes corporações educacionais, mas também novos mercados de trabalho e setores produtivos, levando em consideração as demandas locais onde as instituições se inserem. Por outro lado, a profunda especialização nos processos de gestão universitária, desde a captação até a formação do indivíduo, passando pelas razões de ser das instituições, um distanciamento brutal no âmbito e objetivos gerenciais entre as diferentes categorias administrativas (Públicas e Privadas).

Enquanto as IES públicas carecem de indicadores de qualidade para sustentar inclusive suas ações voltadas à Extensão, à gestão das IES privadas tratam dessa questão como uma etapa de um ciclo produtivo com diversas outras preocupações, como lucro, diversificação, captação, custo por aluno, unidades produtivas, padronização de processos, entre outros. Os melhores cursos sob a ótica das IES privadas, em sua grande maioria, são caros e/ou estão localizados em grandes centros, onde a demanda por essa formação possibilita sua existência ou financiamento, enquanto as IES públicas têm por regra levar qualidade, independente de seu nível de capilaridade ou interiorização.

APÊNDICE II. DADOS DA EXPANSÃO POR VETOR GEOGRÁFICO

Esse Apêndice apresenta uma pesquisa relacionada à expansão geográfica do ensino superior levando em consideração às principais formações. Tal levantamento de dados só começou a ser feito pelo INEP a partir do Censo da Educação Superior do ano de 2015 e alguns cursos supracitados como Contabilidade e Gestão de Pessoas não estão contemplados em todos os anos dessa série histórica, impedindo sua análise junto dos demais. Demonstra-se primeiramente o Gráfico 31, com a razão de IES privadas/públicas por Unidade Federativa e na sequência os dados sobre a expansão por cursos, unidades federativas e categoria administrativa, bem como suas variações percentuais.

Gráfico 31. Razão de IES Privadas/Públicas por Unidade Federativa (2019)



Fonte. INEP (2021)

Quadro 14. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Pedagogia

UF	Curso: Pedagogia								
	Total			Pública			Privada		
	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação
Total	123.867	124.409	0,4%	24.042	17.761	-26,1%	99.825	106.648	6,8%
Rondônia	1.942	1.521	-21,7%	343	169	-50,7%	1.599	1.352	-15,4%
Acre	376	986	162,2%	27	380	1307,4%	349	606	73,6%
Amazonas	3.475	1.339	-61,5%	1.264	379	-70,0%	2.211	960	-56,6%
Roraima	516	301	-41,7%	44	47	6,8%	472	254	-46,2%
Pará	5.373	5.980	11,3%	2.412	1.417	-41,3%	2.961	4.563	54,1%
Amapá	762	416	-45,4%	351	59	-83,2%	411	357	-13,1%
Tocantins	770	704	-8,6%	233	195	-16,3%	537	509	-5,2%
Maranhão	2.477	1.692	-31,7%	715	566	-20,8%	1.762	1.126	-36,1%
Piauí	2.868	1.294	-54,9%	1.617	663	-59,0%	1.251	631	-49,6%
Ceará	1.502	2.646	76,2%	893	981	9,9%	609	1.665	173,4%
Rio Grande do Norte	952	1.212	27,3%	639	513	-19,7%	313	699	123,3%
Paraíba	710	844	18,9%	572	518	-9,4%	138	326	136,2%
Pernambuco	2.853	2.814	-1,4%	1.167	831	-28,8%	1.686	1.983	17,6%
Alagoas	1.623	1.387	-14,5%	453	411	-9,3%	1.170	976	-16,6%
Sergipe	706	989	40,1%	81	70	-13,6%	625	919	47,0%
Bahia	6.897	6.106	-11,5%	2.232	1.162	-47,9%	4.665	4.944	6,0%
Minas Gerais	11.065	13.138	18,7%	1.709	1.360	-20,4%	9.356	11.778	25,9%
Espírito Santo	4.057	3.120	-23,1%	122	231	89,3%	3.935	2.889	-26,6%
Rio de Janeiro	4.971	5.832	17,3%	1.655	1.785	7,9%	3.316	4.047	22,0%
São Paulo	37.338	37.866	1,4%	1.498	2.020	34,8%	35.840	35.846	0,0%
Paraná	6.536	10.038	53,6%	1.558	1.382	-11,3%	4.978	8.656	73,9%
Santa Catarina	7.308	6.861	-6,1%	1.371	550	-59,9%	5.937	6.311	6,3%
Rio Grande do Sul	6.177	5.915	-4,2%	1.346	569	-57,7%	4.831	5.346	10,7%
Mato Grosso do Sul	2.931	2.418	-17,5%	294	371	26,2%	2.637	2.047	-22,4%
Mato Grosso	2.511	2.437	-2,9%	377	305	-19,1%	2.134	2.132	-0,1%
Goiás	4.467	3.869	-13,4%	883	673	-23,8%	3.584	3.196	-10,8%
Distrito Federal	2.704	2.671	-1,2%	186	154	-17,2%	2.518	2.517	0,0%

Fonte. INEP (2021)

Quadro 15. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Administração

UF	Curso: Administração								
	Total			Pública			Privada		
	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação
Total	258.456	91937	-64,4%	20.425	10605	-48,1%	238.031	81332	-65,8%
Rondônia	1.183	907	-23,3%	183	117	-36,1%	1.000	790	-21,0%
Acre	773	340	-56,0%	37	-	-	736	340	-53,8%
Amazonas	5.910	1219	-79,4%	485	233	-52,0%	5.425	986	-81,8%
Roraima	526	185	-64,8%	53	53	0,0%	473	132	-72,1%
Pará	5.382	2244	-58,3%	115	192	67,0%	5.267	2052	-61,0%
Amapá	1.048	347	-66,9%	-	30	-	1.048	317	-69,8%
Tocantins	1.673	555	-66,8%	290	113	-61,0%	1.383	442	-68,0%
Maranhão	2.879	1819	-36,8%	517	375	-27,5%	2.362	1444	-38,9%
Piauí	1.433	849	-40,8%	493	326	-33,9%	940	523	-44,4%
Ceará	7.273	3231	-55,6%	743	376	-49,4%	6.530	2855	-56,3%
Rio Grande do Norte	2.975	955	-67,9%	1.034	257	-75,1%	1.941	698	-64,0%
Paraíba	2.349	1213	-48,4%	595	399	-32,9%	1.754	814	-53,6%
Pernambuco	8.406	3089	-63,3%	1.156	854	-26,1%	7.250	2235	-69,2%
Alagoas	1.953	897	-54,1%	247	119	-51,8%	1.706	778	-54,4%
Sergipe	1.066	640	-40,0%	99	73	-26,3%	967	567	-41,4%
Bahia	10.951	4670	-57,4%	529	367	-30,6%	10.422	4303	-58,7%
Minas Gerais	22.759	9608	-57,8%	1.987	1121	-43,6%	20.772	8487	-59,1%
Espírito Santo	3.317	2313	-30,3%	91	190	108,8%	3.226	2123	-34,2%
Rio de Janeiro	16.838	9001	-46,5%	972	785	-19,2%	15.866	8216	-48,2%
São Paulo	84.175	23394	-72,2%	5.230	1272	-75,7%	78.945	22122	-72,0%
Paraná	16.853	5940	-64,8%	1.587	1112	-29,9%	15.266	4828	-68,4%
Santa Catarina	14.859	4524	-69,6%	1.361	554	-59,3%	13.498	3970	-70,6%
Rio Grande do Sul	18.133	7085	-60,9%	850	617	-27,4%	17.283	6468	-62,6%
Mato Grosso do Sul	3.315	1071	-67,7%	377	282	-25,2%	2.938	789	-73,1%
Mato Grosso	4.504	1589	-64,7%	286	330	15,4%	4.218	1259	-70,2%
Goiás	7.817	2274	-70,9%	721	308	-57,3%	7.096	1966	-72,3%
Distrito Federal	10.106	1961	-80,6%	387	150	-61,2%	9.719	1811	-81,4%

Fonte. INEP (2021)

Quadro 16. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Direito

UF	Curso: Direito								
	Total			Pública			Privada		
	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação
Total	105.324	121.215	15,1%	12.743	12.246	-3,9%	92.581	108.969	17,7%
Rondônia	1.159	1.340	15,6%	170	138	-18,8%	989	1.202	21,5%
Acre	378	357	-5,6%	51	38	-25,5%	327	319	-2,4%
Amazonas	1.815	1.875	3,3%	206	227	10,2%	1.609	1.648	2,4%
Roraima	309	429	38,8%	31	42	35,5%	278	387	39,2%
Pará	2.044	2.736	33,9%	170	247	45,3%	1.874	2.489	32,8%
Amapá	588	756	28,6%	51	26	-49,0%	537	730	35,9%
Tocantins	1.144	1.506	31,6%	380	352	-7,4%	764	1.154	51,0%
Maranhão	1.845	2.714	47,1%	262	280	6,9%	1.583	2.434	53,8%
Piauí	2.089	1.824	-12,7%	395	220	-44,3%	1.694	1.604	-5,3%
Ceará	2.783	3.497	25,7%	299	404	35,1%	2.484	3.093	24,5%
Rio Grande do Norte	1.576	1.754	11,3%	474	294	-38,0%	1.102	1.460	32,5%
Paraíba	1.824	3.215	76,3%	643	597	-7,2%	1.181	2.618	121,7%
Pernambuco	3.766	4.311	14,5%	681	713	4,7%	3.085	3.598	16,6%
Alagoas	2.043	1.628	-20,3%	223	182	-18,4%	1.820	1.446	-20,5%
Sergipe	1.336	1.444	8,1%	78	62	-20,5%	1.258	1.382	9,9%
Bahia	4.610	5.846	26,8%	447	784	75,4%	4.163	5.062	21,6%
Minas Gerais	12.911	14.265	10,5%	1.448	1.304	-9,9%	11.463	12.961	13,1%
Espírito Santo	2.291	3.056	33,4%	106	161	51,9%	2.185	2.895	32,5%
Rio de Janeiro	7.809	9.722	24,5%	1.306	1.150	-11,9%	6.503	8.572	31,8%
São Paulo	20.256	23.492	16,0%	1.846	1.516	-17,9%	18.410	21.976	19,4%
Paraná	6.711	8.172	21,8%	793	926	16,8%	5.918	7.246	22,4%
Santa Catarina	4.483	4.969	10,8%	813	322	-60,4%	3.670	4.647	26,6%
Rio Grande do Sul	6.084	7.067	16,2%	373	549	47,2%	5.711	6.518	14,1%
Mato Grosso do Sul	2.381	1.941	-18,5%	323	404	25,1%	2.058	1.537	-25,3%
Mato Grosso	2.602	3.214	23,5%	238	411	72,7%	2.364	2.803	18,6%
Goiás	5.758	5.211	-9,5%	714	687	-3,8%	5.044	4.524	-10,3%
Distrito Federal	4.729	4.874	3,1%	222	210	-5,4%	4.507	4.664	3,5%

Fonte. INEP (2021)

Quadro 17. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Enfermagem

UF	Curso: Enfermagem								
	Total			Pública			Privada		
	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação
Total	35.072	41.264	17,7%	5.512	5.348	-3,0%	29.560	35.916	21,5%
Rondônia	385	645	67,5%	34	10	-70,6%	351	635	80,9%
Acre	229	334	45,9%	30	49	63,3%	199	285	43,2%
Amazonas	1.238	1.163	-6,1%	99	105	6,1%	1.139	1.058	-7,1%
Roraima	119	149	25,2%	13	27	107,7%	106	122	15,1%
Pará	754	1.345	78,4%	201	199	-1,0%	553	1.146	107,2%
Amapá	204	487	138,7%	44	51	15,9%	160	436	172,5%
Tocantins	435	361	-17,0%	160	109	-31,9%	275	252	-8,4%
Maranhão	1.042	1.111	6,6%	200	252	26,0%	842	859	2,0%
Piauí	924	1.123	21,5%	284	237	-16,5%	640	886	38,4%
Ceará	1.336	2.658	99,0%	174	354	103,4%	1.162	2.304	98,3%
Rio Grande do Norte	847	930	9,8%	187	149	-20,3%	660	781	18,3%
Paraíba	1.032	1.329	28,8%	325	188	-42,2%	707	1.141	61,4%
Pernambuco	1.494	1.699	13,7%	313	328	4,8%	1.181	1.371	16,1%
Alagoas	969	989	2,1%	137	110	-19,7%	832	879	5,6%
Sergipe	768	783	2,0%	107	56	-47,7%	661	727	10,0%
Bahia	3.032	3.128	3,2%	234	324	38,5%	2.798	2.804	0,2%
Minas Gerais	2.673	2.879	7,7%	478	417	-12,8%	2.195	2.462	12,2%
Espírito Santo	249	565	126,9%	61	80	31,1%	188	485	158,0%
Rio de Janeiro	2.589	3.252	25,6%	317	343	8,2%	2.272	2.909	28,0%
São Paulo	7.335	8.127	10,8%	723	667	-7,7%	6.612	7.460	12,8%
Paraná	1.377	1.364	-0,9%	301	265	-12,0%	1.076	1.099	2,1%
Santa Catarina	600	738	23,0%	143	142	-0,7%	457	596	30,4%
Rio Grande do Sul	1.348	1.755	30,2%	303	289	-4,6%	1.045	1.466	40,3%
Mato Grosso do Sul	599	516	-13,9%	65	75	15,4%	534	441	-17,4%
Mato Grosso	824	642	-22,1%	206	208	1,0%	618	434	-29,8%
Goiás	1.429	1.174	-17,8%	221	122	-44,8%	1.208	1.052	-12,9%
Distrito Federal	1.241	2.018	62,6%	152	192	26,3%	1.089	1.826	67,7%

Fonte: INEP (2021)

Quadro 18. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Engenharia Civil

UF	Curso: Engenharia Civil								
	Total			Pública			Privada		
	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação
Total	25.298	48.779	92,8%	4.711	6.789	44,1%	20.587	41.990	104,0%
Rondônia	234	301	28,6%	38	6	-84,2%	196	295	50,5%
Acre	29	101	248,3%	29	27	-6,9%	-	74	-
Amazonas	581	631	8,6%	46	75	63,0%	535	556	3,9%
Roraima	33	89	169,7%	33	18	-45,5%	-	71	-
Pará	407	805	97,8%	104	210	101,9%	303	595	96,4%
Amapá	-	35	-	-	6	-	-	29	-
Tocantins	178	561	215,2%	6	176	2833,3%	172	385	123,8%
Maranhão	234	878	275,2%	81	128	58,0%	153	750	390,2%
Piauí	111	498	348,6%	60	65	8,3%	51	433	749,0%
Ceará	326	1.051	222,4%	145	236	62,8%	181	815	350,3%
Rio Grande do Norte	490	788	60,8%	153	250	63,4%	337	538	59,6%
Paraíba	135	1.014	651,1%	135	269	99,3%	0	745	-
Pernambuco	438	1.279	192,0%	256	375	46,5%	182	904	396,7%
Alagoas	277	614	121,7%	94	147	56,4%	183	467	155,2%
Sergipe	368	540	46,7%	43	71	65,1%	325	469	44,3%
Bahia	1.294	1.907	47,4%	196	277	41,3%	1.098	1.630	48,5%
Minas Gerais	4.667	6.775	45,2%	692	1.050	51,7%	3.975	5.725	44,0%
Espírito Santo	607	1.186	95,4%	56	54	-3,6%	551	1.132	105,4%
Rio de Janeiro	1.772	3.509	98,0%	507	362	-28,6%	1.265	3.147	148,8%
São Paulo	6.918	13.425	94,1%	626	866	38,3%	6.292	12.559	99,6%
Paraná	1.483	3.092	108,5%	511	667	30,5%	972	2.425	149,5%
Santa Catarina	1.057	2.061	95,0%	242	250	3,3%	815	1.811	122,2%
Rio Grande do Sul	919	1.933	110,3%	257	347	35,0%	662	1.586	139,6%
Mato Grosso do Sul	445	607	36,4%	53	87	64,2%	392	520	32,7%
Mato Grosso	512	1.188	132,0%	140	258	84,3%	372	930	150,0%
Goiás	1.067	2.209	107,0%	130	449	245,4%	937	1.760	87,8%
Distrito Federal	716	1.702	137,7%	78	63	-19,2%	638	1.639	156,9%

Fonte. INEP (2021)

Quadro 19. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Psicologia

UF	Curso: Psicologia								
	Total			Pública			Privada		
	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação
Total	23.503	37.584	59,9%	3.957	4.232	6,9%	19.546	33.352	70,6%
Rondônia	186	265	42,5%	27	11	-59,3%	159	254	59,7%
Acre	111	206	85,6%	-	11	-	111	195	75,7%
Amazonas	626	400	-36,1%	32	32	0,0%	594	368	-38,0%
Roraima	98	75	-23,5%	22	36	63,6%	76	39	-48,7%
Pará	214	352	64,5%	23	63	173,9%	191	289	51,3%
Amapá	50	268	436,0%	-	-	-	50	268	436,0%
Tocantins	115	119	3,5%	85	14	-83,5%	30	105	250,0%
Maranhão	279	314	12,5%	58	48	-17,2%	221	266	20,4%
Piauí	314	400	27,4%	100	116	16,0%	214	284	32,7%
Ceará	731	1.709	133,8%	156	135	-13,5%	575	1.574	173,7%
Rio Grande do Norte	246	664	169,9%	40	74	85,0%	206	590	186,4%
Paraíba	278	848	205,0%	166	183	10,2%	112	665	493,8%
Pernambuco	839	1.204	43,5%	233	211	-9,4%	606	993	63,9%
Alagoas	437	447	2,3%	125	101	-19,2%	312	346	10,9%
Sergipe	197	276	40,1%	19	19	0,0%	178	257	44,4%
Bahia	1.554	2.599	67,2%	146	240	64,4%	1.408	2.359	67,5%
Minas Gerais	2.578	4.287	66,3%	443	419	-5,4%	2.135	3.868	81,2%
Espírito Santo	393	710	80,7%	73	71	-2,7%	320	639	99,7%
Rio de Janeiro	2.067	3.762	82,0%	461	524	13,7%	1.606	3.238	101,6%
São Paulo	6.336	9.090	43,5%	653	840	28,6%	5.683	8.250	45,2%
Paraná	1.515	2.374	56,7%	311	236	-24,1%	1.204	2.138	77,6%
Santa Catarina	975	1.260	29,2%	192	111	-42,2%	783	1.149	46,7%
Rio Grande do Sul	1.380	2.248	62,9%	135	193	43,0%	1.245	2.055	65,1%
Mato Grosso do Sul	437	561	28,4%	113	116	2,7%	324	445	37,3%
Mato Grosso	363	833	129,5%	91	89	-2,2%	272	744	173,5%
Goiás	595	1.098	84,5%	132	135	2,3%	463	963	108,0%
Distrito Federal	589	1.215	106,3%	121	204	68,6%	468	1.011	116,0%

Fonte: INEP (2021)

Quadro 20. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Educação Física

UF	Curso: Educação Física								
	Total			Pública			Privada		
	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação
Total	36.542	32.315	-11,6%	7.726	7.348	-4,9%	28.816	50.502	75,3%
Rondônia	254	220	-13,4%	26	39	50,0%	228	750	228,9%
Acre	281	188	-33,1%	87	41	-52,9%	194	427	120,1%
Amazonas	1.148	246	-78,6%	244	105	-57,0%	904	626	-30,8%
Roraima	137	63	-54,0%	106	55	-48,1%	31	144	364,5%
Pará	841	1.038	23,4%	550	372	-32,4%	291	2.265	678,4%
Amapá	220	90	-59,1%	25	37	48,0%	195	198	1,5%
Tocantins	157	143	-8,9%	31	80	158,1%	126	363	188,1%
Maranhão	309	323	4,5%	32	86	168,8%	277	682	146,2%
Piauí	287	487	69,7%	169	168	-0,6%	118	734	522,0%
Ceará	847	969	14,4%	299	406	35,8%	548	1.506	174,8%
Rio Grande do Norte	518	687	32,6%	184	161	-12,5%	334	823	146,4%
Paraíba	365	783	114,5%	145	210	44,8%	220	939	326,8%
Pernambuco	899	1.401	55,8%	468	555	18,6%	431	1.596	270,3%
Alagoas	299	401	34,1%	126	102	-19,0%	173	738	326,6%
Sergipe	321	410	27,7%	49	37	-24,5%	272	535	96,7%
Bahia	1.331	1.783	34,0%	407	259	-36,4%	924	2.872	210,8%
Minas Gerais	3.586	3.682	2,7%	904	912	0,9%	2.682	5.307	97,9%
Espírito Santo	938	742	-20,9%	100	102	2,0%	838	1.668	99,0%
Rio de Janeiro	3.175	3.074	-3,2%	373	494	32,4%	2.802	4.891	74,6%
São Paulo	9.767	6.955	-28,8%	1.107	1.290	16,5%	8.660	9.610	11,0%
Paraná	3.218	2.264	-29,6%	793	675	-14,9%	2.425	2.823	16,4%
Santa Catarina	1.625	1.595	-1,8%	424	199	-53,1%	1.201	3.029	152,2%
Rio Grande do Sul	2.036	1.825	-10,4%	301	381	26,6%	1.735	2.871	65,5%
Mato Grosso do Sul	929	436	-53,1%	89	76	-14,6%	840	1.132	34,8%
Mato Grosso	692	530	-23,4%	160	127	-20,6%	532	1.049	97,2%
Goiás	1.009	911	-9,7%	431	268	-37,8%	578	1.270	119,7%
Distrito Federal	1.353	1.069	-21,0%	96	111	15,6%	1.257	1.654	31,6%

Fonte. INEP (2021)

Quadro 21. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Medicina

UF	Curso: Medicina								
	Total			Pública			Privada		
	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação
Total	17.123	20.316	18,6%	6.447	7.681	19,1%	10.676	12.635	18,3%
Rondônia	285	256	-10,2%	40	32	-20,0%	245	224	-8,6%
Acre	32	52	62,5%	32	52	62,5%	-	-	-
Amazonas	584	359	-38,5%	196	295	50,5%	388	64	-83,5%
Roraima	32	81	153,1%	32	81	153,1%	-	-	-
Pará	380	418	10,0%	289	297	2,8%	91	121	33,0%
Amapá	24	52	116,7%	24	52	116,7%	-	-	-
Tocantins	448	394	-12,1%	196	175	-10,7%	252	219	-13,1%
Maranhão	266	306	15,0%	155	191	23,2%	111	115	3,6%
Piauí	307	359	16,9%	112	149	33,0%	195	210	7,7%
Ceará	632	774	22,5%	301	321	6,6%	331	453	36,9%
Rio Grande do Norte	250	247	-1,2%	126	127	0,8%	124	120	-3,2%
Paraíba	637	741	16,3%	254	198	-22,0%	383	543	41,8%
Pernambuco	480	772	60,8%	362	489	35,1%	118	283	139,8%
Alagoas	164	133	-18,9%	164	133	-18,9%	-	-	-
Sergipe	157	280	78,3%	103	180	74,8%	54	100	85,2%
Bahia	530	887	67,4%	221	382	72,9%	309	505	63,4%
Minas Gerais	2.807	3.182	13,4%	840	993	18,2%	1.967	2.189	11,3%
Espírito Santo	526	546	3,8%	75	82	9,3%	451	464	2,9%
Rio de Janeiro	2.154	2.271	5,4%	579	665	14,9%	1.575	1.606	2,0%
São Paulo	3.074	3.665	19,2%	935	1.001	7,1%	2.139	2.664	24,5%
Paraná	734	1.198	63,2%	326	415	27,3%	408	783	91,9%
Santa Catarina	632	705	11,6%	172	179	4,1%	460	526	14,3%
Rio Grande do Sul	954	1.118	17,2%	470	558	18,7%	484	560	15,7%
Mato Grosso do Sul	269	201	-25,3%	105	88	-16,2%	164	113	-31,1%
Mato Grosso	214	366	71,0%	79	180	127,8%	135	186	37,8%
Goiás	243	509	109,5%	110	216	96,4%	133	293	120,3%
Distrito Federal	308	444	44,2%	149	150	0,7%	159	294	84,9%

Fonte. INEP (2021)

Quadro 22. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Fisioterapia

UF	Curso: Fisioterapia								
	Total			Pública			Privada		
	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação
Total	14.505	22.266	53,5%	1.910	2.215	16,0%	12.595	20.051	59,2%
Rondônia	125	243	94,4%	-	-	-	125	243	94,4%
Acre	44	207	370,5%	-	-	-	44	207	370,5%
Amazonas	436	277	-36,5%	37	41	10,8%	399	236	-40,9%
Roraima	35	48	37,1%	-	-	-	35	48	37,1%
Pará	190	448	135,8%	68	77	13,2%	122	371	204,1%
Amapá	58	136	134,5%	-	9	-	58	127	119,0%
Tocantins	73	102	39,7%	16	21	31,3%	57	81	42,1%
Maranhão	183	354	93,4%	-	-	-	183	354	93,4%
Piauí	513	500	-2,5%	91	103	13,2%	422	397	-5,9%
Ceará	564	1.315	133,2%	19	31	63,2%	545	1.284	135,6%
Rio Grande do Norte	310	501	61,6%	59	74	25,4%	251	427	70,1%
Paraíba	403	972	141,2%	125	75	-40,0%	278	897	222,7%
Pernambuco	470	1.186	152,3%	75	89	18,7%	395	1.097	177,7%
Alagoas	228	378	65,8%	22	34	54,5%	206	344	67,0%
Sergipe	134	356	165,7%	21	76	261,9%	113	280	147,8%
Bahia	1.121	2.007	79,0%	135	118	-12,6%	986	1.889	91,6%
Minas Gerais	1.274	2.130	67,2%	262	313	19,5%	1.012	1.817	79,5%
Espírito Santo	152	257	69,1%	28	27	-3,6%	124	230	85,5%
Rio de Janeiro	976	1.357	39,0%	92	100	8,7%	884	1.257	42,2%
São Paulo	3.710	4.788	29,1%	240	435	81,3%	3.470	4.353	25,4%
Paraná	830	1.048	26,3%	192	165	-14,1%	638	883	38,4%
Santa Catarina	437	703	60,9%	128	122	-4,7%	309	581	88,0%
Rio Grande do Sul	964	1.146	18,9%	137	127	-7,3%	827	1.019	23,2%
Mato Grosso do Sul	207	250	20,8%	11	19	72,7%	196	231	17,9%
Mato Grosso	237	469	97,9%	-	-	-	237	469	97,9%
Goiás	546	648	18,7%	104	86	-17,3%	442	562	27,1%
Distrito Federal	285	440	54,4%	48	73	52,1%	237	367	54,9%

Fonte. INEP (2021)

Quadro 23. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Sistemas de Informação

UF	Curso: Sistemas de Informação								
	Total			Pública			Privada		
	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação
Total	10.514	24.205	130,2%	1.686	4.796	184,5%	8.828	19.409	119,9%
Rondônia	97	183	88,7%	-	13	-	97	170	75,3%
Acre	45	117	160,0%	4	17	325,0%	41	100	143,9%
Amazonas	156	226	44,9%	40	57	42,5%	116	169	45,7%
Roraima	35	48	37,1%	-	15	-	35	33	-5,7%
Pará	135	582	331,1%	30	163	443,3%	105	419	299,0%
Amapá	24	25	4,2%	-	-	-	24	25	4,2%
Tocantins	68	95	39,7%	10	16	60,0%	58	79	36,2%
Maranhão	90	232	157,8%	3	6	100,0%	87	226	159,8%
Piauí	112	193	72,3%	56	97	73,2%	56	96	71,4%
Ceará	210	810	285,7%	24	61	154,2%	186	749	302,7%
Rio Grande do Norte	64	175	173,4%	14	70	400,0%	50	105	110,0%
Paraíba	60	193	221,7%	20	29	45,0%	40	164	310,0%
Pernambuco	254	540	112,6%	98	106	8,2%	156	434	178,2%
Alagoas	56	223	298,2%	30	66	120,0%	26	157	503,8%
Sergipe	27	99	266,7%	12	20	66,7%	15	79	426,7%
Bahia	284	655	130,6%	33	83	151,5%	251	572	127,9%
Minas Gerais	1.535	2.239	45,9%	253	393	55,3%	1.282	1.846	44,0%
Espírito Santo	122	405	232,0%	11	71	545,5%	111	334	200,9%
Rio de Janeiro	923	2.233	141,9%	69	209	202,9%	854	2.024	137,0%
São Paulo	3.479	8.830	153,8%	470	2.369	404,0%	3.009	6.461	114,7%
Paraná	562	1.573	179,9%	58	251	332,8%	504	1.322	162,3%
Santa Catarina	582	1.058	81,8%	196	194	-1,0%	386	864	123,8%
Rio Grande do Sul	442	1.286	191,0%	53	152	186,8%	389	1.134	191,5%
Mato Grosso do Sul	34	240	605,9%	34	98	188,2%	-	142	-
Mato Grosso	165	310	87,9%	27	81	200,0%	138	229	65,9%
Goiás	313	514	64,2%	141	159	12,8%	172	355	106,4%
Distrito Federal	640	1.108	73,1%	-	-	-	640	1.108	73,1%

Fonte. INEP (2021)

Quadro 24. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Engenharia de Produção

UF	Curso: Engenharia de Produção								
	Total			Pública			Privada		
	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação
Total	14.830	21.138	42,5%	2.959	3.836	29,6%	11.871	17.302	45,8%
Rondônia	4	68	1600,0%	4	11	175,0%	-	57	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	273	188	-31,1%	49	68	38,8%	224	120	-46,4%
Roraima	-	-	-	-	0	-	0	0	-
Pará	371	370	-0,3%	46	113	145,7%	325	257	-20,9%
Amapá	10	30	200,0%	10	5	-50,0%	-	25	-
Tocantins	-	66	-	-	-	-	-	66	-
Maranhão	152	393	158,6%	37	14	-62,2%	115	379	229,6%
Piauí	54	98	81,5%	24	40	66,7%	30	58	93,3%
Ceará	127	521	310,2%	61	91	49,2%	66	430	551,5%
Rio Grande do Norte	147	194	32,0%	86	103	19,8%	61	91	49,2%
Paraíba	58	174	200,0%	58	110	89,7%	0	64	-
Pernambuco	255	401	57,3%	36	64	77,8%	219	337	53,9%
Alagoas	75	135	80,0%	10	25	150,0%	65	110	69,2%
Sergipe	71	145	104,2%	16	20	25,0%	55	125	127,3%
Bahia	464	746	60,8%	67	95	41,8%	397	651	64,0%
Minas Gerais	2.828	3.413	20,7%	567	659	16,2%	2.261	2.754	21,8%
Espírito Santo	279	538	92,8%	50	60	20,0%	229	478	108,7%
Rio de Janeiro	2.387	3.006	25,9%	517	581	12,4%	1.870	2.425	29,7%
São Paulo	5.095	6.781	33,1%	617	813	31,8%	4.478	5.968	33,3%
Paraná	591	1.181	99,8%	226	321	42,0%	365	860	135,6%
Santa Catarina	623	784	25,8%	225	185	-17,8%	398	599	50,5%
Rio Grande do Sul	489	927	89,6%	94	176	87,2%	395	751	90,1%
Mato Grosso do Sul	116	222	91,4%	42	93	121,4%	74	129	74,3%
Mato Grosso	173	251	45,1%	46	38	-17,4%	127	213	67,7%
Goiás	141	391	177,3%	42	67	59,5%	99	324	227,3%
Distrito Federal	47	115	144,7%	29	84	189,7%	18	31	72,2%

Fonte. INEP (2021)

Quadro 25. Expansão entre Públicas e Privadas por UF (2015-2019) Arquitetura e Urbanismo

UF	Curso: Arquitetura e Urbanismo								
	Total			Pública			Privada		
	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação	2015	2019	Variação
Total	12.420	23.753	91,2%	2.198	2.933	33,4%	10.222	20.820	103,7%
Rondônia	132	274	107,6%	-	-	-	132	274	107,6%
Acre	57	154	170,2%	-	-	-	57	154	170,2%
Amazonas	223	188	-15,7%	6	25	316,7%	217	163	-24,9%
Roraima	24	37	54,2%	24	37	54,2%	-	-	-
Pará	47	386	721,3%	12	81	575,0%	35	305	771,4%
Amapá	79	123	55,7%	20	10	-50,0%	59	113	91,5%
Tocantins	34	105	208,8%	34	40	17,6%	0	65	-
Maranhão	132	342	159,1%	56	55	-1,8%	76	287	277,6%
Piauí	85	298	250,6%	9	51	466,7%	76	247	225,0%
Ceará	219	862	293,6%	43	66	53,5%	176	796	352,3%
Rio Grande do Norte	183	286	56,3%	38	54	42,1%	145	232	60,0%
Paraíba	118	618	423,7%	29	73	151,7%	89	545	512,4%
Pernambuco	265	659	148,7%	68	79	16,2%	197	580	194,4%
Alagoas	185	211	14,1%	101	76	-24,8%	84	135	60,7%
Sergipe	115	256	122,6%	9	30	233,3%	106	226	113,2%
Bahia	437	870	99,1%	111	112	0,9%	326	758	132,5%
Minas Gerais	1.195	2.537	112,3%	297	381	28,3%	898	2.156	140,1%
Espírito Santo	277	625	125,6%	46	100	117,4%	231	525	127,3%
Rio de Janeiro	816	1.409	72,7%	215	317	47,4%	601	1.092	81,7%
São Paulo	3.959	6.451	62,9%	309	385	24,6%	3.650	6.066	66,2%
Paraná	970	1.862	92,0%	192	289	50,5%	778	1.573	102,2%
Santa Catarina	695	1.209	74,0%	212	124	-41,5%	483	1.085	124,6%
Rio Grande do Sul	851	1.609	89,1%	141	210	48,9%	710	1.399	97,0%
Mato Grosso do Sul	303	359	18,5%	5	24	380,0%	298	335	12,4%
Mato Grosso	273	411	50,5%	79	104	31,6%	194	307	58,2%
Goiás	330	670	103,0%	44	86	95,5%	286	584	104,2%
Distrito Federal	416	942	126,4%	98	124	26,5%	318	818	157,2%

Fonte: INEP (2021)